Diário de Lisboa

Abril
1981
Sábado

ANO 61.°
N.° 20 536
15$00

Fundador **Joaquim Manso**

Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Sete anos de 25 de Abril

Nesta edição

Política de A a Z

Pág. 3

Ruy Luís Gomes: o homem que podia ter sido Presidente

Págs. 5 e 7

Vítor Crespo: que seria o futuro sem o 25 de Abril?

Págs. 11 e 13

Revisão Constitucional: Vital Moreira e Nunes de Almeida falam ao «DL». E mais nove depoimentos

Págs. 14, 16 e 18 a 23

Afonso Costa contra a «Terra Livre»

João Medina

O Semanário anarquista **Terra Livre** oferece ao historiador o interesse maior de documentar, num período particularmente crítico e revelador, o imenso desengano da classe trabalhadora e da sua vanguarda sindical em relação ao regime implantado em 1910 (1). Em termos mais comedidos que os de outras publicações operárias coevas - como **O Sindicalista O Socialista ou A Aurora,** por exemplo – o semanário de Pinto Quartin não deixa porém de reflectir de modo bastante severo a condenação do conservadorismo republicano, dos limites sociais acanhados do regime saído da revolução do 5 de Outubro e, nessa medida, a incompatibilidade visceral entre a «Weltanschauung» republicana, demoliberal, parlamentar e entranhadamente burguesa, e os ideais sociais da vanguarda anarco-sindicalista. No campo da prática, a ruptura datava de, pelo menos, dois anos antes, desde que os tiros de Setúbal tinham vindo pôr fim à boda entre a República e o operariado. O governo afonsista e a declaração de guerra de Costa ao sindicalismo vinham liquidar de vez qualquer esperança de acordo e preparar o duelo que explicaria por exemplo, a adesão da União Operária Nacional à revolução de Sidónio, na medida em que esta era fundamentalmente a liquidação da «demagogia» dos «formigas». O ano de 1913, com os seus sobressaltos, as suas bombas e as suas intentonas, resumiria assim todo o drama destes afrontamentos político-sociais entre republicanos aparentemente radicais, no fundo demagógicos, e operários desiludidos com as promessas dos «gloriosos caudilhos», como diria sarcasticamente **Terra Livre** ao evocar os tempos da propaganda, agora tão longínquos, apesar de só terem passado dois anos sobre a instauração dessa República esperada como uma nova era de justiça e fraternidade:

«Já foi há muito tempo, não é verdade? Já lá vão muitos anos (dez, vinte ou trinta) sobre a época em que os gloriosos caudilhos por aí andaram pelo país inteiro na sua cruzada de liberdade e de amor? Já passou muito tempo depois dessa propaganda activa, aturada, feita pelo jornal, pela conferência e pelo comício, em que ao povo trabalhador das cidades e dos campos se anunciava a vida desafogada e sem impostos, se lhe prometiam as leis liberalíssimas, a instrução bem ministrada e para todos, a liberdade plenamente garantida? Já lá vai muito tempo, não é verdade?

A deusa República era de gesso e tinha o pedestal de barro; e eles, os gloriosos caudilhos, bem o sabiam. Mas se a mostrassem assim ao povo que a havia de erguer sobre esse pedestal, o povo, não encontrando nela beleza nem nada de útil ou respeitável, não a ergueria. Era necessário doirá-la e eles doiraram-na com as suas imagens de retórica florida, mentindo à sinceridade, à ingenuidade e ignorância dos que os ouviam e os liam com entusiasmo.

E o povo ergueu o gesso inútil e mal moldado sobre o barro sujo do pedestal.

Mas isso foi há muito tempo, não é verdade? que eles, os caudilhos já claramente mostraram a deusa como ela é na realidade, como ela sempre foi e eles não quiseram mostrar. (...). Foi um conto de vigário habilidoso...

Foi isto há muito tempo, não é verdade? (...). Mas não, não foi há muitos anos. Pouco mais de dois anos passaram sobre a implantação da República. Apenas este tempo. E, desde então para cá, não têm conta as provas de incompetência, os actos criminosos, as violências, as arbitrariedades – a negação completa, total, de tudo o que se andou apregoando aos quatro ventos, dum extremo ao outro do país.

É isso que espanta: é que foi cedo.

Faliram pela inteligência porque a cada passo mostram a sua curteza de vistas, a sua pequenez. Faliram pelo saber porque nada têm feito de útil, mostrando a toda a hora o raquitismo dos seus conhecimentos, o vazio das suas cabeças. E faliram ainda pela moralidade, praticando todas as arbitrariedades, fazendo todos os processos, sem escolha, com o mais absoluto impudor.

Faliram. (...)

O que se tem feito nestes dois anos de República ao operariado que se organiza, está bem patente no espírito de todos. As greves de Janeiro, a dos eléctricos, as de Setúbal, Coruche, Portimão e muitas outras bem o acusam. Foi sempre a repressão sangrenta, foi sempre a força bruta e desvairada que os governantes empregaram. A violência e a calúnia – as duas grandes armas de que se têm servido até hoje os geniais estadistas da República, os dois grandes meios de resolver superiormente, com a maior inteligência e muito saber, os conflitos do trabalho...

Perseguem-se os militantes, encerram-se as associações, não se reconhecem outras, demoram-se os estatutos que vêm para ser aprovados; apreendem-se folhetos editados segundo a lei e à venda nas livrarias, proíbem-se reuniões para cuja realização se cumpriram as prescrições legais, forjam-se leis de excepção, efectuam-se prisões a esmo e mantêm-se meses seguidos sem que aos presos se forme culpa.

É este o quadro admirável que nos fornecem estes dois anos de República no que respeita às ideias avançadas que nada há que faça parar na sua marcha fatalíssima.» (2)

Este artigo, muito provavelmente da pena de Pinto Quartin, ilustra de modo exemplar – e logo no primeiro número do semanário, o que tinha sido – e ainda o que viria a ser o teor das relações entre os dirigentes republicanos e as classes trabalhadoras portuguesas. Referindo casos clamorosos sucedidos em 1911 e 1912, desde grevistas espingardeados a publicações apreendidas, passando por brutalidades e sevícias exercidas sobre pessoas e organizações sindicais – pense-se no aparatoso e agressivo assalto à Casa Sindical, em fins de Janeiro de 1912, durante o governo Augusto de Vasconcelos –, **Terra Livre** lembra tão-só os casos mais célebres dum conflito social e político que o tempo não faria esbater, antes agudizaria, mau grado a ingénua trégua dos começos do sidonismo – conflito que precisamente se iria agravar de modo drástico neste mesmo ano terrível de 1913, graças aos movimentos do 27 de Abril e do 20 de Julho e, sobretudo, ao atentado cometido durante o cortejo do dia 10 de Junho. A importância desses factos exige que nos debrucemos sobre eles, evocando a atitude de **Terra Livre** em relação a eles, mormente no tocante ao último, já que a criminosa bomba da rua Nova do Carmo serviria ao Governo de pretexto para fazer abater sobre o semanário de Pinto Quartin a repressão que este vinha denunciando desde o primeiro número, e que o levaria ainda a escrever um dos textos mais severos sobre a falência da I República, um desses textos que só tem equivalente na prosa dum Manuel Ribeiro n' **O Sindicalista,** em 1913 (3), dum Joaquim Madureira n'**O Intransigente,** em 1911 ou dum Neno Vasco, numa das suas crónicas para o Brasil, incluída no livro **Da Porta da Europa** (4); o artigo não assinado «Em pleno pânico», saído no n.º 12 da **Terra Livre,** no Primeiro de Maio de 1913 (5).

LISBOA, 8 de Maio de 1913

TERRA LIVRE

Semanário Anarquista

N.º 13 1.º ANO | Director: PINTO QUARTIN | Publica-se ás 5.as feiras | Editor: JAIME DE CASTRO | PREÇO 20 RS.

Propriedade do grupo editor da TERRA LIVRE | Redacção e administração Rua das Gaveas, 55, 1.º | Comp. e impr. nas OFICINAS GRÁFICAS R. do Poço dos Negros, 8

HOJE, COMO ONTEM!

OUTRA VEZ JOÃO FRANCO

A historia repete-se. Atravessamos uma epoca semelhante á dos ultimos dias da ditadura franquista.

Cabeçalho do n.º 3 da «Terra Livre»

Cerca de quarenta dias depois, a propósito da bomba lançada sobre o cortejo camoniano, nas festas citadinas, a «República de falidos, tristíssima e pelintra – pelintra de coração, pelintra de inteligência, pelintra de dinheiro e por tudo isso tristíssima», mostraria que sempre que aparecia uma dificuldade, não a procurava resolver com «o esforço cerebral – continuava o artigo –, com serenidade, coração e sabedoria», antes utilizava métodos próprios para «turbas selvagens», usando de «ódios com as mais viscosas calúnias» para «perseguir depois com a mais repugnante violência».

Seria difícil prognosticar melhor o que **Terra Livre** viria a sofrer por causa da malfadada bomba da rua Nova do Carmo. Mas desde já, o que estava acontecendo com a conspiração do 27 de Abril o comprovava; uma revolução de republicanos puros e duros era acoimada de anti-republicana e os seus autores, homens idealistas no meio dos quais se misturavam vários sindicalistas, eram perseguidos com brutalidade. **Terra Livre,** distanciando-se com prudência dos abrilistas, minimizaria o significado oculto deste movimento tão decisivo, classificando-o, com manifesto menosprezo, de «sarrafusca militar» ou «sarrafusca militaresca» (6), comparando a prisão e deportação dos republicanos implicados no 27 de Abril com a gorada conspiração antifranquista do 28 de Janeiro de 1908: «A história repete-se – lê-se nos títulos que se seguem ao cabeçalho –. Atravessamos uma época semelhante à dos últimos dias da ditadura franquista». (7) E prosseguia na sua comparação Costa Franco –: «Hoje, em 27 de Abril, alguns republicanos, reflectindo o geral descontentamento pela marcha dos negócios públicos, tentam uma rebelião que foi sufocada como a do 28 de Janeiro (...). Entre uma e outra situação há apenas uma diferença. Enquanto o odioso e odiado João Franco publicava o decreto de 31 de Janeiro autorizando-se abertamente a deportar os presos, o democrático e popular presidente do actual ministério, sem publicar nenhum decreto, prestidigitando com os vadios, enviou para os Açores os presos políticos com o espanto e surpresa de toda a gente». (8)

Mas se **Terra Livre** protesta contra as apreensões de que são vítimas as publicações congéneres – e ela mesma (9) – ou ainda contra a prisão de sindicalistas e até de dois colaboradores seus, Carlos Rates e António Henriques (10), tomados como vadios quando iam à Madeira pronunciar conferências, ficando recolhidos no Limoeiro, «entre os ferros da República», a sua indignação será ainda maior quando, sob o pretexto do atentado do 10 de Junho, o semanário e os seus mentores forem encarcerados durante várias semanas, o que indignaria também **O Sindicalista, A Aurora** e **O Socialista.** Recordemos o que foi esse atentado e como dele se aproveitou Afonso Costa para se desembaraçar dos libertários.

Nas festas camonianas da cidade, do dia 10 de Junho, realizaram-se diversos desfiles que percorreram a Baixa de Lisboa. Na cauda daquele que subia o Chiado incorporaram-se alguns operários e desempregados. Junto ao Rossio, em torno do quiosque conhecido pela «Boia», onde habitualmente se vendiam publicações libertárias e se juntavam anarquistas, concentraram-se diversos sindicalistas que tinham preparado uma bandeira negra com a inscrição «Pão ou trabalho». Foi esse estandarte que um polícia tentou arrancar ao seu portador, quando os desempregados se colaram à cauda do cortejo, ao começo da rua Nova do Carmo. Quando o porta-estandarte, Valério Benjamim Ferreira, era detido, explodiu junto do Hotel Universo um petardo lançado por mão ignorada. A explosão matou imediatamente um jovem vendedor de hortaliças chamado Álvaro Rodrigues, de 17 anos de idade, ferindo ainda umas trinta pessoas, entre as quais uma garota que estava à janela do 2.º andar do Hotel Universo. O atentado, depressa imputado aos anarquistas e posteriormente contado como tendo morto crianças que iam no cortejo, o que não era de modo algum exacto, forneceu ao governo oportuno pretexto para uma verdadeira «caçada às bruxas», permitindo-lhe dissolver

Continua na pág. 4

este anúncio pode mudar o seu futuro

Um curso por correspondência pode transformar toda a sua vida. Seja INDEPENDENTE, GANHE MAIS DINHEIRO, TIRE POR CORRESPONDÊNCIA UM DOS NOSSOS CURSOS. ENVIE HOJE MESMO ESTE CUPÃO.

☐ COSTURA ☐ RADIO ELECTRÓNICA, TV
☐ FOTOGRAFIA ☐ DESENHO E PINTURA
☐ RELAÇÕES PÚBLICAS ☐ ELECTRICIDADE
☐ VENDAS / MARKETING ☐ INGLÊS
☐ CONTABILIDADE ☐ SECRETARIADO

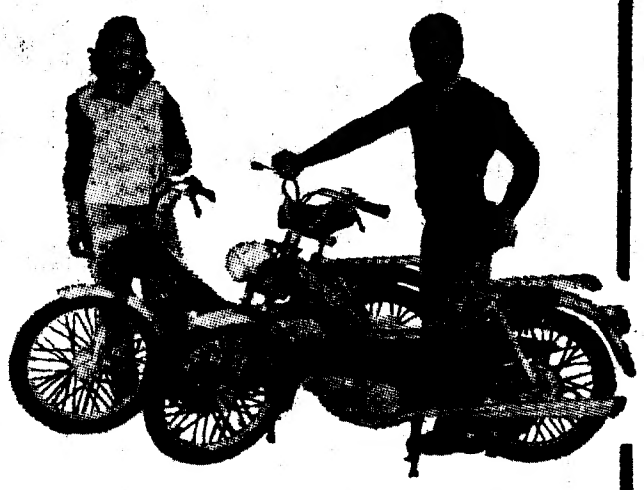
DL/21

Peço o envio do livrete colorido e ilustrado sobre o curso que indico com um ☒ GRÁTIS

NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____

CEC - ÁLVARO TORRÃO * Rádio Escola
Rua Fernão Lopes, 8 - 1096 LISBOA CODEX - Telef. 54 31 36

NÓS ESTAMOS FELIZES POR POSSUIRMOS UMA AUTOMÁTICA QUE GASTA APROX. $68 POR KM. É ECONÓMICA, DE FÁCIL MANEJO E COM ELA CHEGAMOS SEMPRE A HORAS



Preço ao Público 33.250$00

AGORA EM MARÇO E ABRIL CUSTA MENOS 2.000$00

ATENÇÃO

VÁ VER COMO É NO RESTAURANTE PÉLÉ COZINHA VARIADA

OS PREÇOS...?
UMA SURPRESA

DOMINGO:
COZIDO À PORTUGUESA
BACALHAU ASSADO NO FORNO

ENCERRA AO SÁBADO

AV.ª JOÃO CRISÓSTOMO, 62-C
LISBOA
TEL: 530660

VIVA O 25 DE ABRIL
FASCISMO NUNCA MAIS

1 – ABRIL: IGUAL A LIBERDADE

Decorridos sete anos – o que é um período breve na longa caminhada de um Portugal que vem, como Estado, a inventar e repetir as suas ilusões e as suas crises desde o século XII – o «25 de Abril» é, não só um ponto de referência histórico e político, como um símbolo. Diz-se: a «Revolução de Abril». Diz-se: a «Constituição de Abril». Diz-se: defender Abril. Diz-se: festejar Abril. E diz-se: o Portugal de Abril para significar um País libertado da tirania, da opressão, do terror e do silêncio. Para significar um País onde, com a liberdade, os homens e as mulheres recuperaram a dignidade de cidadãos.

Não é possível dissociar o «25 de Abril» do acto militar e dos seus autores. Quando se fala de «militares de Abril», pensa-se nos militares que entraram na conspiração, que do protesto socioprofissional passaram à contestação frontal do regime fascista e colonialista que se conjuraram para levar a efeito o acto revolucionário de libertação nacional. Por extensão, chamamos, hoje, «militares de Abril», a todos os militares que aderiram sinceramente ao «25 de Abril» e que sinceramente defendem a Democracia como regime de coexistência pluralista, aberto, participativo, propício ao avanço sociopolítico para novas metas de justiça social: São hoje, também, «militares de Abril», aqueles militares que defendem a subordinação das Forças Armadas ao «Poder legal democrático».

Mas como é natural, é para os «capitães de Abril», para os que rasgaram na noite fascista um caminho de esperança, que vai a gratidão popular. Gratidão, admiração, aplausos que não podem significar o esquecimento de que o «25 de Abril», o acto revolucionário, surgiu como ponto culminante de uma resistência longa e persistente, de trabalhadores e de intelectuais, de civis e de militares, de portugueses de todas as idades, de ambos os sexos, de todas as ideologias, crentes e incréus. Resistência popular e nacional contra a opressão social, a perseguição política, o terror policial, a censura, o obscurantismo cultural. Resistência que não deve ser subestimada, mas que jamais poderá ser invocada para diminuir o acto militar na sua galhardia, na sua consciência cívica, no seu patriotismo.

Sem a resistência antifascista, sem a luta contra as guerras coloniais e a opressão colonialista, o «25 de Abril» não teria sido possível. Mas sem o acto militar, sem a valentia generosa dos «capitães de Abril», não teria amanhecido tão cedo a Liberdade.

2 – ABRIL: IGUAL A DEMOCRACIA

A restauração das liberdades, do respeito pelos direitos do homem e do cidadão, a realização de eleições livres, uma nova Constituição, foram objectivos da acção revolucionária dos «capitães de Abril». O «Programa do MFA» era um programa democrático. Continha os delineamentos fundamentais da construção de um Estado democrático.

Se, com os militares, com as armas e os cravos, se misturou o anónimo povo; se logo surgiram ao lado dos militares os que vinham da Resistência, das prisões e do exílio; muitos «democratas» só se deram a conhecer por terem sido solicitados ou por terem sido envolvidos no movimento geral. E são esses – os da vigésima quinta hora – que aparecem hoje como «professores de Democracia». Alguns excedem-se e falam como «proprietários de Abril».

Livremente se puderam organizar. Generosamente foram ignorados os percursos individuais e colectivos em tempos de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano. Imprevidentemente lhes foi perdoada a matrícula em «uniões», «acções» e «legiões». E a militância na «Mocidade» foi levada em conta da mocidade própria. Entendeu-se, na euforia da vitória, que a Democracia se honrava por ser larga e equânime. Esqueceu-se que a Democracia carecia de alicerces fundos. O entusiasmo popular, não bastava. Não bastou. E a irreversibilidade da vitória democrática revelou-se uma ilusão perigosa. A jovem Democracia precisava de cuidados. Precisava, precisa, de ser defendida.

Mas a defesa da Democracia não pode ser confundida com limitação da liberdade e da vivência democrática. A **Liberdade** (com maiúscula, pois claro) defende-se pelo exercício das **liberdades.** E no painel das **liberdades democráticas** teremos que incluir a liberdade de opor, à reacção política e social, a vontade organizada do povo unido na luta pelos seus interesses concretos e na defesa dos interesses nacionais.

A Democracia pressupõe a **diferença,** a consideração do que é contraditório e complementar, mas suporta mal a **divisão** e exclui o **divisionismo.** Uma Democracia que se divide em compartimentos estanques, é uma Democracia que não soube assegurar uma vivificante mobilidade social.

Sabemos que a Democracia é o «regime dos partidos», mas sabemos que a actividade que aos partidos compete não esgota a participação democrática dos cidadãos na vida nacional. Sabemos que **os partidos** – e por razões positivas – nunca englobam o conjunto dos cidadãos. Mesmo quando são realidades maciças, não abarcam todo o movimento de massas.

Uma compreensão deste fenómeno sociológico ter-se-à reflectido no destino de Abril. Do «Programa do MFA» à Constituição de 1976, o trânsito é luminoso. Obscuras parecem ser, a sete anos de Abril, os motivos determinantes de alguns projectos de revisão constitucional estreitamente inspirados em cálculos pessoais e partidários. A Constituição de Abril não poderá ser a lei fundamental (mente) útil a um partido, favorável a um homem, propícia a uma ambição. Terá de ser a Constituição democrática do Portugal de Abril. Terá de ser o fundamento legal e cautelar da coexistência pluralista democrática.

3 – ABRIL: IGUAL A PAZ

Os «heróis» que não foram à guerra e que a não recusaram por imperativos de consciência ou por razões de militância política, cometem o abuso de nos ensinar, hoje, o respeito por Forças Armadas em que não serviram e a excelência das virtudes militares que negaram em devido tempo. O que neles foi tremor e terror, foi noutros coragem de recusa. Alguns, muitos milhares, recusaram obedecer ao convite para a guerra, à obrigação da guerra. Não nos peçam a injúria de os confundirmos com os «outros», com os que tiveram medo da guerra.

O «25 de Abril» foi feito por homens que, na sua grande maioria, fizeram a guerra. Alguns participaram no «crime». Mas, um dia, disseram: **não.**

A sua recusa de continuarem a ser os instrumentos da opressão de outras terras e de outros povos, constituiu um acto nobilitante. Os que participaram no Abril da libertação reconquistaram a consideração do Povo Português e dos amigos do Povo de Portugal. Hoje, nos territórios que durante séculos oprimimos, ninguém confunde o «opressor colonial» com os valentes «capitães de Abril».

E é, justamente, o bom nome dos «capitães de Abril» que dá ao «político» português qualidade e autoridade como interlocutor.

A «política» viabilizou-se pela «acção revolucionária». E a «acção revolucionária» caracterizou-se por ser antifascista e anticolonialista. Por ser contra a tirania e contra a guerra. A tirania era um motivo e uma fonte de guerra. O «25 de Abril» foi a paz.

4 – ABRIL: IGUAL A DESENVOLVIMENTO

Éramos, após a «salvação» de que foi taumaturgo Oliveira Salazar, após a «continuidade» de que foram entusiastas alguns dos actuais «professores de Democracia», o país mais atrasado da Europa. Os «militares de Abril» inocentes de qualquer responsabilidade na usufruição das vantagens e facilidades de um capitalismo parasitário mas complacente, no seu «rompimento» corajoso, pronunciaram-se por uma estratégia antimonopolista de desenvolvimento nacional. Estratégia que implicava, naturalmente, necessariamente, a destruição do poder de trinta ou quarenta famílias e a libertação do Portugal dos trabalhadores, dos quadros técnicos, dos investigadores, dos intelectuais.

Apostava-se nas forças do trabalho e da cultura, e tomava-se o «compromisso histórico» de eliminar as diferenças entre trabalhadores intelectuais e manuais e entre a cidade e as aldeias, entre o mundo urbano e as sociedades rurais, entre o centro megacéfalo e as periferias abandonadas, debilitadas, exauridas.

Abril era um projecto de desenvolvimento nacional. A Democracia, aceita a **diferença,** dá-lhe legitimidade legal, mas obriga-se a criar as condições que proporcionem a eliminação das diferenças sociais e de diferenças relativas ao desenvolvimento regional. Paradoxalmente: Democracia é **diferença e Democracia é processo de unificação.**

A política democrática de desenvolvimento nacional visava não só a recuperação da distância, em índices estatísticos e em condições concretas do viver, dos Portugueses em relação a outros países europeus, como a diminuição das distâncias referenciais da vida dos citadinos e dos rurais, dos burgueses e dos proletários, dos quadros dirigentes e dos executantes. Também, no que concerne as condições económicas, Democracia deverá ser igualdade, ou movimento tendencial para a igualdade.

Política de desenvolvimento deverá ser mobilização nacional contra o atraso, em termos absolutos e em termos relativos. Atraso de Portugal em relação aos outros países, atraso das regiões periféricas em relação ao centro.

5 – ABRIL: IGUAL A JUSTIÇA

Quem eram os «capitães de Abril»? O leitor, o concidadão, talvez se tenha dispensado desta curiosidade. Talvez tenha considerado que os «generais» são sempre da «classe dominante», algumas vezes da «aristocracia» indígena. E, por conseguinte, não terá detectado a origem, as ligações, as dificuldades e as servidões, desses compatriotas que, por dificuldades familiares, querendo ter «um curso», procuraram a Academia Militar. Na sua maioria, os «militares de Abril» eram pequeno - burgueses, filhos fardados do Povo. Na Revolução, eles não vêem – como o Proudhon – a elucidação das ideias, a clarificação política e ideológica, mas a Justiça.

E é em termos relativos, mas generosos, ingénuos, mas fraternais, de **justiça social,** que os «militares de Abril» consideraram o «Programa do MFA» e as repercussões, na história concreta da sociedade portuguesa, dos articulados em que tinham acordado.

Abril era a **libertação.** Mas Abril queria ser a **justiça.** Uma dificuldade surgia: a **justiça** implicava uma revolução das condições económicas estruturais. E os «militares de Abril» nessa opção se dividiram. Uns eram, simplesmente, contra o «regime», outros eram favoráveis à grande aventura. A Revolução era uma grande aventura. Só o Povo para ela estava preparado.

Os «militares de Abril» abriram as portas. Tiveram medo das correntes de ar.

6 – ABRIL: IGUAL A ESPERANÇA

O **impossível** afigurava-se **provável** naquela manhã de Abril, que após meio século de escuridão foi aurora, que após meio século de opressão foi liberdade. Ao alcance dos homens o sonho utópico, por obra e graça, por graça e desgraça, dos «capitães de Abril». Foi, nas ruas e praças, a fraternidade. Foi a cidadania. Foi a confraternização de civis e de militares. Foi a confusão de sentimentos na febre, no entusiasmo, da manhã breve. Logo – dias depois – o realismo político ditou a sentença de morte à alegria de um povo libertado.

Interesses estranhos ao verdadeiro interesse popular, verdades alheias, argumentos de duvidosa origem, vieram separar os homens unidos na afirmação da mesma vontade libertadora. Alguns tiveram medo de avançar. Alguns tiveram, o que é pior que ter medo dos outros, tiveram medo de si próprios. A Revolução ficou a meio caminho. Abril ficou em Novembro. A Primavera avançada degenerou num arrependimento outoniço.

E é isso que explica – sem ignorarmos ilusões, precipitações e erros – que os adversários de Abril possam dar lições sobre Abril. É isso que explica o escândalo – o desafio – de, sete anos depois de Abril, Abril ter mudado de campo e ser novamente, para nossa força e nosso estímulo, a bandeira afirmativa da contestação e do avanço social e político.

Contra os castradores da Revolução; contra os calculistas e os ambiciosos; Abril é – a sete anos de vista – um símbolo de libertação, um apelo de convergência, um sinal de esperança.

Afonso Costa contra a «Terra Livre»

Continuação da pág. 2

a Casa Sindical e deter militantes sindicalistas, entre os quais Pinto Quartin e Alexandre Vieira. Se Pinto Quartin foi depois expulso para o Brasil, com uma condenação de dez anos de banimento, só voltando desse exílio alguns anos volvidos (11), os demais sindicalistas apanhados na grande rusga lançada pelo governo sob pretexto da bomba do 10 de Junho eram, após meses de prisão sem culpa formada, expedidos inopinadamente para o Forte da Graça, em Elvas, onde quase todos perfizeram nove meses de prisão igualmente sem culpa formada, isto em 12 de Outubro de 1913. Algum tempo depois, respondendo no Parlamento às críticas de Machado Santos, o chefe do executivo negaria haver em Portugal pessoas presas sem culpa ou abusos do Poder na detenção de indivíduos acusados de agitação revolucionária. «Fazem falta à sociedade portuguesa – perguntou Afonso Costa na sessão de 15 de Dezembro – os indivíduos que estão presos, logo que os tribunais os julgam? Devemos conservar na sociedade esses indivíduos que fazem a propaganda da dinamite, que ajudam a fabricar bombas e que são os próprios a arremessá-las sobre cortejos de (crianças e de) pacíficos cidadãos?» E respondia que não, acrescentando: «Tem-se dito que há pessoas presas sem culpa formada, e que, como tantos outros, têm de ser soltos e absolvidos pelos tribunais. O que se persegue é a propaganda do crime. Tem-se dito que há pessoas presas sem culpa. A esse respeito devo dizer que quase todos os indivíduos presos por delitos políticos são culpados. Raríssimas são as excepções em que a prisão se efectue por mera confusão». (12) . insistia: «Em Portugal, repito, não se têm feito prisões senão de indivíduos que, salvo uma ou outra pura excepção, são verdadeiros culpados». E perguntava: «Pode consentir-se que fique impune quem, em 11 de Junho de 1913, disse que a bomba arremessada na Rua do Carmo devia ser atirada sobre os culpados do estado em que o operariado se encontrava? É preciso dizer que o Código Penal pune a propaganda do crime». A verdade, porém, é que nem **O Sindicalista** nem **A Aurora** nem **Terra Livre** fizeram essa apologia do bombismo, antes condenaram com clareza e indignação o recurso a essa «arma infame» (13).

No seu número 19, já citado, **Terra Livre,** indignava-se com a prisão de Pinto Quartin e a injustiça de o terem associado a um atentado que o

Afonso Costa e outros políticos fugindo dos grevistas («O Sindicalista» de 31 de Janeiro de 1914)

semanário nunca podia ter aprovado, dando ainda uma lista de sindicalistas detidos na altura. (14) E conta como se deu a prisão do director do semanário: pelas sete horas do dia 11 de Junho, o dia seguinte ao do atentado, foi Pinto Quartin procurado em sua casa pela polícia preventiva e levado para o Governo Civil, onde deu entrada pelas oito da manhã, ali se conservando até às 11 da noite, altura em que foi chamado ao gabinete do juiz de instrução criminal dr. Alfeu Cruz, que o convidou a fazer declarações ao seu colega, dr. Aarão de Carvalho, sendo então verbalmente acusado de ter escrito artigos em que incitava o operariado à revolta. Reduzidas a auto as suas declarações, recolheu ao calabouço, sendo removido, na madrugada do dia seguinte, para o Limoeiro, juntamente com outros 17 presos. No Limoeiro encontraria Pinto Quartin o seu amigo e correligionário Alexandre Veira, também ali encarcerado. Defendendo o seu director, o semanário espanta-se com a acusação que lhe era assacada:

« **Terra Livre** acusada de agente indirecto do **atentado** do dia 10 pelos artigos violentos publicados em suas colunas!! Como se o acto do dia 10 não fosse ainda consequência da propaganda revolucionária feita pelos republicanos para conquistar o poder – propaganda cuja necessidade para o triunfo das aspirações dos chefes republicanos a nossa imparcialidade dito seja de passagem! Como se o acto do dia 10 não fosse o reflexo desta indisciplina social que se tem feito sentir depois da mudança das instituições, indisciplina que não é particular em Portugal mas que costuma seguir-se a todas as revoluções!» (15) Num outro artigo publicado no mesmo número, o semanário, depois de relatar as violências que se seguiram ao atentado, lembra que a multidão, «atroando os ares com gritos de morte contra anarquistas e sindicalistas, se dirigiu de tropel à Casa Sindical, que se encontrava, como é sabido, encerrada por ordem do governo, assaltando-a com uma ferocidade incrível e destruindo o que podiam destruir.» (16) Alguns dias depois, a 14 de Junho, um decreto dissolvia a Casa Sindical e o Centro de Estudos Sociais, a Alcântara. Quanto aos presos, um deles, o boletineiro Aurélio da Conceição César, foi formalmente acusado de ter sido quem lançara a bomba sobre o cortejo. Mas os anarco-sindicalistas, embora nada fosse provado quanto à autoria material ou sequer moral do atentado, continuavam detidos sem culpa formada e seriam muitos deles transferidos para Elvas só em Outubro. Numa entrevista feita a um socialista («socialista-monárquico», note-se) transferido para o forte da Graça, na mesma altura, o antigo anarquista Joaquim Leitão, agora monárquico militante, contava uma leva de 130 presos políticos, escoltados por quatrocentas praças da Guarda Republicana, de espingarda carregada e bala de guerra, metidos em Santa Apolónia numa 3.ª classe, empilhados como sardinhas, levados para Elvas, extenuados, sem alimentação encarcerados depois em prisões de configuração tumular, cavadas cinco metros abaixo do solo (17). Mas Pinto Quartin não fazia parte desta leva de operários degredados: fora expulso para o Brasil, onde nascera vinte e seis anos antes. Efectivamente, depois de várias semanas detido, apesar dos protestos **d'A Aurora, d'O Sindicalista** e dos próprios artigos de **Terra Livre** assinalando que o tempo passava e os seus camaradas continuavam presos no Limoeiro, Pinto Quartin não acabaria por ser julgado; antes foi-lhe aplicado o castigo do exílio, o que levava **A Aurora** a verberar, num artigo intitulado «A última prepotência», essa medida que encerrava afinal uma confissão de impotência: «Expulsa-se porque não se pode condenar». (18) Estava-se em Agosto de 1913. Um mês antes, no n.º 21 de **Terra Livre,** sob o título de «Ignorância das Multidões». lastimava-se o «tristíssimo e lamentável caso do dia 10 de Junho (...) veio mais uma vez demonstrar-nos quanto é difícil uma ideia nova, generosa, altruísta e humana ser compreendida e assimilada pelas camadas sociais, pela grande multidão de indivíduos que seriam os próprios beneficiados com a realização desse ideal, mas que a mesquinhez da sua inteligência, ou antes as trevas em que a ignorância a mergulhou tornam ainda longínquo e fugaz. «E concluía afirmando como Reclus: **«Educar é revolucionar».**(19)

NOTAS:

(1) – O semanário TERRA LIVRE, dirigido por António Pinto Qartin (Rio de Janeiro, 1887 – Lisboa, 1970) e tendo por editor Jaime de Castro, publicou 24 números, desde 13-II-1913 a 31-VII-1913; nele colaboraram, entre outros: Aurélio Quintanilha, Sobral de Campos, José Carlos de Sousa, Emílio Costa, José Benedy, Adolfo Lima, Campos Lima, José Carlos Rates, Costa Júnior, Neno Vasco. Para escapar às perseguições do governo de Afonso Costa, publicou-se sob o título de O PROTESTO, com a mesma morada e os mesmos redactores, a partir de 24 de Julho de 1913.

(2) – Artigo «Em favor dos presos por questões sociais», TERRA LIVRE, n.º1, de 13-II-13 (artigo provavelmente escrito por P. Quartin).

(3) – Veja-se Manuel Ribeiro, «A propósito de um hino», artigo incluído no livro **Na Linha de Fogo,** Lisboa, 1920.

(4) – Neno Vasco (isto é: Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, 1878-1920), colaborador assíduo de TERRA LIVRE, autor do livro **A Concepção anarquista do Sindicalismo** (1920) e de **Da Porta da Europa. Factos e ideias, 1911-1912** (Lisboa, 1913).

(5) – Artigo «Em pleno pânico», TERRA LIVRE, n.º12, 1-V-1913.

(6) – Artigo «As medidas do governo», TERRA LIVRE, n.º13, 8-V-1913.

(7) – «Hoje como ontem! /Outra vez João Franco » (cabeçalhos), TERRA LIVRE, n.º 13.

(8) – Idem, n.º cit.

(9) – «Terra Livre Apreendida. /Porque seria?», TERRA LIVRE, n.º14, 15-V-1913.

(10) – Sobre a prisão de Carlos Rates, veja-se TERRA LIVRE, n.º 15 (artigo «Carlos Rates preso) e n.º 18 («Uma infâmia assombrosa: /Carlos Rates e António Henriques estão presos como vadios!»).

(11) – O SÉCULO noticia regularmente o caso da prisão de P. Quartin e da sua expulsão de Portugal ao abrigo duma lei de António Macieira, que já servira para banir do território um português vindo do Brasil com o alegado intuito de assassinar Afonso Costa. O SÉCULO noticia a 19-VIII-1913 que P.Q. já teria recebido a intimação oficial no sentido de deixar o território, uma vez que alegara a sua naturalidade brasileira (era filho dum português e duma brasileira, tendo nasc. no Rio de Janeiro). No dia 20, o mesmo jornal informa que o director de TERRA LIVRE devia seguir brevemente para o Brasil « à custa do governo português». No dia 21, P.Q. era realmente expulso, sendo metido a bordo do vapor inglês **Darro,** juntamente com a mulher e uma filha. Na véspera fora transportado do Limoeiro, onde se achava desde o dia 11 de Junho, para o governo civil, transferência que ocorreu pelas 16 h 30 m da tarde; assinado o documento que lhe impunha a expulsão, ali ficou a aguardar o momento de ver executada a ordem de ostracismo, supondo aliás que o iam meter num comboio em direcção a Badajoz; no governo civil foi o director de **T.L.** visitado nesse dia pela mãe, pela mulher e filha e ainda por muitos amigos. No dia 22 de Agosto, o SÉCULO escrevia: «Saiu ontem, efectivamente, de Lisboa, o nosso colega P.Q, director da TERRA LIVRE, preso no dia 11 de Junho como instigador do atentado da rua do Carmo e, mais tarde, mandado expulsar do País por determinação do Governo, visto este ter averiguado que era cidadão brasileiro. «E informava que, a princípio, P.Q. supunha que partiria de comboio para Espanha, como lhe tinham dito; receando talvez que amigos seus se fossem despedir dele, a polícia mudou de intentos e optou pelo ostracismo por via marítima, designando o Brasil como terra de exílio, em vez da Bélgica para onde P.Q. manifestara desejo de partir. «De facto – continua o jornal –, pelas 15 h precisas, P.Q., acompanhado por um guarda cívico, saiu pela porta que comunica com a rua Serpa Pinto e, sem que fosse notado, seguiu para a ponte de vapores da Parceria, onde era aguardado pelo adjunto da Polícia do Porto, Sr. Lúcio Heitor, o qual o acompanhou até bordo do vapor inglês **Darro,** da Mala Real Inglesa, tomando porém lugar num camarote de 2.ª classe, cujo excesso foi pago do seu bolso. A bordo do **Darro** achavam-se algumas pessoas da sua família e sua esposa e filho (sic), dizendo-nos alguém que estes também seguiriam em sua companhia, o que não parece seja verdade» (O SÉCULO, 22-VIII-1913, pág.2). O diário O SOCIALISTA, que seguira com enorme interesse todo o caso e havia de publicar mesmo uma carta de despedida de P.Q. informa no seu número de 22-VIII-13 que P.Q. o director da **T.L.** seguiu de facto em companhia da mulher, Deolinda Lopes Vieira e a filha Orquídea. O **Darro** teria levantado ferro às 16 h do dia 21 de Agosto. Na carta que o diário socialista (dirigido por Pedro Muralha) publica, P.Q. garante: «Parto pois, confiado em que o povo português, soberano e altivo como o leão, dará em breve o salto e se libertará do despotismo infrene que o tortura e amordaça, que o sufoca e subjuga. E então uma nova era raiará neste país(...) «(artigo «Barra fora. /Uma carta de P.Q: / Palavras eloquentes», O SOCIALISTA, 22-VIII-1913, 1.ª pág.). (12) – Afonso Costa, discurso no Parlamento, sessão de 15-XII-1913. Note-se não ser verdade que a explosão tenha atingido as crianças que desfilavam Chiado acima. O rebentamento do petardo lançado na rua Nova do Carmo fez muitos feridos entre os operários e os músicos da banda de Castelo de Vide, causando três mortes; uma, imediata, a de um vendedor de hortaliça, e duas, mais tarde: a do porta-estandarte, Valério Ferreira operário do Arsenal da Marinha e o músico Valdemiro Pinto; o porta-estandarte faleceu no Limoeiro alguns dias volvidos e o músico alentejano no dia 12 de Junho. Na mesma tarde do atentado, o jornal monárquico O DIA foi assaltado; a mesma multidão dirigiu-se pelas 15 h para a rua dos Prazeres, onde ficava a Casa Sindical, dando vivas à República e morras aos sindicalistas. Ouçamos o relato do JORNAL DE NOTÍCIAS: «À porta estava de serviço o guarda 1627, que correu ao mais próximo telefone a comunicar para o governo civil o que se passava, isto enquanto a multidão ia lançando uma saraivada de pedras sobre o prédio 39 e 41, onde aquela agremiação estava instalada, partindo-lhe todos os vidros. Investindo depois contra a porta 41 e janelas do rés-do-chão, tudo arrombaram, entrando alguns populares na sede da União das associações de classes e trazendo dali vários bancos e outros objectos que partiram na rua, sempre entre vivas e morras. Dez minutos depois, à carga, subia a rua uma força do 3.º esquadrão de cavalaria da guarda republicana que dispersou os manifestantes, distribuindo algumas pranchadas. Tentando segunda vez os populares investir contra o edifício, houve novas cargas de cavalaria e a rua ficou desimpedida, chegando então uma força de polícia que evitou novas manifestações. Os assaltantes formaram depois um cortejo que, levando à frente a tábua de um banco onde se lia **Assalto à Casa Sindical,** seguiu para a baixa, onde dispersu. «(Jornal de Notícias, 12-VI-13).

(13) – Veja-se TERRA LIVRE, artigos «A arma infame» (n.º24), «Perseguição à TERRA LIVRE» (n.º19), «A situação» (idem), «Ignorância das multidões» «n.º21), «Em pleno arbítrio!» (n.º22) e «Em pleno regime autocrático!» (n.º23). Veja-se A AURORA, artigo «A bomba» (22-VI-1913) e O SINDICALISTA (n.º 129, de 22-VI-1913), artigos «Nós e o atentado»; e n.º 130, de 19-VII-13, artigos «Os últimos restos», «Ainda a explosão da bomba», etc.

(14) – Veja-se TERRA LIVRE, artigo «Perseguição à TERRA LIVRE», n.º 19.

(15) – Artigo citado. A segunda frase citada está inacabada no original.

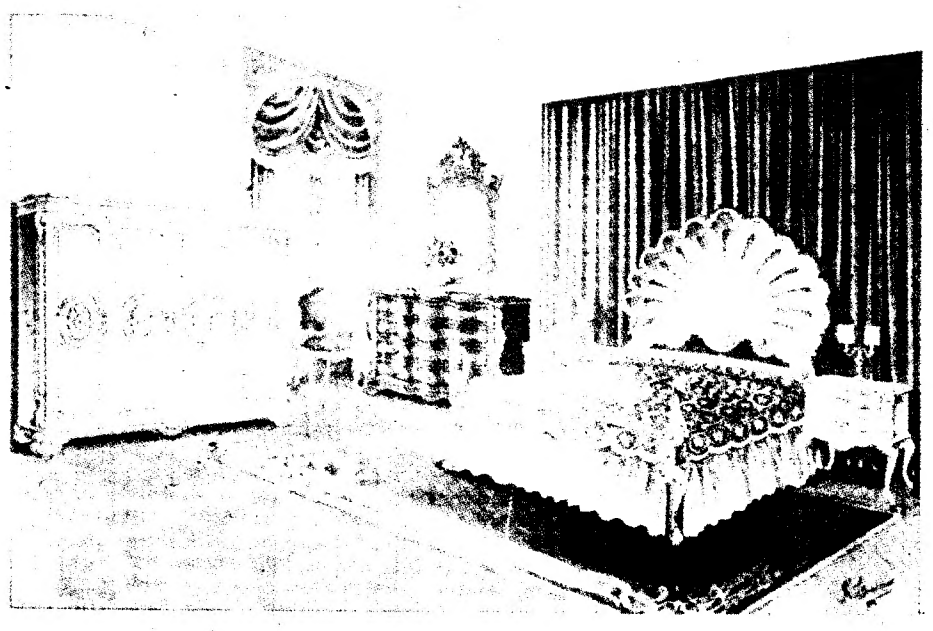
(16) – Artigo «A situação», TERRA LIVRE, n.º 19.

(17) – Joaquim Leitão, A ENTREVISTA, n.º 12, de 31-I-1914.

(18) – A AURORA (Porto) de 17-VIII-1913, artigo «A última prepotência».

(19) – TERRA LIVRE, n.º 21, artigo «Ignorância das multidões». A frase é de Elisée Reclus (1830-1905), geógrafo e anarquista francês muito divulgado e traduzido em Portugal.

ARMAZÉNS DE MÓVEIS
BEIRA RIO
DE
ANTÓNIO CARLOTO

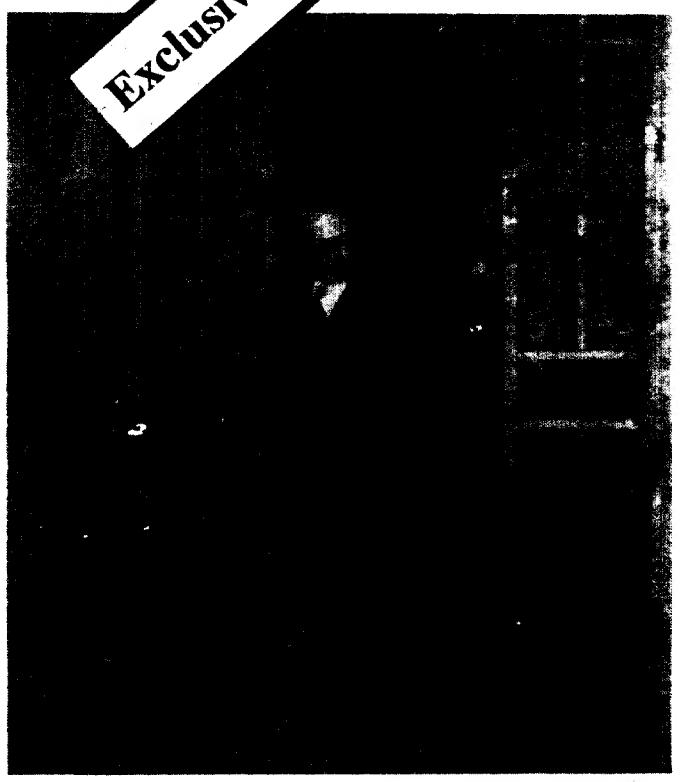


MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS

PARA VOSSO INTERESSE
CONSULTEM OS NOSSOS PREÇOS

VENDAS
Rua Miguel Bombarda, n.ºs 222 e 222-A
Telef. 207 24 48
BARREIRO
Rua Serpa Pinto, 43 e 45

Exclusivo «DL»



Falar com Ruy Luís Gomes é, por um lado, escrever páginas mais ou menos desconhecidas da nossa História – a história lúgubre dum regime e a História heróica do povo – e, por outro, lançar o olhar risonho sobre o futuro.

Ruy Luís Gomes recebe-nos, na sua casa, um modesto andar da Rua Pinheiro Manso, no Porto, caloroso como sempre. E patenteando aquela fortuna que todos lhe reconhecem: a sua grande modéstia e humildade. Vamos para a sua pequena sala de trabalho, de paredes cheias de evocações. São pinturas (Guernica e Einstein em lugar de destaque), fotografias, desenhos e alusões ao 25 de Abril. No chão, a um canto, como que acabada de chegar, uma grande caravela feita de fósforos. Ruy Luís Gomes esclarece: mandou-a um preso da Cadeia de Paços de Ferreira que se considera injustamente condenados (14 anos) e que lhe escrevera a pedir a sua intervenção, tendo já sido visitado várias vezes pelo Reitor vitalício da Universidade do Porto. Esta a dimensão humana de Ruy Luís Gomes.

Depois, explicações sobre documentos e fotografias do álbum desalinhado, sobre recortes de jornais e esculturas oferecidas por alunos brasileiros. Reconhecido o ambiente, a entrevista, combinada há meses, começa. Apenas com uma limitação: não impor margens estreitas ao rio da palavra. Porque a memória deste «tripeiro» (de Miragaia), que não esconde aquele salutar grão de loucura própria dos jovens, faz parte já da nossa memória colectiva. E assim foi: durante mais de três horas a conversa fluiu, sem baias. E aqui está quase na íntegra.

Ruy Luís Gomes, 75 anos feitos em 5 de Dezembro, reconduz-nos à luta antifascista feita de exílio, cárcere, agressão e demissão da Universidade. Sem passadismo, porque Ruy Luís Gomes está sempre com os olhos postos no futuro, naquele futuro iniciado precisamente há sete anos.

Se Salazar não tivesse alterado a lei Ruy Luís Gomes tinha sido proclamado Presidente da República em 1951

Do MUD ao MUNAF

«Diário de Lisboa» – Quando é que o sr. prof. começou propriamente a sua luta política? Qual o primeiro acto político da sua vida?

Ruy Luís Gomes – No plano de participação num acontecimento de expressão popular é com o MUD, em 1945.

«DL» – Em cuja criação participou...

R.L.G. – Exactamente, e fui presidente da sua comissão distrital, convidado por uma série de pessoas como o Cal Brandão e o António Macedo, que já tinham participado, no plano político, em muitas actividades. Também pertenci ao MUNAF, mas já não sei em que altura entrei.

«DL » Antes do MUD?

R.L.G. – Isso; não sei quantos anos. Era um movimento, digamos, clandestino que incluia elementos das Forças Armadas e era presidido pelo Norton de Matos.

«DL» – Ao longo da sua luta antifascista há algum facto que mais o tenha marcado em termos de repressão do regime?

R.L.G. – De uma certa forma e agora que falamos do MUD foi o cinismo que assumia o fascismo. Quando foi da formação do MUD, que como sabe foi um movimento espontâneo extraordinário, o Governo tentou apanhar as listas dos aderentes para através delas desencadear a repressão. Dá-se aqui a minha primeira prisão. Eu fazia parte da comissão distrital, como já disse, juntamente com António Macedo, Cal Brandão, Olívio França, e António Machado e fomos todos chamados ao Governo Civil para entregar as listas. Nessa altura tomámos todos uma posição corajosa. Dissemos que as listas estavam nas nossas mãos, mas que não as entregávamos. Fomos todos presos.

«DL» – Para que cadeia?

R.L.G. – Para o Aljube. E aquilo foi uma verdadeira romaria de visitas que nesse mesmo dia à noite já nós pensávamos que iamos ser postos em liberdade. Afinal de contas fomos transferidos para Lisboa, para o Aljube também. Um processo que fazia parte do sistema. Fomos presos à ordem da polícia pública e depois passámos para o domínio da PIDE. No Aljube ficámos todos juntos. Passada uma semana foram todos postos em liberdade menos eu.

«DL» – Por ser o presidente da comissão distrital?

R.L.G. – Não, não era nada por ser presidente. Era precisamente porque tinham pressentido ou sabido que eu fazia parte do MUNAF. Logo percebi pelas perguntas que me fizeram que tinham tido qualquer toque. Mas também fiquei apenas mais algumas horas e acabaram por me pôr em liberdade.

«DL» – E em que ano foi isso?

R.L.G. – Em 1945.

«DL» – Logo no ano da criação do MUD...

R.L.G. – ....Exactamente.

«DL» – E para além dessa quantas vezes mais esteve preso?

R.L.G. – No total estive uma dezena de vezes preso. A segunda foi numa situação completamente diferente da primeira. Foi no funeral de Abel Salazar, no dia 1 de Janeiro de 1947, facto que se transformou num grande acontecimento de ordem política. Várias pessoas usaram da palavra, eu também falei e, no final, prenderam-me e levaram-me outra vez para o Aljube. No dia seguinte era para ser julgado no tribunal de polícia, mas houve aquela cena já contada tantas vezes.

«DL» – Qual?

R.L.G. – ...Eu estava sem gravata, os advogados começaram também a tirar a gravata, foi um escândalo e o juiz já não veio à sala fazer o julgamento e eu passei para a PJ, que depois me levou a casa em liberdade. Isto é apenas um apontamento para ver o que era aquela engrenagem.

Recordo também que uma prisão foi por causa do MUNAF. Fui preso juntamente com Marques Teixeira, Mário Silva, Hélder Ribeiro, Cal Brandão e António Macedo. Depois, já em 1952, voltei a ser preso por causa de um documento elaborado a propósito da 1.ª reunião do Pacto do Atlântico realizada em Lisboa. Nós diziamos Pacto da Paz e não Pacto do Atlântico. Fomos condenados – Virgínia Moura, Lobão Vital, Albertino Macedo, José Morgado e eu – em três meses de prisão. Nessa altura faziamos já parte do Movimento Nacional Democrático, que surgiu em 1949 como forma de dar continuidade ao movimento da candidatura de Norton de Matos.

1945 – Direito à autodeterminação das colónias

«DL» – Mas só em 1954 é que fazem aquele célebre documento sobre a autodeterminação...

R.L.G. – ...Isso, em Agosto. Aí é que nós pomos pela primeira vez o direito à autodeterminação dos pvos, condenando a política colonial do Estado Novo. Só depois do 25 de Abril é que esse documento pôde ser publicado na Imprensa. Foi a primeira vez que um movimento político pôs o problema da autodeterminação e surgiu por ocasião dos acontecimentos em Goa, Damão e Diu. Nessa altura não estavam representadas todas as correntes democráticas no MND, mas em face da prisão e quando foi do julgamento no Tribunal Plenário do Porto todas as forças vieram afirmar a sua solidariedade. Uns foram advogados, caso de António Macedo, Cal Brandão e Olívio França, por exemplo, e outros testemunhas. Teve um eco extraordinário no País, porque aí pusemos o dedo na ferida. Não púnhamos propriamente o problema da independência, mas o que fazíamos era uma análise, uma crítica, sob a forma de perguntas à situação das colónias. Perguntas como estas: qual é a mortalidade infantil em Angola e Moçambique, distinguindo a população branca e a negra? qual é a taxa de analfabetismo entre brancos e negros? quantos negros é que têm acesso ao ensino primário e ao secundário?; quantos negros estão à frente das grandes companhias? Está a ver era um escândalo porque era ir ao fundo do problema. Tanto assim que no tribiunal nem deixaram discutir o documento. O julgamento passou-se todo com a PIDE e o tribunal a tentarem provar que nós pertenciamos ao PCP. Evidentemente que a primeira coisa que, na PIDE, me perguntou o inspector Falcão foi esta: há quantos anos o sr. pertence ao PCP? Isto era uma coisa infame. E como comentários ia dizendo assim: «Isto não é um documento, isto é um crime de alta traição, só no tempo de Gomes Freire é que há um crime como este; se fosse num país civilizado como, por exemplo, os EUA, isto dava a pena de morte, mas como nós estamos neste país...»

«DL» – ...Ainda eram bonzinhos!

R.L.G. – Era assim. E por que razão faziam a pergunta daquela forma? Era porque a legislação estava toda construída de maneira que se se provasse que o sujeito pertencia ao PCP estava cilindrado – pena maior, medidas de segurança e o indivíduo nunca mais saía de lá. Mas isso não conseguiram, nem o crime de traição à Pátria...

«DL» – E qual foi a pena?

R.L.G. – ...Havia coisas com as quais eles esbarravam. Por exemplo o documento era assinado por nós, portanto a clandestinidade caía toda por terra. E quando o juiz me perguntava: Onde é que os srs. se reúnem?», eu respondia «em minha casa». E como é que faz as convocações? «Faço-as pelo telefone». Era assim mesmo. A gente jogava nisto. E também no apoio da opinião pública que também não podia ser muito grande porque não deixaram publicar o documento nos jornais. Quantas vezes eu perguntei para o «DL» para «O Século» para o «DN»: «Os srs. receberam o documento? «Recebemos sim». Porque é que não publicam? «O sr. dr. compreende...». Não compreendo nada, publiquem-no. Passaram-se dias, semanas e nunca mais foi publicado.

«DL» – Em quantos anos foram condenados?

R.L.G. – Em dois. Estivemos um ano como medida preventiva, depois recorremos da sentença. O julgamento foi repetido, mas voltámos a ser condenados na mesma pena. Os homens foram para Santa Cruz do Bispo e a Vírgina Moura para a cadeia civil.

Parafrasear Salazar deu três dias no «Limoeiro»

«DL» – Independentemente dessa...

R.L.G. – ....Lembrei-me de outra coisa. Em 1956 fui testemunha do jornalista David Carvalho, no Tribunal Plenário de Lisboa, e a certa altura o advogado perguntou-me se o Governo era democrático ou antidemocrático. Eu respondi reproduzindo aquilo que Salazar dizia e que estava nasqueles calhamaços de propaganda que havia na altura: «é antidemocrático, antiliberal, autoritário e intervencionista». Mal eu digo isto o juiz levanta-se: «O sr. está a ofender o sr. Presidente do Conselho». Eu disse: «Não estou a ofender coisa nenhuma, estou apenas a reproduzir textualmente aqui o que ele mesmo disse – é um governo antidemocrático». «Então vai três dias para a cadeia por falta de respeito ao Tribunal». E mandou-me para o Limoeiro. O Limoeiro era considerado nessa altura uma coisa pavorosa. Era uma cadeia de tipos depravados, assassinos, etc. E seu soube mais tarde que ele me tinha mandado para as enxovias. Porém, o director da cadeia tinha sido condiscípulo do meu irmão em Coimbra e não teve a coragem de me mandar para as enxovias e mandou-me então para a enfermaria. Tenho pena de não ter aqui para lhe dar o cartãozinho de soltura que me entregaram. Aquele juiz até recebeu um cartão de Salazar a dizer que felizmente ainda havia juízes, tal e tal. É para ver como as coisas funcionavam.

O elogio da convivência

«DL» – Para além desses factos penosos e tristes por que passou o sr. prof. recorda algum acontecimento com satisfação e saudade?

R.L.G. – Por um lado foi a camaradagem a imensa vida vivida em comum com tantas pessoas, algumas felizmente ainda estão aí: o José Morgado e a Virgínia Moura. Não há nada que pague essa convivência de há tantos anos.

Por outro lado há a consciência de que demos a nossa contribuição efectiva àquilo que se chama o «movimento da resistência». E demo-la atacando problemas fundamentais do País como o da autodeterminação, que era o mais transcendente. Era aí que mais tarde se iria jogar o 25 de Abril. Mas no caso do José Morgado, por exemplo, a nossa convivência é também no campo profissional. E aqui entronca toda a nossa participação na resistência.

(Ruy Luís Gomes aflora aqui o problema da investigação científica e refere que neste aspecto pouco se tem avançado. Temos tido homens notáveis, reconhece Ruy Luís Gomes, mas tem-se primado, de uma forma geral, pelo desperdício das suas capacidades. Por outro lado, problemas que são a matéria-prima da investigação científica não faltam por aí e para o Reitor vitalício da UP «as coisas mais importante ao nível da investigação têm de ser feitas a partir destes problemas».

Universidades: corporações fechadas

«DL» – Acha que a situação hoje nas nossas universidades é idêntica a essa do desperdício?

R.L.G. – Bom, quando eu cheguei a Portugal em 1974 era muito mais simples trazer para a universidade personalidades destacadas, mesmo que não tivessem seguido a rotina académica toda. Mesmo assim houve pessoas do mais alto valor que naõ entraram. Algumas até já morreram, como Jorge Sena, que pela rotina académica nunca poderia ser professor da Faculdade de Letras, porque nem tinha sequer o curso de letras, era engenheiro. Alguns chegaram a entrar, mas as coisas começaram a complicar-se de tal forma que acabaram por sair. A legislação que tem saído sucessivamente não vem facilitar, mas complicar. Está infelizmente, embebida de catedratice. Cada vez mais há uma tendência para que as universidades sejam corporações fechadas, onde só se entra seguindo aquela rotina toda e onde intervêm como grande factor certas simpatis que haja dos catedráticos, que, são, afinal aqueles que do ponto de vista legal têm o comando das faculdades.

DL» – Foi isso que criou dificuldades ao prof. José Morgado?

R.L.G. – Não. O José Morgado o que teve foi uma batalha de cinco anos para chegar a professor afectivo. Agora, ainda seria muito mais difícil.

Abel Salazar: Instituto e Museu

«DL» – Um dos sonhos que o sr. prof. acalentava de há muitos anos era a criação do Instituto Abel Salazar. Hoje uma realidade....

R.L.G. – ...Em certo sentido é uma realidade. Mas isso não quer dizer que não tenhamos a consciência de que há muita coisa a fazer ainda.

«DL» – Mas como estrutura universitária já está implantada.

R.L.G. – Já não corre o perigo de ser desvirtuada, isso não. Agora até acabou o regime de instalação em que estava desde 1975 e espera-se que já na próxima semana os órgãos directivos tomem posse perante o reitor. Depois vai ser aquilo que os investigadores ali reunidos quiserem.

«DL» – Uma vez realizado esse sonho, qual é o que ainda lhe falta concretizar?

R.L.G. – Por exemplo a Casa-Museu Abel Salazar que, como sabe, foi doada à Universidade pela Gulbenkian, o que me deu uma grande satisfação porque eu nunca imaginei que isso viesse a acontecer, Nunca imaginei que de facto como reitor tivesse a felicidade de um dia o dr. Azeredo Perdigão me vir pôr o problema de doar a Fundação Abel Salazar à Universidade. Foi o momento mais feliz da minha vida. Agora temos de continuar a melhorá-la.

«DL» – Quando diz que falta concretizar, refere-se a quê?

R.L.G. – É preciso fazer muita coisa. É preciso que seja uma casa-museu com vida e nessa parte ainda há muitas lacunas. Nós tivemos a felicidade de ter uma série de vereações da Câmara de Matosinhos interessadas na casa-museu e particularmente agora que temos no pelouro da cultura um homem notável que é o Dias da Fonseca, agora estou convencido que vamos conseguir que aquilo se torne uma instituição viva.

Candidato a Presidente da República

«DL» – Vamos recuar de novo alguns anos: em 1951 o sr. prof. foi candidato a PR. Era aliás o único candidato legal. Hoje

Continua na pág. 6

Abordagem do passado com os olhos no futuro

Continuação da pág. 5

passados quase 30 anos como é que vê esse acontecimento? Quais as circunstâncias que rodearam a recusa da sua candidatura?

R.L.G. – Nessa altura as candidaturas eram apresentadas perante o Supremo Tribunal de Justiça. Tinha que haver um número mínimo de eleitores e foi uma dificuldade enorme dentro daquele quadro repressivo conseguir encontrar as pessoas que estivessem com a sua capacidade eleitoral intacta em termos oficiais, a começar pelo próprio candidato.

«DL» – E recolheu muitas assinaturas?

R.L.G. – Isso foi um problema tremendo. Ainda por cima as autoridades das várias zonas do país punham grande dificuldade para dar as certidões. Uma das técnicas usadas era não dar as certidões validadas. Mas as dedicações de carácter popular foram de tal ordem que ultrapassámos largamente o número necessário para se poder apresentar a candidatura. Quem nos apresentou como candidato foi o Luís Francisco Rebelo e o mandatário era o Lobão Vital. Fizemos uma reunião em Lisboa e demos uma conferência de Imprensa no célebre hotel Bragança. Depois quando viemos para o Porto houve ataques da polícia na estação e o acontecimento mais graves e ao mesmo tempo mais emocionante haveria de ser a sessão de Rio Tinto onde a PSP interveio brutalmente.

«DL» – Concretamente como é que as coisas se passaram aí?

R.L.G. – Primeiro foi muito difícil realizar essa sessão. Toda a gente negava os teatros.

«DL» – No Porto, por exemplo, não conseguiram?

R.L.G. – Não, no Porto não conseguimos nenhum. Apenas aquele homem do Cineteatro de Rio Tinto cedeu a sala. As pressões da polícia sobre ele foram grandes, mas o homem nisso portou-se seriamente dizendo «eu estou comprometido e agora não vou negar». Depois houve todo um aparato bélico grande, metralhadoras e polícias por todos os lados quando lá chegámos. Mas a multidão também era enorme. E o aspecto da sala quando a gente lá entrou fazia lembrar coisas dos tempos, sei lá, da Revolução Francesa. O entusiasmo era enorme, os rapazes novos levantavam-se no ar, à menor coisa que se dizia levantava-se aquela gente toda. Era uma coisa louca. Eu nunca tinha visto uma coisa semelhante de entusiasmo colectivo. Depois o José Morgado quando falava referiu-se em qualquer coisa ao Exército, e, nessa altura, foi interrompida a sessão pela Polícia. As pessoas começaram então a sair e a Comissão Central do MND que era também a comissão da candidatura ficou para o fim. E quando saíamos, estávamos no alto da escadaria do cinema, a Polícia vinha fazer uma carga. Nós então cantámos a Portuguesa e a polícia deteve-se. Mal acabámos de cantar eles carregaram e nós caimos todos. O arq.º Lobão Vital caiu sobre mim e foi o que me valeu. De maneira que eu senti passar aquele tropel e depois fomos levados ao Hospital de Santo António. Estávamos todos feridos. Eu nessa altura já não era propriamente jovem e fiquei bastante magoado.

«DL» – E o sr. prof. estava lá na qualidade de candidato legal a Presidente da República?!

R.L.G. – Claro, de resto ainda não tinha havido a decisão da anulação da candidatura. De maneira que aquilo foi um ataque directo ao candidato e às pessoas que o acompanhavam.

«DL» – **E depois não houve sequer a possibilidade de processar a Polícia?**

R.L.G. – Nós fizemos um protesto, tentámos tudo isso, mas nunca deu nada. De resto quem comandava a força policial era mesmo o comandante distrital da PSP, o major Santos Júnior.

A técnica salazarista

«DL» – Aquela sessão foi a única que fez como candidato?

R.L.G. – Pois foi, porque logo a seguir veio a alteração da lei. O Governo de Salazar foi colocado, logo após a morte de Carmona (reeleito em 1949), perante esta situação: há um único candidato apresentado segundo a legislação vigente, portanto...

«DL» –... altera-se a lei.

R.L.G. – Se estivéssemos num regime democrático a eleição estava feita. Não havia eleição sequer. Era proclamado presidente. Mas como se estava num regime fascista a lei foi alterada e passou-se ao tal Conselho de Estado que fazia a filtragem dos candidatos. Às vezes apresenta-se as eleições de 1951 como tendo havido três candidatos, mas não. Houve um candidato apenas, e, depois da alteração da lei, é que se apresentam dois novos candidatos. Claro que a alteração não foi feita só para afastar o único candidato legal, mas também para fazer surgir o candidato da União Nacional. De maneira que apareceram as candidaturas de Quintão Meireles e Craveiro Lopes que foram aceites pelo Conselho de Estado, enquanto a minha foi rejeitada. Entretanto Quintão Meireles desistiu, não foi às «urnas», urnas entre aspas, porque aquilo foi uma farsa, e ficou só candidato da UN.

MND: de 1949 a 54

«DL» – A sua candidatura tinha o apoio de toda a oposição?

R.L.G. – Não tanto. Porque fui apresentado pelo MND que foi um movimento surgido a seguir à desistência da candidatura de Norton de Matos, em 1949, fundamentalmente por aqueles que defenderam essa desistência, e foi a grande maioria numa assembleia realizada no Centro António José de Almeida com representantes de todos os distritos, com base na falta de condições mínimas de seriedade do acto eleitoral. Poucos eram os que consideravam que era de manter a candidatura e o próprio Salazar parecia desejar isso mesmo, já que disse na altura que Norton de Matos já tinha feito todo o mal que podia fazer mas não o único bem que podia ter feito – continuar até ao fim. Nessa altura viviam-se momentos difíceis – 1949 foi ano difícil até na história mundial – de maneira que se discutia o seguinte: os movimentos legais devem surgir apenas ligados a actos eleitorais, entre aspas, ou devem procurar ser uma coisa o mais possível contínua.

Esta foi a linha de separação. A nós parecia-nos que devia continuar um movimento legal em que as pessoas se assumiam como dirigentes, porque continuava a subsistir o problema da falta de liberdades em Portugal e essa é que era a nossa grande reivindicação, a das liberdades. Foi isto. A separação não tem nada a ver com a questão de ser comunista ou não ser.

«DL» – O MND mantém-se quantos anos? Foi extinto quando?

R.L.G. – Isso foi só a seguir ao julgamento no Plenário do Porto a propósito daquele documento sobre a autodeterminação. Nós ficámos inutilizados para efeito de dirigir o movimento porque fomos condenados a dois anos de prisão, mas ficámos sem direitos políticos por quinze anos. A nova oportunidade de formar um grande movimento só surge quatro anos depois, em 1958, com Humberto Delgado que ainda se foi despedir de mim ao aeroporto, quando eu fui, nesse mesmo ano, para a Argentina.

«DL» – Isso foi antes do fim do ano, não foi?

R.L.G. – Pois foi. Foi em Setembro. E sabe com quem é que eu estive na Argentina? Com o capitão Henrique Galvão que voltaria a encontrar mais tarde em Buenos Aires.

Em Portugal sem sair do aeroporto

«DL» – Já no final do seu longo exílio, em Janeiro de 1973 o sr. prof. tentou vir a Portugal mas ficou retido no aeroporto. Como é que isso se passa? O sr. prof. vinha desenvolver alguma actividade política?

R.L.G – Bom, eu vinha tal como sou, mas o motivo imediato que me trazia era o Lobão Vital que tinha ficado doente em consequência do acidente que teve. De resto os jornais, em particular o «Diário de Lisboa», tinham dado a notícia, recebida do Recife, de que eu ia chegar naquele dia. De forma que eu convenci-me mesmo que poderia entrar em Portugal. Mas quando eu saí do avião levaram-me para uma salinha que lá havia da Pide e começaram uma tentativa de interrogatório. Quantos dias eu ia passar em Portugal? etc. Eu disse que não tinha nada a dizer e que isso era comigo. As coisas foram engrossando, como se diz no nordeste brasileiro, e passadas umas tantas horas fui impedido de ficar em Portugal e tive que seguir para Paris de regresso ao Brasil.

«DL» – Quantos anos esteve no Brasil?

R.L.G. – Foram doze, de 62 a 74.

«DL» – E antes de 1962?

R.L.G. – Tinha estado três anos na Argentina.

«DL» – Sempre como professor?

R.L.G. – Sempre. Fui convidado pela Universidade de Bahia Blanca para professor de Matemática. Depois passei para a Universidade de Pernambuco, no Recife, onde estavam já três colegas portugueses – Zaluar Nunes, Alfredo Pereira Gomes e José Morgado.

A demissão

«DL» – Em Portugal o sr. prof. estava há quanto tempo impedido de exercer a sua profissão?

R.L.G. – Estava desde 1947, altura em que fui demitido da Universidade do Porto.

«DL» – Foi demitido concretamente porquê?

R.L.G – Concretamente foi o seguinte: a Pide tinha prendido

Para todos os fins. Produzimos
e instalamos ar condicionado Winner.
Estamos onde são necessárias
condições especiais de ambiente,
salubridade e conforto.
Em grandes espaços. Supermercados.
Museus. Bibliotecas. Hospitais.
Departamentos do Estado. Nas empresas.
Possuimos a experiência
e a tecnologia adequadas
para responder a quaisquer exigências.
A Tepclima fornece tudo
o que os instaladores necessitam.
Sem recorrer a importação.

Aparelhos de ar condicionado.
Desumidificadores. Câmaras frigoríficas.
Instalações para camiões frigoríficos.
Pavimentos falsos.

Fabricado por

Fábrica Nacional de Ar Condicionado / UCRL

Distribuido por TEP Clima scrl

Rua do Arco do Carvalhão, 235-C
Tel. 65 83 85 - 65 67 28
1300 LISBOA

PORTO	VLADIMIRO GUIMARÃES Rua Campo Alegre, 478 · 4100 PORTO · Tel. 69 08 06 - 6 43 62
MADEIRA	BEARLEY & FERNANDES, LDA. Rua dos Ferreiros, 71 · 9000 FUNCHAL · Tel. 2 53 12
AÇORES	ADALBERTO MARTINS & FILHOS, LDA. Rua Duque de Palmela, 17 · 9700 ANGRA DO HEROISMO - Terceira · Tel. 2 40 21/2

HIPER

Abordagem do passado com os olhos no futuro

uma aluna da Faculdade de Ciências e eu tomei uma posição contra essa prisão, entendia que o Conselho da Faculdade tinha de se pronunciar sobre ela. Depois a coisa rolou, chegou até ao Ministério e eu fui suspenso. Como eu era professor do quadro, foi-me então instaurado um processo disciplinar e o juiz passado bastante tempo, condenou-me em seis meses de suspensão. Passado este tempo eu regressaria ao serviço, mas estes processos subiam todos para uma instância dependente do ministro da Educação que se chamava Comissão Permamente de Acção Educativa e que na altura era presidida pelo Mário Figueiredo. Ora foi o ministro que, com base na posição deste conselho e passando por cima da posição do juiz, me demitiu pura e simplesmente.

«DL» – E nunca mais pode exercer senão após o 25 de Abril?

R.L.G. – Mais tarde houve uma amnistia que me abrangia, mas eu só poderia voltar ao serviço se subscrevesse aquele documento que havia para a função pública contra as associações marxistas. Mas eu não assinei. E não assinei porque se eu era amnistiado tinha de ser colocado no posto onde estava antes, sem mais nada.

«D.L.» – E ainda estava em Portugal quando veio essa amnistia?

R.I.G. – Não sr., já estava na Argentina.

«D.L.» – Uma das particularidades da sua vida é ter estado sempre ligado aos jovens, ao povo em geral. O sr. prof. nunca foi propriamente um «catedrático»...

R.L.G. – Essa é para mim a única maneira de viver. E a parte mais agradável. Eu costumo dizer que tenho muito amor a certas coisas do meu passado. Mas eu não quero viver do passado. Quero viver ligado aos jovens, aos trabalhadores, e ligado aos problemas do povo. Isso tem-me sido naturalmente possível.

«D.L.» – Sendo como sempre foi um matemático ilustre, podendo fazer uma carreira profissional ainda mais brilhante, sem incómodos, o sr. prof. optou...

R.L.G. – Eu tive, antes de ser demitido da universidade a possibilidade de ir para Paris especializar-me com uma bolsa do Governo francês. Nessa altura até já lá estava um antigo discípulo, o Pereira Gomes, mas eu tive que optar. Nessa altura eu já estava muito metido na resistência e decidi sacrificar-me profissionalmente.

«D.L.» – E hoje, está arrependido?

R.L.G. – Não estou nada arrependido. Era a posição que eu tomaria novamente naquelas mesmas circunstâncias.

Abril demorou 16 anos

«D.L.» – São passados sete anos sobre o 25 de Abril. Como recorda hoje esta data?

R.L.G. – Recordo-a sempre com uma satisfação enorme. Eu vivi-a no Brasil. Eu fui para a Argentina com um contrato por seis meses, convencido de que ao fim desse tempo eu regressaria a Portugal onde tivesse havido digamos um 25 de Abril.

Mas, afinal, em vez de seis meses foram quase 16 anos. E tive a notícia dele logo no mesmo dia, na universidade, no Recife.

«D.L.» – E acreditou no MFA?

R.L.G. – Ah, sim, imediatamente. Tive logo a noção de que finalmente chegava o dia...

«D.L.» – Já não era sem tempo!

R.L.G. – Tanto mais que estava ligado ao problema colonial.

«D.L.» – Depois de regressar a Portugal o sr. prof. foi, para além de reitor, membro do Conselho de Estado. O que foi em resumo a sua presença neste órgão?

R.L.G. – O que eu mais recordo hoje, com mais interesse relativamente aos acontecimentos de carácter histórico do nosso País, foi a intervenção que o C.E. teve no reconhecimento da independência das antigas colónias.

O nosso futuro está ligado às ex-colónias

«D.L.» – A concretização, afinal, da autodeterminação de que o sr. prof. tinha sido um dos arautos, vinte anos antes!

R.L.G. – Absolutamente. Foi uma contribuição para ver realizado aquilo porque tínhamos lutado ao longo dos anos. Foi a possibilidade histórica de abrir ao nosso País linha do futuro. Porque eu vejo o futuro de Portugal inteiramente ligado a esse reconhecimento da independência. Foi feito tardiamente, mas, agora, na medida em que nós melhorarmos cada vez mais as nossas relações com as antigas colónias é que nos podemos realizar. A nossa própria libertação só poderá ser conseguida com a solidariedade das antigas colónias. Quer dizer, a realização do futuro do povo português como povo independente e que tem diante de si uma larga marcha, como têm todos os povos independentes, só se vai realizar na medida em que nós ajudarmos e paralelamente se dê o desenvolvimento das antigas colónias.

«D.L.» – O intercâmbio terá de ser não apenas económico, mas também cultural, é isso?

R.L.G. – Em todo sentido. Económico e cultural. As nossas escolas – como aconteceu com o Instituto Abel Salazar que resolveu casos que eram autênticos dramas admitindo quadros das universidades de Angola e Moçambique – deviam ser, em grande parte, centros abertos à juventude das antigas colónias que não têm os seus quadros por culpa nossa.

«D.L.» – Acha que será de fomentar essa cooperação?

R.L.G. – Absolutamente. Mas de uma forma que seja natural, autêntica, não formal. Para isso é preciso que nós tenhamos os quadros. É por isso que dentro das nossas universidades deveria haver uma vida muito maior, uma formação de quadros mais intensiva porque, precisamos que esses quadros estejam abertos à cooperação com as ex-colónias. É neste sentido também que nós vamos realizar o nosso futuro de povo independente.

Na medida em que nós assistimos à independência do Zimbabwé como consequência da independência de Angola e Moçambique, nós, povo, sentimos que temos parte naquilo. Assim como temos a certeza de que vamos assistir dentro não sei de quantos anos à independência da África do Sul. Isso é fatal. Eu olho tudo isto com um optimismo extraordinário. Temos a certeza de que por mais intervenções imperialistas que haja, por mais malabarismos que se faça nesse campo, tudo vai ser fatalmente derrotado por aquele ímpeto de libertação dos negros da África do Sul, juntos com os das antigas colónias. E o povo português está nisso, não está no contrário. A recuperação de direita que se tem feito em Portugal vai no sentido oposto. Fere, frontalmente, não propriamente o interesse dos povos das ex-colónias, mas o nosso interesse no plano económico mas também naquele projecto universalista que cada português tem e que, se não é retórica, a maneira de se realizar é com esses países e, também, evidentemente com o Brasil.

«D.L.» – Acabou de falar em recuperação de direita. Efectivamente desde 1974 até hoje muita coisa mudou. Como analisa a situação portuguesa, hoje?

R.L.G. – É evidente que nós estamos numa fase de recuperação da direita, mas apesar de tudo é tão determinante das nossas potencialidades, da nossa história, esse nosso desejo de independência e de solidariedade com os povos das ex-colónias que tudo isso tem de romper fatalmente. Esse avanço da direita esbarra contra aquelas potencialidades de raiz.

Travar a onda de direita

«D.L.» – Mesmo a nível interno?

R.L.G. – A nível interno também. As últimas eleições para PR foram uma espécie de paragem que houve num processo que parecia uma torrente que encontrava o terreno livre. Mas para além disso há efectivamente todo este passado de independência e solidariedade que vai vencer todas as contrariedades. Estou muito optimista em relação ao futuro, a médio prazo, desse projecto que está, afinal, consignado na Constituição. A unidade de que tanto se tem falado é uma fatalidade. Estou convencido disso.

«D.L.» – Mas tendo em conta as divisões e as intransigências que hoje existem a nível partidário à esquerda, não será um tanto utópico admitir, para já, essa fatalidade?

R.L.G. – Não digo que se realize já, no imediato.

«D.L.» – E o sr. prof. que viveu o 25 de Abril, que assistiu e participou na independência das ex-colónias, espera também assistir à concretização dessa fatalidade?

R.L.G. – Sim, sim. Eu tive uma grande satisfação quando foi a independência das ex-colónias porque afinal tínhamos tido de certa maneira a visão das coisas em 1954...

«D.L.» – Foi uma espécie de arauto...

R.L.G. – Um pouco isso. Mas as coisas hoje projectam-se muito para além desse facto. Eu fui considerado sempre um optimista quase louco, de resto não é sem uma parcela de loucura que se fazem coisas de interesse público e de carácter colectivo, mas estou agora mais optimista do que estaria aqui há poucos anos atrás e convencido de que nós não vamos caminhar para um confronto mas que seremos capazes de realizar qualquer coisa diferente e maior num espírito de diálogo e travar esta onda de direita. É preciso fazer com que se volte a cumprir o que está na Constituição: construir uma sociedade socialista.

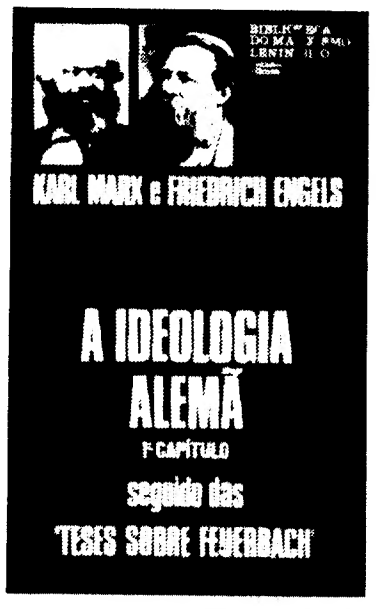
Luís Humberto Marcos

linhas aéreas de angola

TAAG DELEGAÇÃO EM PORTUGAL
Av. da Liberdade, 259 - 1º 1200 LISBOA - Tels. 575899 / 575918 - Telex: 18475
Passagens e Reservas
Av. da Liberdade, 259/loja
Telef. 53 18 25 - 57 58 99
Aeroporto de Lisboa
Serviço Escala/Carga
Sala 452 - 2º - Tel. 89 61 73 - 80 35 33

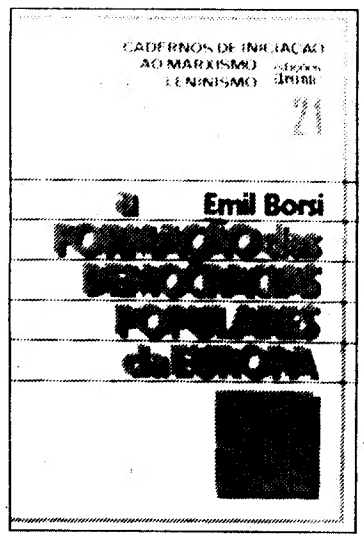
2 NOVOS LANÇAMENTOS DAS

edições avante!



A ideologia alemã - 1.º Captítulo
Karl Marx e Friedrich Engels

Escritos há mais de 130 anos, *A ideologia alemã* e *Teses sobre Feuerbach* são textos que, traduzidos directamente do alemão com o maior rigor, servem o mesmo movimento incontível da história conscientemente construído pelos homens para fins humanos.



A formação das democracias populares da Europa
Emil Borsi

Análise pormenorizada da substituição do sistema anterior à II guerra mundial por um sistema novo e a formação de uma nova realidade económica social e política a caminho do socialismo.
Uma importante contribuição para melhor se conhecer a história recente de uma importante parte do velho continente.

CDL a distribuição

Nas ruas, esquadras e tribunais

A «linguagem» policial depois de Marcelo

Em nossa opinião, tudo o que de «mau» se passa num país vai «desaguar» ao policial, e, por reflexo, nos tribunais. Logo, os bastidores, repressivo ou judicial, são os barómetros de uma sociedade. Daí a responsabilidade que cabe ao chamado repórter policial ou judicial. Uma tarefa que quase sempre (ou quase nunca) é dimensionada à escala da sua verdadeira importância. E isto porque a crónica policial (e judicial) é das mais lidas nos jornais. Depois porque ele transporta o leitor até à realidade mais próxima da sua verdadeira identidade. O cronista policial (ou judicial) deverá ser, portanto, o espectador imparcial de uma realidade e, não, o transmissor subserviente (como na maioria das vezes acontece) da versão policial. Ele deverá dar a versão do réu (ou acusado) e a versão das autoridades. Para que o leitor possa julgar em consciência, sem ser violentado, como acontece quando o cronista utilizando à partida (e muito antes do julgamento) termos como energúmeno, facínora, malandrim, crápula, e outros que tais – à partida cívica e eticamente ofensivos, que condenam «sem apelo nem agravo» os supostos incriminados.

António Ferro e Moreira Baptista

Mas, claro, que toda esta liberdade de «escrita» subentende a não existência da tesoura censória, essa, sim, «crápula e energúmena» tal a sua prática, histórica e «juridicamente» demonstrada durante quase três décadas dos mandatos de Salazar e Caetano, a que «assinaturas» como as de António Ferro, Moreira Baptista e Feitor Pinto deram forma. E a data que marcou essa força de poder (estar) foi o 25 de Abril de 1974. A que o Estatuto de Jornalista, e outros documentos afins, deram directriz legal em Novembro de 1979. Retirando assim qualquer válvula de escape aos profissionais da Comunicação Social (do sector da Informação), de continuarem a «desinformar» à moda do antigamente, e aos orgãos de Soberania, e seus apêndices, o alibi para actuarem fora das suas próprias atribuições. Só que a realidade (na prática), essa tem estado muito para além da terminologia jurídica com os atropelos constantes à letra do Estatudo do Jornalista, sobretudo na parte que regulamenta sem ambiguidades: «Os jornalistas não podem ser detidos, afastados ou por qualquer forma impedidos de desempenhar a respectiva missão em qualquer local onde a sua presença seja exigida pelo exercício da actividade profissional, sem outras limitações além das decorrentes da Lei de Imprensa e demais legislação»; ou «os jornalistas não poderem ser, em qualquer local e em qualquer momento, desapossados do material utilizado ou obrigados a exibir os elementos recolhidos, a não ser por mandato judicial, nos termos da lei».

Passos Esmeriz e Almeida Bruno

E sobre os atropelos mais recentes poderemos invocar os casos ocorridos nos Tribunais Militares, em julgamentos tão importantes como os da «Rede Bombista» e do «Caso Delgado», onde jornalistas foram violentados pelas forças de segurança (polícias do Exército e pára-quedistas), e, em alguns casos, desapossados dos rolos, ou na Zona de Intervenção da Reforma Agrária, com a GNR a violentar profissionais da Informação, como ainda recentemente aconteceu em Seda, na entrega de alfaias a um agrário, em que elementos da GNR apreenderam a máquina fotográfica ao repórter Luís Manuel de Vasconcelos. Tudo isto perante o silêncio cúmplice (teremos de deduzi-lo) do comandante-geral daquela força paramilitar, general Passos Esmeriz, já que até ao momento ainda não tomou posição pública sobre o incidente, e dois dias depois sobre as declarações (públicas) do comandante-geral da PSP, brigadeiro Almeida Bruno, o qual afirmou ter a corporação a que preside directivas muito concretas para cumprir e fazer cumprir a Lei e respeitar os direitos dos jornalistas.

Em resumo: que mais irá acontecer, entre as acções (da GNR) e as palavras (da PSP) até que os jornalistas, e a comunidade de que são (somos) parte integrante, vejam os seus direitos respeitados?...

Manuel Geraldo

COMECIL
COOPERATIVA
DE PRODUÇÃO
E ARTES GRÁFICAS,
SCRL

CASAL DA FONTE – PORTO DE PAIÃ
ODIVELAS TELEF. 990142/9

ANTECIPE-SE
NO SEU VERÃO/81

ATRELADOS - TENDA

Modelos: MIRA 2000 - TRÓIA 2001 - MONSANTO - ALVOR
(Fabrico CAMPIMAR)

ATRELADOS DE CARGA

Marca: CAMPIMÓVEL
TENDAS CAMPIMAR (Vários modelos)
(Informe-se sobre as nossas condições de venda a prestações)

LISCAMPING
Av. General Roçadas, 95-A — TEL. 837352 — LISBOA

MARISOLO
AV. DA REPÚBLICA, 38-A — TEL. 2470738 — PAREDE
ABERTO AO SÁBADO ATÉ ÀS 13 H E DIARIAMENTE ATÉ ÀS 19H30
Possuimos cartão de DESCONTO PRÓPRIO (informe-se)
VISITE-NOS

A fina porcelana de Abril

Quem ama emigra para um outro ser – e quem busca outro conceito de liberdade, que não seja meramente formal, radica-se em tempo oportuno numa outra área da vida da comunidade humana diferente daquela em que até então habitara. É um processo amargo e moroso, assumido em consciência, que lentamente vai situando um homem numa outra zona de compreensão de tudo quanto existe. Momentos há em que dos outros homens esse homem se encontra completamente isolado, repudiado até, sumido no desprezo ambiente. Não raro, é um homem nu de toda a ajuda, de toda a palavra, isento de tecto e paredes. Um homem, enfim, entre ruínas...

Mas porque se situou na interdependência de tudo, e soube pacientemente pesar as coisas, esse emigrante prossegue no seu intinerário. Quando, porventura, lhe dizem para se dividir, uma parte aqui, outra parte ali, ele mistura dois líquidos diferentes, ergue-os na transparência do vidro e pergunta:

«Como dividir agora em dois líquidos distintos o líquido que resultou da mistura dos dois líquidos...?» – E é o silêncio como resposta, o encolher de ombros, a solidão novamente.

As muitas vozes fraccionadas continuam a insistir com o homem emigrado noutro ser, noutra situação, para que se divida e regresse à dispersão de tudo. Ele, então pergunta:

«Quem, ao mesmo tempo, se pode dispersar pelo dia e pela noite...?» – E mais uma vez é o círculo da indiferença em torno do homem.

Que, emigrado noutro ser, noutra razão, noutra cidade, se vai, um a um, pelos números todos da existência. Começa, nu de todo o artifício. por ele próprio. E conta-se num monossílabo: «Um». Depois, olhando a Terra, diz: «Dois». Atentando na Lua, já mais alto, murmura «Três». E assim lentamente se vai por tudo, inclusivamente por aqueles que o hostilizam, sempre e sempre, até aos zeros dos milhões que são as estrelas disseminadas pelo Universo...

Por graça dessa contagem, minuciosa e deslumbrada, esse homem emigrado noutro modo de estar vai alterando também o próprio espaço em que circula: abre janelas, ergue chaminés, irrompe com guindastes – e levanta as mãos numa saudação colectiva. Por vezes, sobe as palavras de um cartaz. Ou, então, assoma à janela sobre a praça e grita:

«Corram ao Paço que matam o Mestre!»

Embora actue no dia aberto que o habita, muitos julgarão esse homem cumprindo tarefas unicamente pela noite. Tê-lo-ão também como um mero alquimista – e, em plenário, perguntar-lhe-ão:

«É o Ouro que tu buscas...?»

Ele responderá:

«Não. Que se eu buscasse o Ouro, tido como raro e riqueza suprema, o Ouro deixaria de ser raro e não mais seria medida de riqueza.»

«Então que buscas tu...?»

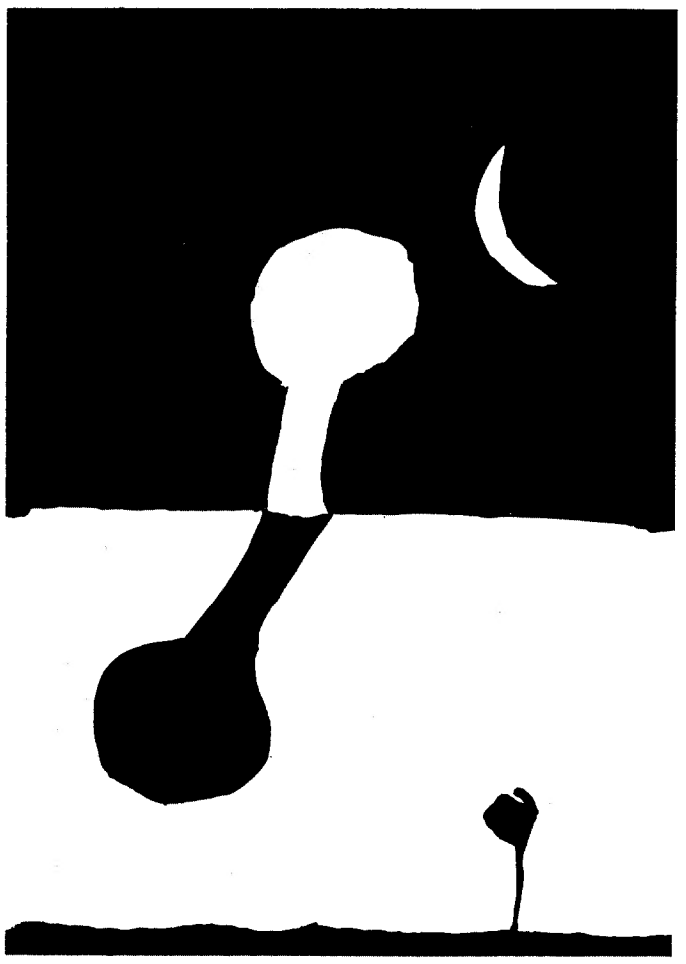
«Tão-só os superiores valores da vida. Que sempre são outros e nunca os mesmos. Não tentarei o Ouro. Ficar-me-ei, se bem sucedido, pela Porcelana. Que é muito frágil...»

O plenário termina com uma sentença que não fica nas actas: quebrar a louça fina que, síntese de tudo, venha a nascer das mãos daquele que, porque fraterno, emigrou para um outro modo de ser e de estar. Porque os juízes de má fé não admitem o advento de valores. Pensam (sempre pensaram) que os valores são inatos como , por exemplo o sentido da vista. E tratam qualquer heresia como uma doença que a vítima não teria contraído se os seus hábitos tivessem sido mais puros. Esses juízes estão sempre num grande estado de ansiedade – e desejam que todos os homens se comportem bem e nunca se interroguem quanto à forma como se comportam. E porquê...? Porque não acreditam que possa existir qualquer base racional para a elaboração de novos valores. Temem que a lógica, através do peso das coisas, e da ponderação dos números, conduza o homem à contestação do passado, à irreverência, ao corpo nu de tudo quanto é novo... E, então, quebram a fina louça de porcelana lançando mão de todos os pretextos.

«É muito translúcida!» – admiram-se. E regozijam-se com os fragmentos dos pratos em circunferência, das jarras em linha alada, das chávenas com um fundo de luz.

... Mas quem ama emigra sempre para um outro ser. Inclusive para aqueles que o hostilizam – e sucede que dos pedaços em que o quebram, em que o fragmentam por todos os caminhos, eis surge sempre a heresia de se ser novo, não como um insulto arbitrário ao antigo, mas como a soma justa do que, ao longo do tempo, é, na verdade, a contribuição de um homem para outro homem. Não o Ouro, o absoluto, mas uma outra forma sempre de Porcelana, que por vezes tem o nome de Abril e o número 25 do dia em que surgiu.

Pedro Alvim



Quem se pode dispersar, a um tempo, pelo dia e pela noite...?

TRANQUILIDADE SEGUROS, E. P.

(Resultante da fusão das Companhias Tranquilidade, Garantia Funchalense e A Nacional)

MUDANÇA DE INSTALAÇÕES EM LISBOA

A Tranquilidade Seguros E.P. comunica a todos os seus Segurados, Mediadores, Colaboradores e público em geral, que a partir de

27 DE ABRIL DE 1981

os Serviços a seguir mencionados passam a funcionar nos locais e com os Telefones e Apartados que se indicam

RAMO INCÊNDIO

Deixam de funcionar os serviços na Av. da Liberdade, n.º 18, passando para a
Av. da Liberdade, n.º 242
Tel. 53 88 66
Apartado 2956 — 1124 LISBOA CODEX

RAMO AUTOMÓVEL

Deixam de funcionar os serviços na Av. da Liberdade, n.º 18, passando para a
Av. da Liberdade, n.º 242
Tel. 53 88 66
Apartado 2956 — 1124 LISBOA CODEX

CONTABILIDADE

Deixam de funcionar os serviços na Av. da Liberdade, n.º 242, passando para a
Av. da Liberdade, n.º 18
Tel. 36 65 41 - 36 68 19 - 36 56 53
Apartado 2956 — 1124 LISBOA CODEX

RESPOSTA A MATILDE

de

FERNANDO NAMORA

"...Vêm na linha dos contos picarescos ou de certas estórias do inesperado em que Namora é mestre."

Urbano Tavares Rodrigues - Jornal de Letras, Artes e Ideias

"...Fernando Namora acaba de nos dar uma pequena obra-prima."

Pericles Leal - Diário Popular

"É verdadeiramente o cume de uma obra."

Carl-Gustaf Berglin - O Jornal

3ª EDIÇÃO

16.500 exemplares em 4 meses

edições BERTRAND

25 de Abril sempre

Blasco Hugo Fernandes

Sete anos decorridos sobre a gloriosa, ansiada e fecunda madrugada de Abril, aqui estamos nós, de novo e sempre, a comemorar uma data, mais que isso, um acontecimento de profundo significado na História de Portugal, na história do povo português e dos povos da Europa e de todo o Mundo. O Movimento libertador dos Capitães de Abril, interpretando as profundas aspirações do povo português, os objectivos da sua sacrificada luta, longa de quase meio século, sentindo directamente os anseios populares porque do povo fazia parte e ao povo pertenciam os seus principais elementos, rompeu as grilhetas da opressão e da repressão, devolveu às suas famílias e ao nosso povo homens, mulheres e jovens que enchiam as cadeias políticas, sacrificando as suas vidas, quantos e quantos derramando o seu sangue, por um futuro livre e democrático para Portugal. Aquele mesmo movimento libertador permitiu o regresso ao solo pátrio de inúmeros portugueses que se achavam no exílio por motivos político-militares, pôs termo a uma das causas fundamentais dos infindos males que afectavam a sociedade portuguesa, derrubou, enfim, o fascismo. E ao fazê-lo, restituindo a liberdade ao povo português, o Movimento das Forças Armadas reconquistou para a nossa Pátria um lugar de relevo na família dos povos amantes da liberdade, da democracia, do progresso e da concórdia.

Destruindo o aparelho repressivo do fascismo e apresentando um programa integrando no essencial as mais imediatas e sentidas aspirações de amplas camadas da população portuguesa, o Movimento do 25 de Abril criou as necessárias condições para que se iniciasse, pela acção criadora das massas populares organizadas, que o fim da repressão tornou possível, um indomável movimento no sector económico-social cujo prólogo foi, necessário e justamente, a melhoria do nível de salários e de condições de vida dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da comunidade lusa. Numa fase posterior, com uma maior e mais amadurecida consciência da realidade socioeconómica e política do nosso país, aquele movimento social norteou-se por uma frontal luta contra os monopólios e latifúndios, isto é, contra as estruturas geradoras do subdesenvolvimento económico, social e cultural na nossa terra, da feroz exploração do nosso povo e dos povos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe que culminou com a guerra colonial, imposta pelo fascismo português aos nossos irmãos africanos. A dinâmica do processo de transformação social, a criatividade organizada das massas populares e das instituições sociopolíticas democráticas fizeram irremediavelmente fracassar as tentativas de recuperação do poder pelos grupos sociais apeados na histórica madrugada do 25 de Abril. Do mesmo passo, elas conduziram ao aprofundamento das transformações socioeconómicas: a banca e os sectores básicos da economia foram nacionalizados: as empresas abandonadas ou sabotadas pelo patronato, com o intuito de comprometerem o 25 de Abril, foram intervencionadas; deu-se início a uma das mais belas e exemplares conquistas da Revolução dos Cravos – a Reforma Agrária.

As portas que Abril abriu permitiu ainda ao povo português expressar a sua vontade na elaboração e aprovação da Constituição da República Portuguesa. Aí o nosso povo definiu clara e livremente a sociedade que pretende: uma sociedade democrática, em evolução para uma sociedade sem classes, que assegure, entre outros objectivos, a independência nacional, os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a apropriação colectiva dos principais meios de produção e dos solos e a eliminação dos monopólios e latifúndios, a planificação democrática da economia, etc. Assim se exprimiu o povo português. A evolução futura da sociedade portuguesa não pode deixar de respeitar esta orientação e este sentido que, de resto, foram inequivocamente enunciados no primeiro programa do 25 de Abril, em consonância com as profundas aspirações e os interesses objectivos da esmagadora maioria da população. Para isto se fez o 25 de Abril! Que o povo português aprovou e confirmou sem qualquer margem para dúvidas.

Apesar disso, o horizonte político português não deixa de se apresentar sombrio nos últimos tempos. Com efeito, na tentativa de um regresso ao passado, grupos sociais do anti-Abril, ou sejam, os grupos dominantes da AD reúnem esforços, manipulam e procuram a desestabilização política e militar, imprimindo no plano da sua direcção política a desesa dos interesses da grande burguesia nacional, que sonha com a reconstituição da vida do antigamente, do poder monopolista e procuram subverter o regime democrático-constitucional a fim de recuperarem os privilégios que a Revolução de Abril lhes subtraiu.

Com esta finalidade antidemocrática, restauracionista, contra o 25 de Abril, desrespeitam permanentemente a Constituição, a legalidade democrática e as decisões dos tribunais, tal como acontece neste último caso com as decisões sobre a Reforma Agrária, por exemplo; geram ou acentuam os conflitos sociais, em particular com os trabalhadores e suas organizações de classe; adoptam uma política de maximização dos lucros aos grandes capitalistas, agravando as condições de vida e de trabalho das camadas sociais mais desfavorecidas, entre as quais os pequenos e médios empresários da agricultura, do comércio e da indústria; permitem, e em certos casos promovem, os despedimentos em massa de trabalhadores e a repressão patronal nas empresas. Contrariamente à Constituição e ao espírito de Abril, que obriga o Estado à execução de políticas de pleno emprego, de aumento de bem-estar social, o governo segue políticas de crescente carestia de vida e de desemprego; assina acordos com organizações monettárias internacionais, tais como o FMI por exemplo, altamente lesivos dos interesses nacionais, com a quebra do valor real dos salários e do seu poder de compra, a restrição do crédito e a desvalorização da moeda portuguesa; privilegia a entrada na CEE e, com base nela, apesar do adiamento fixado pelos eventuais parceiros comunitários do capitalismo dominante europeu, toma e anuncia medidas para o futuro ferindo gravemente os interesses das pequenas e médias empresas de todos os sectores da nossa actividade económica; leva a cabo uma política externa de dependência nacional e de crescente submissão aos círculos mais retrógrados do imperialismo, apoiando os focos de tensão internacional actualmente existentes, desrespeitando o direito dos povos à luta pela sua libertação de todas as formas de opressão, sustentando políticas internacionais que põem em causa o desanuviamento, a Paz, a segurança europeia e a própria segurança e a existência de Portugal: é o caso da instalação de armas nucleares no nosso território; utiliza as forças da ordem pública, não para salvaguardar a segurança dos cidadãos e a ordem democrática, como seria legítimo, mas para intimidação dos portugueses em luta por um futuro melhor, e a cobertura de acções governamentais opostas à lei e ao espírito e letra da Constituição; e, enfim, cria situações de conflito entre órgãos de soberania, de tensão no seio das forças armadas e de desestabilização social, política e militar que possa favorecer actuações restauradores de um regime político similar ao que Portugal conheceu e sofreu na longa «noite» de quase meia centúria, derrubado no glorioso dia 25 de Abril. Com um discurso aparentemente democrático por vezes, mas com uma prática profundamente autoritária, as forças no poder diligenciam no sentido de criar condições à perpetuação e prosseguimento do seu domínio, destrundo Abril.

Mas não o conseguem. Não lograram, nem lograrão, os seus objectivos de subversão da ordem democrática e constitucional exactamente porque se depararam, e continuarão a deparar-se, com a luta determinada, sem tréguas, das camadas antimonopolistas da população portuguesa, com particular realce para os trabalhadores e para o seu movimento sindical, com a oposição de outros órgãos de soberania e com o combate lúcido e persistente das forças democráticas, dentro e fora da Assembleia da República.

Para se progredir, para se arredarem definitivamente as sinistras sombras que toldam o horizonte democrático na nossa Pátria, para se defender Abril e fazer avançar a democracia, é absolutamente indispensável a unidade de todo o campo democrático – uma unidade em torno do possível e do que de comum existe e liga as formações políticas, as forças sociais e os grupos de opinião democráticos. O 25 de Abril trouxe à cena política e à participação cívica muitos milhares de portugueses que dia a dia, na acção consequente pela defesa dos seus interesses, foram tomando consciência de que o provir em Portugal, o crescente desenvolvimento económico e social, a independência económica nacional, a manutenção das conquistas de Abril, passam pela convergência das vontades democráticas.

O efectivo e irrevogável isolamento das forças e grupos conservadores e restauracionistas, inimigos da democracia, depende da luta unitária em defesa das transformações políticas, económicas, sociais e culturais que a Revolução de Abril produziu. Alargar e cimentar esta unidade democrática, esta unidade entre todas as pessoas de sentimentos patrióticos, amantes da democracia, entre as forças, grupos e cidadãos que acompanham o desejo de manter a liberdade conquistada, é essencial no presente histórico português para se dissolverem os esforços dos que, das cadeiras do poder ou fora delas, procuram desesperadamente fazer murchar os cravos vermelhos da Revolução de Abril. A única alternativa credível às forças conservadoras é a unidade democrática – unidade que responde aos anseios de estabilidade de largos sectores da população perante crise económica e social a em constante agravamento.

Como disse um escritor estrangeiro que visitou recentemene Portugal: «Abril está vivo, Abril floresce no coração e no olhar dos portugueses. Jamais será possível destruí-lo». Para prosseguirmos o nosso caminho de edificação de um futuro de luz, de justiça e de dignidade para todos os homens, mulheres, jovens e crianças da nossa Pátria, esforcemo-nos sinceramente por essa unidade democrática indispensável, reeditemos para as actuais condições concretas a unidade criadora que acolheu e consolidou o vitorioso Movimento do 25 de Abril. Como diz o poeta português Ary dos Santos «das nossas vozes lado a lado nascerá o canto unificado que acabará com tudo o que for velho».

Assim defenderemos Abril.

DIA 24 DE ABRIL

22.30 h. — Saída do desfile da Freguesia do Lavradio (junto à S.F.A.L.)
22.30 h. — Concentração da Camavana da Freguesia de Palhais (em frente à Junta de Freguesia.)
22.30 h. — Saída do desfile da Freguesia de Santo André (do Jardim).
23.00 h. — Concentração da população de todo o Concelho ao Largo de Santa Maria.
23.30 h. — Saída do desfile de Santa Maria para o Parque Catarina Eufémia (antecedido por Fanfarra de Bombeiros).
24.00 h. — Toque das sirenes dos Bombeiros e lançamento de morteiros e foguetes.

NO PARQUE CATARINA EUFÉMIA:

— Música
— Intervenção do Presidente da Câmara
— A seguir, na Av. Bento Gonçalves, fogo de artifio

DIA 25 DE ABRIL

9.00 h. — Lançamento de morteiros e foguetes em todas as Freguesias do Concelho.
Hastear das Bandeiras na Câmara Municipal, com presença da Fanfarra dos Bombeiros. Convidam-se as Autarquias, as Organizações Populares e a População em geral a assistirem ao acto.

NO PARQUE CATARINA EUFÉMIA

9.30 h. — Atletismo (a Câmara decidiu isentar de pagamento de bilhetes, nas carreiras dos seus autocarros, todos os jovens até à idade de 15 anos, na manhã deste dia).
Jogos tradicionais portugueses (jogo da ferradura; pau de sebo, tracção à corda; corrida de cântaros; corrida de arcos).
Canção Infantil — Carlos Moniz — Maria do Amparo — Fantochhes (Os 6 Mandriões — Lanterna Mágica.
Oferta de bolas, cordas de saltar, brochuras e gravuras.
Venda de cravos e balões
Serviço de «bar».
11.00 h. — Ciclismo
Pintura e Desenho Infantil
EXPOSIÇÕES (Brinquedos, Fantoches, Desenho, Trabalhos Infantis, Alfabetização, Fotografia, Campismo, Bandeiras, Deficientes, Mulheres, Reformados, Doadores de Sangue, URAP, Sindicatos, C. M. B.)
Medir tensão arterial.
15.00 h. — Auditório Musical — PSICOSE
17.00 h. — Rancho Folclórico Infantil — ESTRELINHAS DO SUL
Grupo Coral Alentejano — BRANDOA
Canções — TRIGO LIMPO
18.00 h. — Concerto — BANDA DE MÚSICA DO BARREIRO
Solta de Pombos
21.00 h. — Auditório Musical — ORQUESTRA LIGEIRA DO SEIXAL
22.30 h. — Fados — FADISTAS BARREIRENSES

25 ABRIL SEMPRE
BARREIRO·81

Eu sou a Vanda. Nasci em 25 de Abril. Venho dizer à miudagem que vão oferecer-nos bolas e cordas de saltar na Festa do 25 de Abril, no Parque Catarina Eufémia. Barreiro-81

Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril

SAUDAÇÃO

25 DE ABRIL SEMPRE

Era uma vez um país onde uns quantos opressores subjugavam uma população inteira (excepção feita, como é óbvio, aos privilegiados exploradores e até se davam ao luxo de escravizar outros povos! Uma polícia política, que se chamava P.I.D.E., silenciava os cidadãos, semeava a desconfiança entre as pessoas, prendia, torturava, assassinava! Os monopólios e os latifúndios eram o esteio da corrupção, da violência, da política injusta dos governantes! Vivia-se num país indigno desse nome aos olhos das nações!

Até que, numa madrugada libertadora, que ficou histórica, os opressores caíram, o Povo libertou-se, as pessoas começaram a viver! Uma das grandes virtudes dessa libertação foi, precisamente, ter-se provado, nessa hora, que o povo pode provocar a queda da mais férrea ditadura, apesar de alguns pensarem que ela fosse um fatalismo inevitável, um obstáculo intransponível, como que um destino obrigatório do nosso Povo, para todo o sempre.

Abril fôra possível, o Abril maravilhoso!

Há , no entanto , passados sete anos sobre a inesquecível data, quem afirme que «isso não valeu a pena», que «isto voltou ao mesmo», que «não há nada a fazer, pois eles estão, de novo, no poleiro»... Por muita razão que as pessoas tenham (e, realmente, têm) em estar apreensivas, preocupadas com a política de quem nos (des) governa neste momento, não se devem deixar dominar pelo desalento, pelo conformismo, pela ideia do fatalismo do «destino» do Povo português... É nartural que a luta seja difícil, pois os antigos privilegiados não esquecem facilmente os seus interesses egoístas. O que é preciso é não esquecer que o Povo tem muita força, são os trabalhadores que produzem a riqueza, a unidade das massas populares opera maravilhas, desde que se ganhe a consciência de que a reacção no Poder nunca dá bom resultado, pois a sua tendência é não desistir de recuperar os privilégios antigos em vez de cumprir aquilo que, enganosamente, promete...

Sete anos depois (e sempre!) é preciso comemorar a sublime data, lembrar a necessidade constante de defender as conquistas alcançadas, usar a capacidade que temos (e que não podemos perder) de comunicar, livremente, o nosso pensamento! Mais uma vez o Povo manifesta a sua razão e a sua força, numa hora em que também, mais uma vez, os próprios opressores explicam quem são, o que são e o que querem. O brutal aumento do custo de vida, a cega política diplomática, a tentativa de transformar Portugal numa colónia U. S. A., os ataques à Reforma Agrária e às Nacionalizações, o aviltamento da saúde pública, o desfalque às Finanças Locais, o descalabro económico deste governo, etc., etc., são motivos cada vez mais fortes para avolumar a indignação popular e levar o Povo a reconhecer que só com um grande esforço de unidade, de luta de defesa dos ideais de Abril é que a promessa de Abril se poderá cumprir.

Esta Comissão (que inclui as Autarquias e as Organizações Populares da nossa terra) saúda, pois, a População do Barreiro, nesta hora festiva e expressa a sua confiança de que Abril não morrerá no coração e na acção dos verdadeiros democratas!

VIVA O 25 DE ABRIL! SEMPRE!
Abril, 81
Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril.

"Pergunto : que seria agora deste país se não tivesse havido o 25 de Abril?"

«Valeu a pena o 25 de Abril? Muitas vezes tenho perguntado a mim próprio o que seria este País se não tivesse havido o 25 de Abril» – disse ao «DL» o comandante Vítor Crespo numa longa entrevisa em que abordou, de um modo genérico, o tema «25 de Abril sete anos depois».

Produzindo algumas declarações polémicas, o conselheiro da Revolução, Vítor Crespo, uma das figuras de proa do 25 de Abril, falou da génese da Comissão Promotora das Comemorações do Dia da Liberdade, debruçou-se sobre a actual realidade política, militar e económica do nosso país, referiu-se à revisão constitucional, focou aspectos essenciais da descolonização e manifestou a sua confiança no futuro povo português «que já passou por grandes crises e sempre conseguiu ultrapassá-las».

Sobre as Forças Armadas, o comandante Vítor Crespo, apesar de lembrar «que estamos ainda longe de ver impantado, ao nível da hierarquia, o espírito que mobilizou os oficiais que fizeram o 25 de Abril», referiu os «progressos assinaláveis verificados nos últimos meses» e afirmou a sua convicção de que a médio prazo «conseguiremos umas Forças Armadas realmente unidas na defesa dos valores da democracia, da justiça social e do progresso.»

DL – As comemorações do 25 de Abril parecem revestir-se este ano de uma grande vitalidade. Como foi possível ultrapassar os tradicionais problemas que se levantavam em anos anteriores e formar desta vez uma Comissão Organizadora que abrangesse um tão grande leque de forças políticas, personalidades civis e militares que se identificam como 25 de Abril?

VC – Já há vários anos que um conjunto de forças políticas e uma variedade de personalidades têm vindo junto de pessoas ligadas ao Conselhos da Revolução manifestar-lhe o desejo de que se promova uma grande festa nacional para comemorar o 25 de Abril...

ALVARO CRESPO

Entrevista conduzida por Eugénio Alves e Ribeiro Cardoso

DL – Mas na prática isso não tem acontecido...

VC – ... Desde há 3 ou 4 anos que tem sido respondido que há comemorações nacionais que, em geral, não assumiam forma de concentrações populares muito vastas, designadamente formas de comíico ou desfile, por dificuldades de congregar alguns sectores políticos.

Porém, nos últimos anos, tem sido solicitada com maior veemência a nossa participação na realização de grandes concentrações populares que permitam manifestar com maior clareza a adesão ao 25 de Abril que esses sectores democráticos sabem existir na população portuguesa.

«E a verdade é que à medida que os ataques às ideias do 25 de Abril, à democracia mesmo, vêm sendo mais intensos, mais veemente tem sido o apelo para a demonstração do grande vigor com que o 25 de Abril é sentido pelo nosso povo. Todavia, por dificuldades na escolha dos oradores, não foi possível realizar essa grande manifestação».

DL. – Mas este esse ano problema foi ultrapassado. ...

VC – «Antes de focar esse aspecto, permitam-me que lhes diga nos anos anteriores, em todo o caso, foram recebidos convites, designadamente da parte do PS, para que membros do CR, nomeadamente o major Vasco Lourenço, participasse no seu comício no Largo do Carmo. Aliás, posteriormente, chegou até a ser aventada a hipóteee de ser convidado o major Salgueiro Maia para participar nesse comício.

«Isto é: existia a vontade de que membros do CR participassem nessa e noutras manifestações, mas nós não pudemos aceitar isso porque assumiam um carácter partidário. Por muita consideração que tivéssemos pelas pessoas que nos dirigiam esses convites, o facto de representarem apenas um sector ideológico das forças democráticas portuguesas impedia-nos de os aceitar.

Vasto leque ideológico

DL – Mas este ano ...

VC – Este ano, exactamente por razão das experiências anteriores foi conseguida a congregação de um vasto leque ideológico que por ser representativo de vastas camadas da população portuguesa permitiu a nossa adesão. E se quisermos indicar com clareza os sectores a que pertencem, embora não podendo referir todos os pequenos sectores ou as personalidades independentes, eu posso dizer que as pessoas que integram a Comissão Organizadora se inscrevem em partidos políticos como a ASDI, PS, MSD, UEDS, MDP/CDE e PCP. Pensamos, portanto, que num leque de pessoas tão representativas das forças democráticas portuguesas a nossa presença como membros do CR, como militares de Abril e, naturalmente como cidadãos é perfeitamente legítima e não pode ser acusada de favorecer nenhum quadrante ideológico de sectores que vivamente se empenham na defesa do 25 de Abril. Por isso o major Vasco Lourenço, o coronel Pezarat Correia, o coronel Costa Neves e eu participamos nesta comemoração do 25 de Abril em Lisboa.

DL – Mas houve quem contestasse...

VC – Isso é verdade. Mas eu gostaria ainda de referir que esta Comissão, nas suas primeiras reuniões, procurou colmatar uma visível deficiência: nenhuma força, nem qualquer organização, ou instituição do Estado (digamos Governo, CR, Parlamento, por exemplo) tinha declarado a intenção de promover comemorações do 25 de Abril. Ora, nós pensámos que era um dever cívico fazê-lo. E a verdade é que não sei se, por razão ou não desta nossa iniciativa, o facto é que depois da nossa tomada de posição foram anunciadas várias manifestações que julgamos positivas. Aliás, todas as manifestações para comemorar o 25 de Abril são para nós positivas. Naturalmente que cada um procura comemorar na perspectiva que tem do 25 de Abril, mas isso significa tão somente que o 25 de Abril tem implantação nacional.

Já não compreendemos, porém, que se acuse alguém de querer comemorar o 25 de Abril e de se apropriar dessa data e particularmente quando esta iniciativa foi comunicada a vastíssimos sectores da vida pública nacional, nomeadamente a todas as Câmaras Municipais, associações desportivas e sindicais convidando-as à participação nas comemorações do 25 de Abril. E o curioso é que recebemos de todo o País uma muita clara e inequívoca manifestação de apoio, uma vez que o nosso convite era no sentido de comemorar a liberdade que o 25 de Abril nos trouxe.

Não podemos, portanto, ser acusados de querermos ser os donos do 25 de Abril – e o que pode ser significativo é termos sido nós a querer, e de forma bem determinada, que o 25 de Abril se comemorasse. Não podemos aceitar que uma data como esta possa ser ignorada.

E se não tivesse acontecido o 25 de Abril?

DL – Sete anos depois como vê o 25 de Abril? Valeu a pena?

VC – É uma pergunta aliciante. Valeu a pena? Muitas vezes tenho perguntado a mim próprio o que seria este país se não tivesse havido o 25 de Abril.

Por exemplo: se o 25 de Abril não tivesse acontecido haveria ou não guerra colonial? Sem receio de errar digo que, pelo menos em Moçambique e na Guiné já não existiria guerra colonial. E não existiria porque as Forças Armadas Portuguesas teriam sido derrotadas. E volto a perguntar: nestas circunstâncias os sacrifícios sofridos por boa parte da população portuguesa na Guiné e em Moçambique teriam sido maiores ou menores do que aqueles que ocorreram com o acordo que se fez com os nossos contendores da guerra?

«Quanto a Angola: é difícil dizer se hoje a guerra ainda continuaria. Mas, admitindo que sim, eu pergunto com que objectivo é que se exigiria ao Povo português 20 anos de guerra, e quais seriam os interesses nacionais nessa guerra para pedir tão grandes sacrifícios ao povo.

Uma outra questão que vale a pena considerar quando se pergunta se valeu a pena é a seguinte: dada a situação de guerra, naturalmente que continuaríamos aqui em Portugal com a ditadura. E eu interrogo-me e interrogo: qual seria a posição de Portugal no plano internacional e

Continua na pág. 12

AS TARIFAS MAIS BAIXAS PARA A EUROPA

Amsterdam, Bruxelles, Genève, Kebenhavn, London, Luxembourg, Lyon, Manchester, Milano, Paris, Roma, Zürich.

Informe-se no seu Agente de Viagens ou nos balcões da TAP Air Portugal.

ESPIRAL

tap AIR PORTUGAL

Continuação da pág. 11

quais os reflexos económicos no nosso desenvolvimento?

Mas deixemos este tipo de interrogações. A mudança era imperativa e não nos era legítimo propor outra mudança que não fosse para o regime democráico em que a vontade do povo fosse a única autoridade.

DL – Mas, como membro de um órgão de soberania, como vê a situação no plano político?

VC – Penso que as perspectivas abertas pela Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, propiciavam uma maior normalidade da situação política do que a que se tem verificado em Portugal.

Situação de crise e tensão

DL – Pode concretizar?

VC – De facto, já depois da aprovação da Constituição, verificou-se um conjunto de situações que conduziu à instabilidade governativa, que provocou mesmo, o que é grave numa democracia nascente, a necessidade da dissolução do Parlamento, eleições sucessivas que, apesar dos seus resultados claros, não trouxeram até agora a estabilidade política necessária. E isto é particularmente grave dado que estamos em vésperas de revisão constitucional. Naturalmente, nestas situações agudizam-se as lutas ideológicas e são postos os problemas de fundo relativamente à organização da sociedade.

São, portanto, situações de crise e de tensão que deveriam evoluir em clima de acalmia democrática e de serenidade social.

A nossa democracia não está, como se esperava em 1976, ainda consolidada. Há esquemas de fractura que podem conduzir a situações de impasse democrático em vários sectores e há vários figurinos que são preocupantes e que revelam essa fragilidade da nossa situação democrática.

Sinais de mudança

DL – E no plano militar, como vão as coisas?

VC – Têm sido feitos progressos assinaláveis nos últimos meses e que indiciam outras mudanças positivas, susceptíveis de melhorar a situação. Estamos, porém, ainda longe de ver implantado, ao nível da hierarquia militar, esse espírito que mobilizou os oficiais que fizeram o 25 de Abril – de defesa da democracia, de respeito pelo progresso social, pela justiça.

Isto não significa, no entanto, que eu esteja apreensivo quanto a riscos graves no domínio militar. Muito pelo contrário, estou confiante. Mas temos de reconhecer que se está ainda longe dos objectivos que nos propusemos quando arrancámos para a vitória sobre o antigo regime ditatorial.

Pensávamos que as Forças Armadas deveriam ser o espelho do projecto que sabíamos ser desejado pelo nosso povo e, por isso, propusemos certas medidas que não vimos ainda completamente efectivadas, por exemplo no tocante às promoções.

Nós, que tínhamos assistido à não-promoção de pessoas que considerávamos de grande competência, vimos, hoje, com desgosto, a não-promoção de pessoas competentes apenas porque defendêm os ideais de Abril. Vê-se ao contrário que militares, no mínimo comodistas e que nas fases críticas nunca foram vistos, estão hoje em lugares cimeiros. Deve, no entanto, reconhecer-se que, nos últimos tempos são visíveis alguns sinais de mudança.

DL – De qualquer modo valeu a pena...

VC – Obviamente... E vejamos até no plano económico, que é uma área decisiva. Compare-se a actual estrutura económica com a anterior ao 25 de Abril. Podemos fazer certas críticas à situação actual, mas não podemos esquecer a situação catastrófica em que estava a economia portuguesa em 1973, com uma inflação galopante e sem saídas, por que havia a guerra colonial nomeadamente, a consumir as poupanças do povo sem permitir qualquer perspectiva de desenvolvimento económico.

Quer dizer: a situação económica mais difícil que foi vivida em Portugal até hoje foi exactamente a de 73 e à qual se deu resposta no 25 de Abril apesar das vicissitudes que naturalmente decorrem de uma transformação sociopolítica tão profunda.

Deve, entretanto, dizer-se que tal resposta foi possível mercê da vontade, do sacrifício dos trabalhadores portugueses. Apesar das críticas severas feitas à primeira fase da vida democrática portuguesa, com os primeiros Governos Provisórios, há que salientar a dignidade e sentido de responsabilidade com que os trabalhadores aceitaram, por exemplo, o acordo posterior com o FMI.

Quando a questão foi debatida, eu punha grandes reservas acerca dos eventuais efeitos sociais desse acordo. Mas, passados quatro anos, tenho de reconhecer a forma superior como os trabalhadores e as suas forças políticas mais representativas, superaram a grave crise económica que vivíamos na altura.

Pois bem, passados esses anos, encaramo-nos hoje com uma situação económica da gravidade de 77, mas com uma diferença essencial: então eram propostos enormes sacrifícios, com reduções de salários reais em muitos casos ao nível de 55 por cento, mas com a garantia da manutenção das estruturas económicas defendidas e desejadas pelos trabalhadores. Hoje propõe-se igual sacrifício salarial mas com a agravante da liquidação dessas estruturas.

Tal situação é socialmente insustentável e antevê pontos muitos negros para o nosso futuro, pois não vejo possível, a curto prazo, pelo menos, melhores al-

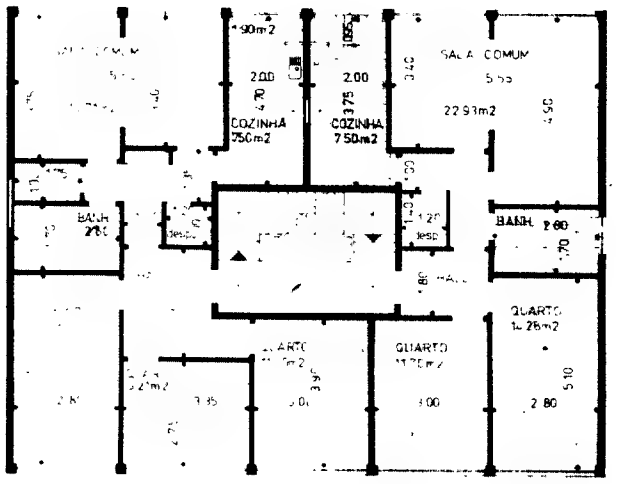
Segade-Oculista

LENTES DE CONTACTO
TÉCNICO ESPECIALIZADO

LENTES E ARMAÇÕES DAS MAIS MODERNAS

FORNECEDOR OFICIAL DAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA
A CASA MAIS ANTIGA DA LINHA DE SINTRA
Rua Elias Garcia, 239-B
(Frente ao Parque)
Telefone 93 06 33 — 2700 AMADORA

URBANIZAÇÃO
TERRA BELA
Quinta do Padre
Nabeto-Aires Palmela
Telef. 235 10 17
ANDARES DE
2 — 3 — 4 ASSOALHADAS



A 20 minutos da Ponte sobre o Tejo entre Palmela e Setúbal.

Integrado em urbanização com escolas, comércio, parque Desportivo, Salas de Espectáculo etc.

Junto da cidade, perto da praia e do campo e longe da poluição está a sua habitação.

Um empreendimento da Soc. de Construções Troiana do Sado, Ld.ª — Quinta do Padre Nabeto.

AIRES — Palmela

ternativas institucionais no plano económico.

O maior consenso

DL – Está a pensar, certamente, na revisão constitucional?

VC – Bom, no plano propriamente dito da revisão constitucional terei de me pronunciar com as necessárias cautelas pois trata-se de problema que cabe no fundamental à Assembleia da República.

Trata-se de uma questão, porém, decisiva, e que não está vedada à apreciação ou consideração de outros órgãos de soberania, nomeadamente os que velam pelo cumprimento da própria Constituição.

Quer dizer: se não é da competência de outros órgãos de soberania pronunciarem-se sobre a forma que vai assumir esta ou aquela revião, já lhes compete, todavia, verificar se a revisão está a ser feita de acordo com as regras estabelecidas na Lei Fundamental.

Hoje, passados que estão os riscos de se fazer perigar a democracia por um qualquer referendo feito à revelia de tudo e todos, devidos aos resultados da última eleição presidencial, discute-se muito o problema da inserção das Forças Armadas no quadro do Estado.

Ora, há que ter em conta que a parte militar é, sempre uma componente importante do Estado e se não é legítimo os militares interferirem nas funções próprias dos órgãos constituintes responsáveis pela revisão, estes deverão contudo pesar nas suas soluções as Forças Armadas que temos e a realidade em que elas se inserem.

Isto para que não se criem situações de impasse pois as Forças Armadas não aceitam qualquer patrão, antes se movem por ideais nacionais e querem obedecer a um projecto político que respeite esses ideais.

Julgo que só nestas circunstâncias é que uma revisão constitucional não provocará problemas nas Forças Armadas.

DL – Quem pensa que deve nomear o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas?

VC – O essencial e que se legisle de forma a que todos os órgãos de soberania tenham uma palavra a dizer nessa questão, que participem na definição das características e da escolha da pessoa, ou pessoas, pois não excluo que as mesmas regras sejam seguidas quer para a nomeação do CEMGFA quer para a escolha dos Chefes dos Estados-Maiores das três armas. Deve evitar-se a situação, por exemplo, de que baste a maioria de um deputado na AR para tal escolha, que teria, necessariamente, a oposição dos outros 50 por cento da população portuguesa.

Situações deste tipo são perigosas em qualquer democracia e particularmente delicados quando se trata das Forças Armadas.

A revisão constitucional deve, nesse campo, propiciar o maior consenso nacional possível.

Descolonização foi imperativo Nacional

DL – Passados sete anos, tendo em conta o importante papel que desempenhou nessa área, como vê todo o processo de descolonização?

VC – A descolonização não foi escolhida pelas pessoas que fizeram o 25 de Abril. Foi um imperativo nacional. Foi a única forma de resolver um problema que não tinha outra solução. Quer dizer: não foi uma opção. A opção foi a seguida: primeiro – terminar com a guerra que se verificava. Como terminar a guerra? Resolvendo os problemas políticos que a provocavam.

A resoluçao desses problemas políticos passava por negociar com as pessoas que faziam a guerra, porque doutro modo, a guerra continuaria.

Relativamente às críticas que se fazem de que só se negociou com certas forças políticas desses territórios, eu respondo que o regime fascista é que foi o responsável pela criação dessa situação imperiosa. Não havia outras forças políticas nesses territórios, porque nós o tínhamos impedido. As existentes estavam congregadas nas Frentes que faziam a guerra, e não havia, portanto, outros interlocutores. Tudo o resto que se fizesse, seria uma mascarada. Nada estava organizado para negociar com forças que nada significavam na luta de libertação daqueles povos.

Portanto, as dificuldades encontradas nas negociações e mesmo os problemas surgidos na concretização de alguns acordos, foram simplesmente motivados pela situação colonial mantida extemporaneamente, quando, logo após o final da guerra de 39-45, os restantes países colonizadores tinham sabido, em tempo, negociar com os representantes dos povos coloniais.

Isto não tem nada a ver com o facto de eu estar ou não de acordo – e estou – com as soluções que tivemos de encontrar após o 25 de Abril. O importante, repito, é que tal situação, tais soluções, surgiram do próprio colonialismo, da guerra, do regime

que determinou uma política, de facto, irreversível.

DL – E como vê as relações com os novos países?

VC – As dificuldades que tem havido nas relações entre Portugal e alguns dos países que se tornaram independentes depois de 74 derivam mais de razões de ordem interna desses países do que de falta de vocação ou da ausência de potencialidades de ligação.

Por vezes, nesses países as estruturas administrativas são tão débeis que nem permitem fazer um balanço geral dos seus interesses e das suas propostas de ligação e cooperação. Entre nós, por razões diferentes, acontece o mesmo: não apenas por debilidades estruturais no nosso caso não temos debilidades administrativas, pois dispomos de técnicos – mas também por lutas políticas, que não têm em conta os reais interesses nacionais.

Portanto, os grandes responsáveis por não se terem desenvolvido as potencialidades que existem para as relações entre Portugal e os Estados que se tornaram independentes depois do 25 de Abril são a debilidade administrativa desses Estados, a debilidade estrutural portuguesa e a luta política interna em Portugal.

D.L. – Que perspectivas vê para o futuro?

V.C. – Levantam-se-me grandes interrogações. Antevejo que, a médio prazo, se venha a desencadear uma crise, e parece-me que haverá grandes dificuldades para a vencer. Mas tenho esperança de que, por um lado, as Forças Armadas portuguesas se vão unindo e modificando, no sentido de defender intransigentemente a democracia em Portugal e de impedir a penetração de facções ou sectores perfeitamente legítimos da sociedade política mas ilegítimos quando se trata de sua acção dentro das FFAA.

Creio que a longo prazo, será possível superar isso, mas confio que, a médio prazo, conseguiremos umas FFAA realmente unidas, na defesa dos valores da democracia, da justiça social e do progresso. Por outro lado, tenho grande confiança neste povo, que já passou por grandes crises e sempre conseguiu ultrapassá-las. Creio que os nossos problemas económicos poderão ser resolvidos com o esforço, a vontade e o trabalho das massas laboriosas portuguesas, assim como com a sua firmeza e determinação em não permitir que as transformações económico-sociais já conseguidas sejam postas em xeque com prejuízo para essas mesmas massas trabalhadoras.

Estou certo de que o povo português permitirá algumas modificações que, no essencial, não ponham em causa o que de benéfico se conseguiu para o povo humilde e todas as transformações que foi possível obter no domínio da justiça social e do desenvolvimento.

Gostaria de salientar que as transformações só se fazem quando as pessoas o permitem. Porque, quando as grandes massas se sentem lesadas por essas transformações, elas não são possíveis em democracia. Só são possíveis com batalhões na rua, com violência.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

CONSTITUIÇÃO: REVISÃO, SIM. MAS QUANTO?

Nove respostas ao "DL"

A próxima revisão constitucional, que tudo indica começará em breve a ser discutida na Assembleia da República, promete transformar-se numa maratona polémica, o que poderá ser um bem na medida em que transporte essa discussão para o grande público, para o cidadão comum, que é, em última análise, o destinatário da lei fundamental. Há neste momento projectos diversos, que vão desde a revisão simples nos pontos e limites definidos pela própria Constituiçõ até aos projectos destruidores da AD. Algumas forças políticas vêm tentando alargar a discussão desta matéria através de sessões públicas. Mas é um tema por vezes denso que não seduz. Seria lamentável que a revisão constitucional não mobilizasse todos os portugueses e viesse a decorrer de simples negócios de gabinete. Nesta edição comemorativa do 25 de Abril, o «DL» fez uma pergunta sobre a revisão constitucional a um grupo de cidadãos, para responderem como tal. Ouviu desde um sindicalista a um médico, mas evitou os constitucionalistas, porque já são entrevistados noutro local e porque é a eles que pretende sensibilizar, transmitindo-lhes na medida do possível, o que pensam os cidadãos que não são especialistas em leis.

Inquérito conduzido por Augusto Vilela

Maria Antónia Palla

Como pertenço ao número das pessoas que defendeu desde o início que se fizesse a Constituição e porque penso que os deputados mandatados pelo povo português em eleições livres, estavam certamente conscientes da tarefa que assumiram não vejo que, cinco anos passados, esse trabalho, que levou meses a realizar possa ser posto em causa no seu essencial.

Por isso apenas admito que a Constituição possa ser revista num ou noutro ponto, de forma a melhorar ou a aprofundar melhor certos aspectos de forma a que os desígnios mais gerais se cumpram com melhor aproveitamento para o povo português.

Quero também dizer que nenhuma Constituição, na vigência de um regime, se muda profundamente visto que em todos os países democráticos há a consciência de que a lei fundamental representa um consenso que há que preservar.

Custa-me a crer que os constituintes do então PPD tivessem aplaudido de pé esta Constituição, com todas as suas implicações, por medo ou tonteria. Pode dizer-se que a situação mudou mas o sonho de justiça e igualdade que a Constituição consagra e que empenhou tantos deputados, não se pode ter desvanecido em tão curto tempo? Quanto ao CDS nada digo porque esses, coerentemente, nada a votaram e não os creio susceptíveis de participar nas aspirações da maioria dos portugueses.

Vasco Lourenço

A Constituição, como ela própria prescreve, deve ser revista. Contém aliás disposições transitórias.

Depois deste período de vigência e experiência deve ser revista com a intenção de a modificar no sentido da sua melhoria, mas sempre de acordo com as normas que ela própria estabelece. Modificar a Constituição não significa porém substituí-la por uma outra.

Deve ser revista essencialmente nos aspectos referentes ao período de transição e da distribuição dos poderes que o CR tem pelos diferentes órgãos de soberania, que a Constituição revista preconizará, bem como da harmonização dos diferentes poderes que cada um desses órgãos de soberania passará a ter, tendo em vista, nomeadamente, o facto de o CR, órgão condicionador dos poderes dos outros órgãos de soberania, deixar de existir.

José Luís Judas

Da revisão não pode nunca resultar a perda do seu conteúdo progressista e favorável aos trabalhadores. De qualquer maneira a revisão constitucional terá sempre que respeitar os limites tanto materiais como formais que a própria Constituição impõe.

Penso que não há necessidade de uma alteração profunda que no essencial a Constituição garante os direitos fundamentais tanto de pessoas como de organizações que a revisão a ser feita deve ser feita fundamentalmente no sentido de eliminar possíveis deficiências do próprio texto.

Mas de qualquer maneira há uma coisa que é certa: os trabalhadores não vão ficar à margem da própria revisão. As suas organizações de classe acompanharão o desenrolar dos actos de revisão e tomarão as medidas que entenderem mais convenientes em cada momento para que na revisão continuem salvaguardadas as suas principais conquistas.

VIVA O 25 DE ABRIL

C.G.T.P.-INTERSINDICAL

O Secretariado Nacional da CGTP-Intersindical Nacional, em mais este aniversário do 25 de Abril, saúda, em primeiro lugar, os trabalhadores e o povo português a cuja luta se devem não apenas as transformações políticas, económicas e sociais, operadas na nossa sociedade, mas também a sua consagração na Lei Fundamental.

Saúda igualmente todos os democratas e antifascistas e, em particular, os gloriosos Capitães de Abril, os quais, através de quase meio século de resistência ao colonial-fascismo, acabaram por libertar o povo português na madrugada de 25 de Abril de 1974.

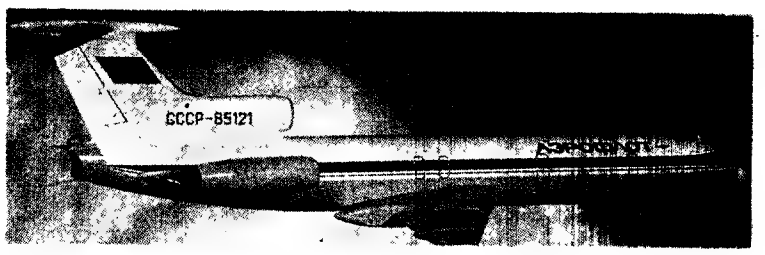
O movimento operário e popular, a partir da grandiosa manifestação do 1.º de Maio de 1974 e nos dias imediatos à Revolução, encabeçou todo o processo de transformações e de reivindicação dos direitos fundamentais que viriam a ser consagrados na Constituição da República Portuguesa como conquistas irreversíveis do povo português.

A Constituição de Abril consagra, assim, direitos e garantias fundamentais pelas quais os trabalhadores não deixaram nem deixarão de se bater, tais como as liberdades de reunião, de manifestação, de associação e de expressão, o direito ao trabalho, à Segurança Social e estabilidade de emprego, o direito à greve e a proibição do «lock-out» e reconhece o papel determinante dos trabalhadores e das suas organizações de classe na manutenção e reforço das nacionalizações, reforma agrária e direitos dos trabalhadores, como forma de contribuir para a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.

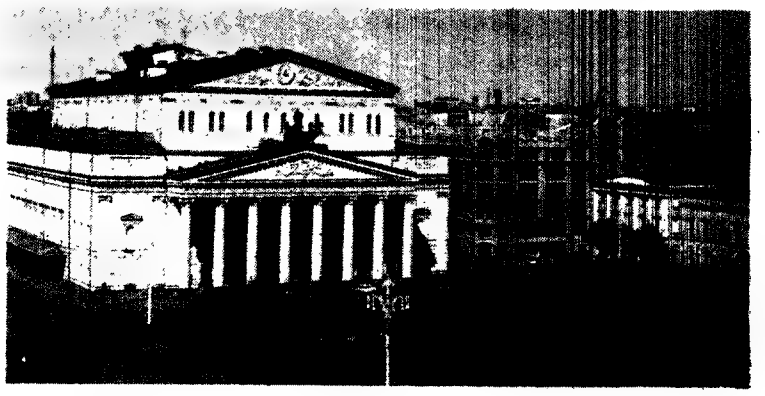
Por isso, comemorar o 25 de Abril é reafirmar o apego à defesa da Constituição da República Portuguesa a qual constitui um sério obstáculo às forças da direita empenhadas na destruição do regime democrático e é ao mesmo tempo a base concreta para o reforço da unidade de todos quantos lutam para levar à prática o projecto que nela se estabelece de uma maior justiça, progresso social e paz. O Secretariado Nacional da CGTP-IN associa-se e apoia as comemorações do 7.º Aniversário do 25 de Abril que se realizam por todo o País e exorta os trabalhadores a nelas participarem empenhadamente, na certeza de que a unidade dos trabalhadores e das forças democráticas será capaz de barrar o caminho aos que desejam o regresso ao passado e, ao mesmo tempo, de fazer avançar a construção do Portugal de Abril.

Lisboa, 22. 4. 81

O Secretariado Nacional da CGTP-IN



VOAR NA AEROFLOT!



O NOSSO LEMA É VELOCIDADE

CONFORTO E HOSPITALIDADE

АЭРОФЛОТ Soviet airlines

CONSTITUIÇÃO: REVISÃO, SIM. MAS QUANTO?

Ferreira Lima

Respondendo na qualidade de cidadão e enquanto tal, estou convencido que apesar das circunstâncias particulares que rodearam os trabalhos constituintes, na sua essência a Constituição responde grosso modo aos interesses da sociedade portuguesa.

Posto isto, como é evidente, que a Constituição não é um texto imutável, podendo ser revista nos precisos termos que estão previstos na própria considero que é fundamental que os chamados direitos colectivos e sociais sejam uma realidade da sociedade portuguesa. Considero portanto que é fundamental que o poder económico se subordine ao poder político, razão que me leva a defender a existência de um forte e estruturado sector nacionalizado que controle as actividades económicas vitais.

Parece-me igualmente importante que os novos constitucionalistas orientem o seu trabalho por forma a garantir o equilíbrio de poderes entre os diferentes órgãos, nomeadamente garantindo e fortalecendo o carácter semipresidencialista do regime.

A nossa embora ainda escassa experiência demonstra que é por esta forma que o equilíbrio dos poderes é um facto.

O regime semipresidencialista impõe que se mantenha a actual forma de nomeação de chefias militares.

Estou confiante que os deputados que irão assumir as suas responsabilidades no processo de revisão constitucional – e faço votos para isso – cheguem a um resultado que seja mais produto dos confrontos das suas ideias, na medida daquilo que cada um entenda ser o interesse nacional, do que por meras negociatas entre «leaders» ou grupos de pressão partidários.

Como simples cidadão português preferia que os problemas fossem tratados de maneira a aproximar os portugueses, abrindo-se caminho ao hábito dos consensos nacionais.

Acho que deverão ser retirados da actual Constituição a natureza ideológica do texto constitucional atenuando também a sua evidente heterogeneidade e falta de rigor de linguagem. Por outro lado penso que deveriam ser clarificados os princípios de organização económica que são entraves à actividade das presas privadas, atenuando e disciplinando a intervenção do Estado na economia.

Quanto á organização do poder político apenas chamo a atenção que se tem dado excessiva importância ao problema das competências (poderes) de cada órgão de soberania e muito pouca ou quase nenhuma importância aos aspectos, quanto a mim essenciais, da organização desses mesmos poderes.

Temos pois ocupado o tempo em oposições estéreis, em vez de lutar pela melhoria do sistema, estudando a organização da convergência das vontades, da complementaridade e interdependência das competências, etc. como todos sabem a base da eficiência de qualquer sistema social ou político.

João Botequilha

Continua na pág 16

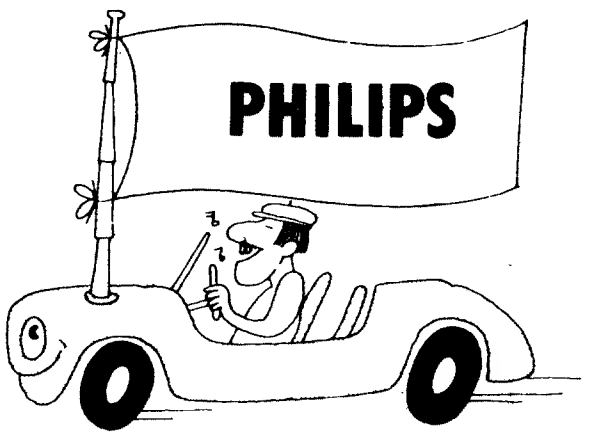
Eduardo Luís Cortesão

A actual Constituição exprime um contexto evolutivo neste País assinalado por um elo significativo contido na Revolução de Abril de 1974.

Tal significação traduz-se por uma profunda alteração que abrangeu tanto a natureza como a estrutura e o dinamismo das relações dos cidadãos com a comunidade em que estão inseridos.

O texto constitucional que nos rege contém, a meu ver, para além de normas políticas e jurídicas, um consenso ético evolutivo e progressista que o dotou de autenticidade, até inédita, e que na sua essência não pode nem deve ser alterado.

Porém as circunstâncias da própria evolução sociopolítica devem admitir que se revejam aspectos pontuais, desde que tal revisão não altere o profundo sentido que este texto exprime historicamente para o povo português.



As estradas cantam com auto-rádios Philips

PHILIPS

14 modelos à escolha:
Simples e com leitor de cassettes.

CETRA CENTRO TECNICO DE REPARAÇAO AUTOMOVEL. S.A.R.L.
R Cidade de Bolama 1-B - Olivais Sul 1800 Lisboa
Telefs. 33 10 23 - 31 72 73 - 32 37 07
Concessionários do serviço Philips em Lisboa para montagem de Auto-Rádios

PROMOÇÃO

PRIMAVERA 81

armazéns CONDE BARÃO

STRENNUS 81

calças criança tafetá terylene 98$
saias fibrana e aveludadas 198$
pulloyers estamp. unisexo 198$
jeans unisexo 398$
calças unisexo brancas e riscas 198$

lanternas desde 680$
soquetes turcos 19$50
cuecas e biquinis fio de escócia 19$50
sarjinhas popelines 69$50

35º ANIVERSÁRIO

Exclusivo «DL»

Ramalho Eanes

Que a revisão constitucional continue a respeitar Abril

PORTO, 25 – Em declarações prestadas exclusivamente para esta edição especial do 7.º aniversário do 25 de Abril, o Presidente da República afirmou ontem à noite ao «DL» que os parlamentares «estarão perfeitamente conscientes para fazerem com que a revisão constitucional continue a respeitar Abril». E disse também que é preciso que «a liberdade não se limite à área política».

Ramalho Eanes falava-nos no Aeroporto de Pedras Rubras, antes de regressar a Lisboa depois da sua visita a Braga, onde recebeu significativos apoios populares.

Reproduzimos a seguir o pequeno diálogo travado com o nosso redactor.

– Qual a sua mensagem para este sétimo aniversário de Abril?

– A minha mensagem sintetiza-se sobretudo numa palavra que sendo uma palavra é um conceito e sendo um conceito é um modo de viver, um modo de ser e de estar que é a liberdade.

– O sr. Presidente tem dito que é preciso fazer cumprir Abril. O que é para si cumprir Abril?

– É fazer com que essa liberdade não se limite à área política, mas que se estenda à área cultural, à área social e à área económica. Como ontem tive oportunidade de dizer, para que haja possibilidade de respeitar o homem todo e todo o homem.

– Acha que a revisão Constitucional e sobretudo algumas perspectivas que têm sido apontadas para ela poderão pôr em causa esse desejo, essa expectativa em relação ao «cumprimento de Abril»?

– Estou convencido de que os eleitos pelo povo Português percebem que a sua eleição é antes de mais o resultado de Abril e que, sendo assim, eles estarão perfeitamente conscientes para fazerem com que a revisão Constitucional continue a respeitar Abril».

Troca de cravos vermelhos antes do desafio de futebol

Antes das zero horas em Lisboa

«Grândola, Vila Morena», «Depois do Adeus» e «Uma gaivota voava» foram algumas das canções que milhares de pessoas que ontem à noite acorreram ao Rossio para festejar a noite gloriosa do 25 de Abril entoaram em coro e, nalguns casos, de lágrimas nos olhos.

No palco montado junto do Teatro Nacional de D. Maria II foram passando vários artistas, com relevo para Zeca Afonso e Paulo de Carvalho, os inesquecíveis intérpretes das canções já históricas que foram a senha para o arranque do movimento dos capitães.

Para além desta iniciativa da APU, de longe a mais concorrida na noite fria de ontem, algumas centenas de pessoas reuniram-se à mesma hora no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, onde o major Otelo Saraiva de Carvalho, em nome da FUP, evocou o 25 de Abril.

Ainda na capital, na Praça Luís de Camões, manifestantes convocados pela UDP festejaram a data histórica.

Entretanto, na Cova da Piedade, a URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses) realizou um comício no Ginásio da Sociedade Filarmónica Artística Piedense, que se encontreva completamente cheio. De entre os vários oradores tiveram significado e relevo especiais as intervenções, largamente aplaudidas, do prof. Orlando de Carvalho e do conselheiro da Revolução coronel Pezarat Correia. À meia noite, grande parte dos assistentes dirigiram-se para Almada onde, no largo principal, Luís Filipe Costa – uma voz indissociavelmente ligada ao 25 de Abril – participou numa «reconstituição» dos primeiros passos do movimento dos capitães.

Particulamente animada esteve a noite no Clube Militar Naval, ao Marquês de Pombal, onde, como aconteceu nos anos anteriores, apareceram numerosos conselheiros da Revolução e muitos militares que desempenharam papel destacado na Revolução dos Cravos. E a festa durou até às tantas.

Na tarde de ontem, no Estádio Nacional, houve futebol diferente: duas equipas, uma de oficiais do quadro integrando alguns conselheiros da revolução, e outra de oficiais milicianos que participaram no 25 de Abril, defrontaram-se amigavelmente. Os milicianos ofereceram aos do quadro um ramo de cravos, que Vasco Lourenço recebem.

À hora em que esta edição do «DL» circula, decorrem em todo o país os festejos maiores do 25 de Abril.

Esta edição do «Diário de Lisboa» é uma iniciativa dos trabalhadores da «Renascença Gráfica»

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se os Delegados Sindicais deste Sindicato, a participarem na Assembleia de Delegados a efectuar no próximo dia 27, pelas 15 horas, no Sindicato dos Ferroviários, em Barreiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 – a) *Estatutos do Sindicato da Metalurgia do Sul;*
b) *Parecer sobre a descentralização da Assembleia Geral;*
2 – *Análise da situação político-social;*
3 – *Informações.*

Barreiro, em 23 de Abril de 1981

A DIRECÇÃO

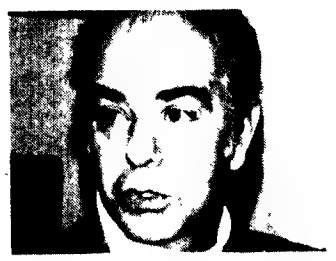
SESSÃO COMEMORATIVA DA VITÓRIA SOBRE O NAZI-FASCISMO

Dia 9 de Maio
na Sociedade Filarmónica da Amadora pelas 21.30 horas

Depois das intervenções haverá uma festa-convívio

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL - CHECOSLOVAQUIA
R. ARTILHARIA UM. 105-4.º TELEF. 68 85 87 1000 LISBOA

REVISÃO, SIM. MAS QUANTO?



Nuno Bragança

As forças de direita querem reduzir os poderes do Presidente da República eleito pelo povo porque não conseguiram eleger um PR fantoche. As mesmas forças querem também extinguir o Conselho da Revolução para eliminarem um obstáculo à traição ao 25 de Abril que se propõem levar a cabo com base na presente maioria parlamentar de que dispõem.

Entre tudo o que ultimamente tem havido de lamentável na nossa vida política, destaco dois factos que lamento: primeiro – que homens como Mário Soares percam a coerência com o seu passado e ao fazê-lo percam a estatura; segundo – que a FRS não tenha conseguido evitar a guinada dada pela ASDI ao apresentar já um projecto próprio de revisão constitucional

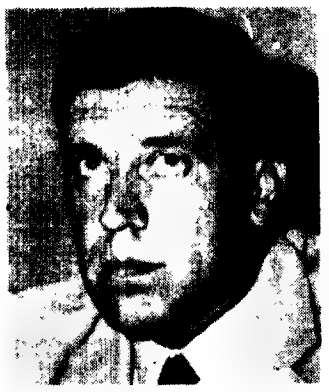
Sérgio Carvalhão Duarte

Para mim não havia necessidade de alterar esta Constituição. Mas se houver algumas alterações a fazer seria no ponto mais polémico, que é o do Conselho da Revolução.

Admito que ele possa ser extinto mas terá que ser substituído por um órgão que mantenha os mesmos poderes.

Acho no entanto que um período mais longo da vigência do Conselho da Revolução, até à completa institucionalização democrática das Forças Armadas, só teria vantagens. De qualquer modo o órgão que eventualmente vier a constituir-se deveria ter a presença de militares.

Quanto ao capítulo da saúde, acho que deve ser imutável. Não deve haver qualquer alteração. Tudo o que tem sido feito até agora no que diz respeito à saúde tem sido uma violação da Constituição em vigor.



Mário Bruxelas

Sou das pessoas que pensam que a solução dos grandes problemas nacionais não depende da revisão da Constituição. Estou portanto em desacordo que se arvore essa questão em problema essencial e central da sociedade portuguesa.

Isto significa que não considere oportunos alguns ajustamentos formais na actual Constituição que não poderão alterar todavia os seus principais fundamentos. Sobretudo o que nos deverá preocupar é a flagrante contradição que se verifica, não a nível das ideias, mas da prática concreta que cada dia conhecemos, entre o que se anuncia e o que se realiza, entre a maneira como se diz e a maneira como se faz.

No meio de tudo isto, por onde vão ficando os princípios, as boas intenções, a Constituição?

O que vai pe

Amanhã ele

Giscar confia

A campanha para a primeira vol
ções presidenciais francesas t
meia-noite de ontem com dois do
competidores confiados na vitória
nio de domingo.

São eles o actual presidente da
Francesa, Valery Giscard D'Estai
cialista, François Mitterrand.

Com possibilidade de disputar a
socialista o segundo posto aparec
Jacques Chirac, presidente da C
nicipal de Paris.

Para a etapa final das suas c
Chirac e D'Estaing escolheram
ponto: Clermont-Ferrand, uma lo
dustrial do centro da França.

Miterrand queima os últimos ca
Toulouse, cidade industrial do suc
ritório.

Dos quatro grandes pretender
seu, apenas o comunista George
não acrescentou, ontem, qualque
tação à sua campanha, e isto p
quinta-feira a ter dado por conclu

As mais recentes sondagens à
blica, feitas na terça e na quarta-
tam D'Estaing como primeira figu
rência dos franceses, com 27 po
terrand vem em segundo lugar
cento, Marchais em terceiro com 1
e em último, Chirac com 16.

Dezoito por cento dos inquirido
estar indecisos, uma percentag
quatro dias do acto eleitoral, os o
consideram elevada.

Polónia-URSS

Dirigentes soviéticos e polac
rante as últimas 24 horas se r
Varsóvia, expressaram num
uma «total coincidência» de por
sobre a situação polaca.

A delegação soviética, encabe
kail Suslov, já regressou a Mo
conversações com Stanislaw Ka
importantes dirigentes do Parti
Unificado Polaco (POUP).

Observadores citados pela E
que a delegação soviética salie
tância do combate «aos que tent
anarquia e criar um poder para
nia» e denunciou «os círculos
que tentam agravar a situação

Espanha

O Congresso dos Deputado
aprovou por larga maioria dois p
relativos à «defesa da Constituiç

pelo mundo • O que vai pelo mundo • O que vai pelo mundo • O que

ã eleições presidenciais em França

ard e Mitterrand iantes na vitória

ira volta das elei-sas terminou à ois dos principais vitória no escruti-

nte da República 'Estaing, e o so-

utar ao candidato parece o gaullista da Câmara Mu-

uas campanhas, heram o mesmo ma localidade in-a.

os cartuchos em o sudeste do ter-

endentes ao Eli-eorges Marchais alquer movimen-sto pelo facto de concluída.

ens à opinião pú-uarta-feira, apon-a figura na prefe-27 por cento, Mit-ugar com 24 por com 19 por cento,

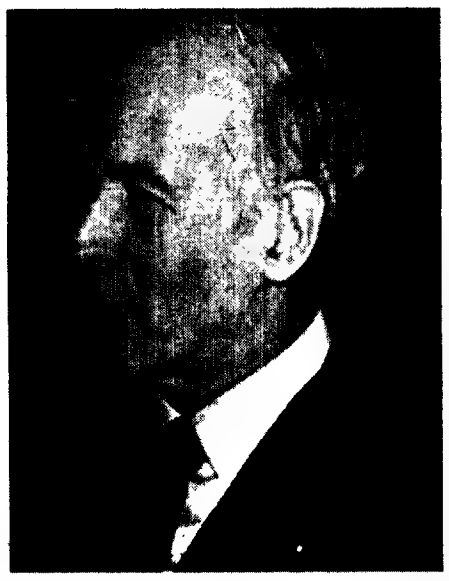
uiridos admitiram ntagaem que, a os observadores

olacos, que du-se reuniram em um comunicado, pontos de vista

cabeçadá por Mi-a Moscovo após w Kania e outros Partido Operário

la EFE, afirmam alientou a impor-tentam semear a paralelo na Polós imperialistas ção no País».

tados espanhois is projectos de lei tuição» e ao «Es-



tado de Alerta, de Excepção e de Sítio».

No que respeita a «defesa da Constituição», o projecto de lei preve alterações no codigo penal e de justiça militar no tocante aos delitos de rebelião e de terrorismo.

O segundo projecto – «Estado de Alerta, de excepção e de sítio» foi aprovado graças a abstenção dos comunistas e dos nacionalistas bascos.

Entretanto, a adesão da Espanha à Organização do Tratado do Atlântico Norte, anunciada para efectivação breve pelo chefe do Governo Espanhol, provocou grande inquietação entre os socialistas e comunistas espanhóis.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro Calvo Sotelo, durante a sua recente visita à Alemanha Federal.

O porta-voz da Comissão Política Externa do grupo parlamentar do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), Luiz Yanez, disse que se «caminha progressivamente para a satelitização da Espanha, graças à política da UCD» (o partido no governo).

Segundo Yanez, a pressa de Calvo Sotelo em aderir à NATO é «resultado evidente das pressões exercidas pelo General Haig (o secretário de Estado norte-americano) durante a sua visita a Madrid».

Yanez repetiu que o PSOE vai pedir um debate parlamentar e público sobre a questão da adesão à NATO.

Bobby Sands queixa-se da Grã-Bretanha

A morte do deputado eleito poderá causar uma guerra civil

O activista do IRA, Bobby Sands, concordou em receber os dois membros da Comissão Europeia dos Direitos Humanos, que viajaram propositadamente de Estrasburgo para Londres com o intuito de o visitar.

A irmã de Sands, Marcella, que solicitou à Comissão que examinasse o caso do irmão, referiu que este precisara que apenas se avistaria com os membros da Comissão «com reservas» e na presença de um colega de prisão, Brendan McFarland, do vice-presidente do Partido Sinn Fein, Gerry Adams, e do porta-voz da Comissão de Apoio aos Presos do Bloco H, Danny Morrison.

Em Estrasburgo, a Comissão indicou que Sands tinha denunciado violação pelas autoridades britânicas do segundo, terceiro e décimo artigos da Carta Europeia dos Direitos Humanos, que protegem o direito à vida, proibem o tratamento desumano e garantem o direito à liberdade de expressão.

Se a visita da delegação europeia a Sands conta com «urgente e simpática consideração» do Ministério Britânico dos Negócios Estrangeiros, segundo as palavras de um seu porta-voz, o mesmo não tem acontecido em relação a outras entidades.

O antigo procurador geral dos Estados Unidos, Ramsey Clark, viu rejeitado, pela segunda vez, o propósito de visitar o militante norte-irlandês, ao ser afastado dos portões da prisão pelos seus directos responsáveis.

Líderes das quatro principais Igrejas da Irlanda do Norte instaram Sands a pôr termo à greve de fome iniciada há 55 dias, prometendo, em troca, contribuir para uma solução da questão do estatuto politico reivindicado pelos guerrilheiros do IRA.

O apelo coincidiu com um alerta de extremistas protestantes, segundo os quais poderá eclodir uma guerra civil na Irlanda do Norte caso Sands morra em consequência da sua greve de fome.

Sammy Duddy, porta-voz da Associação de Defesa do Ulster (UDA) afirmou haver «perigo real» de a Irlanda do Norte mergulhar numa «situação de guerra civil» e advertiu que, se se registar uma escalada de violência por parte dos católicos, «cerca de 50 mil homens preparados para usar armas» sairão à rua para lhes fazer frente.

Fim total do embargo à URSS

A decisão governamental norte-americana de levantar por completo o embargo de cereais à União Soviética vem ao encontro dos desejos de organizações de Agricultores dos Estados Unidos.

Com efeito, ao saberem que havia o risco de se registar apenas um levantamento parcial do embargo, excluindo as vendas de trigo, várias Associações de Agricultores e um senador do estado de Illinois manifestaram a sua discordância com tal eventualidade, que consideraram inaceitável.

Num telegrama enviado à Casa Branca, o presidente da Associação de Agricultores de Illinois, Harold Steele, afirmava que a proposta de levantamento parcial era totalmente inaceitável e uma bofetada na cara dos produtores de trigo.

Melvin Woell, director adjunto da Federação de Agricultores norte-americanos também disse que a sua organização se punha ao levantamento parcial e defendia que ele abrangesse os fornecimentos de trigo.

Em Washington, o senador pelo Illinois, Charles Percy, instou a Administração no sentido do levantamento total do embargo.

O levantamento – ainda que parcial – do embargo de cereais deve-se essencialmente ao facto de ter sido uma medida muio mais prejudicial para os agricultores dos Estados Unidos do que para a economia soviética, consideraram funcionários governamentais.

O embargo foi decretado em finais de 1979 pelo antecessor de Reagan na Casa Branca, Carter, sob a legação de que tal medida se tornava necessária como «punição da União Soviética pela sua intervenção no Afeganistão».

O 26.º morto de Atlanta

Outro jovem negro de Atlanta desapareceu esta semana, enquanto diminuem as esperanças de descobrir os assassínos de outros 25.

Jimmy Payne, 21 anos, foi visto pela última vez na quarta-feira, aumentando assim para dois o número de jovens negros desaparecidos a juntar aos 25 assassinados em Atlanta, nos últimos 21 meses.

NACIONAL RÁDIO
LIGAÇÃO AO CONFORTO

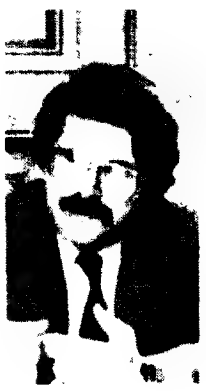
FAGOR
Candy
GRUNDIG
PROGRESS
KING

Quando o televisor, a arca frigorífica, o fogão, o frigorífico ou o aspirador são Grundig, Candy, King, Fagor ou Progress então o conforto é Nacional Rádio.
A Nacional Rádio é uma empresa com uma experiência de mais de 50 anos no sector electrodoméstico
A alta tecnologia dos produtos comercializados pela Nacional Rádio assegura-lhes mais qualidade aliada à maior economia de utilização.

NR A NACIONAL RÁDIO APOSTA NO FUTURO

REPRESENTANTES EM PORTUGAL SUL-NACIONAL RADIO-RUA BENTO DE JESUS CARAÇA, 17-CRUZ QUEBRADA-1495 LISBOA-OU APARTADO 2096 1102 LISBOA CODEX
NORTE-SANTOS GUIMARÃES & OLIVEIRA - RUA SA DA BANDEIRA, 706-6.º DT.º - 4000 PORTO

Vital Moreira (PC) e Nunes de Almeida (PS)



Entrevistas conduzida por Fernanda Mestrinho e José Vilaça
Fotos Rui Pacheco e José Tavares

Vital Moreira é hoje, quer se queira quer não, um ponto de referência no Partido Comunista Português. Jovem, inteligente, apresenta-se como o «new look» do PCP para uns, como o comunista mais «colunável» na imprensa de direita, desconfiam outros. Convidado, nos últimos três Congressos, a ingressar no Comité Central, recusou sempre. Conflito de gerações? Divergências de fundo? Vital Moreira sorri. Diz-se, mais à frente, pouco especialista em política externa, mas a conversa avança. Mostra-se mais interessado no doutoramento, no património cultural. Vital Moreira é um homem com tempo.

Vital Moreira ao "DL"

"Há mitologia em todas as constituições"

DL – O deputado Octávio Pato, afirmava na Constituinte em 75; «A Constituição não pretende ser um estatuto definitivo, eternamente válido, mas sim o estatuto expressamente válido apenas para a próxima fase da Revolução». O próprio dr. Vital Moreira afirmaria, em alguns discursos essa transitoriedade. Porquê, então, uma defesa da manutenção do actual texto constitucional?

Vital Moreira – Bom, há constituições e constituições. Há constituições feitas durante períodos revolucionários que, obviamente, têm de ter em conta o faseamento do processo revolucionário.

Nessa altura existia, precisamente, um pacto que visava um período de transição. A Constituição, portanto, nessa altura, como se configurava o processo político, tinha em conta essa determinante. Como se sabe, entre o início e o fim da feitura da Constituição, houve o 25 de Novembro, houve o termo do processo revolucionário e houve um segundo Pacto com o MFA. A Constituição foi determinada e feita em grande parte, já não no processo revolucionário, mas sim após a estabilização do regime político saído de uma Revolução. E não foi por acaso que a Constituição afastou qualquer referência ao período de transição que constava do segundo Pacto. O que, aliás, se entende: se uma Constituição surge depois de institucionalizado ou estabilizado um regime saído de uma Revolução, compreende-se que ela seja muito mais uma espécie de escritura do adquirir dessa Revolução do que, propriamente o instrumento de processamento dessa Revolução.

DL – Mas não é mesmo um processamento?

Vital Moreira – Inicialmente poderia ter vindo a ser isso, se a Revolução não tivesse tido o seu ponto de paragem. Por isso, a Constituição é um texto tipicamente pós-revolucionário, com elementos que só se compreendem, tendo havido uma Revolução, mas com outros, que só se compreendem tendo parado a Revolução. Em todo o caso, não há constituições eternas e, por isso, esta vai ser revista e nem nós atribuímos a isso qualquer dramatismo. O ponto não está em que seja revista, mas com que espírito e em que sentido vai ser revista.

Da Constituição à realidade

DL – Será, naturalmente, o espírito de uma Revolução que parou e de uma adaptação à realidade, não é?

V.M. – As constituições são sempre para alterar a realidade. É essa a grandeza das constituições. Existe sempre uma relação de tensão entre uma realidade e a Constituição, e é isso que faz a sua grandeza e a sua mitologia...

DL – E ficção também?

V.M. – Não há elementos de ficção. Tem elementos de utopia, porque de não realizado, mas que significam esperanças, que ninguém tem por irrealizáveis e que continuam a ter pontos susceptíveis de realização.

DL – Bom, mas então...

V.M. – Vamos distinguir. Não vamos fazer uma nova Constituição. Vamos rever esta. Se fôssemos, agora, fazer uma Constituição não faríamos esta, seria outra. O problema não é esse. Temos esta Constituição e vamos alterá-la. É por isso que devemos atribuir um significado completamente distinto a certas formulações e a certos traços da Constituição que basicamente ninguém compreenderia que fossem postos numa Constitui-

Continua na pág. 20

EXIJA do seu automóvel mas... ...dê-lhe uma assistência "obrigatória"

FAÇA A REVISÃO 1981 NA FITAUTO, LDA.

- Limpeza do carburador, nivelamento e afinação
- Limpar o filtro da bomba de gasolina
- Limpar o filtro de ar do carburador
- Limpeza dos contactos das placas, rotor, bobine e terminais de velas
- Limpeza de platinados e afinação
- Afinar folgas das válvulas, nos motores com válvulas na culasse, excepto os de pastilhas
- Limpeza e ensaio de velas à máquina e seu calibre
- Reaperto de todos os contactos eléctricos
- Verificar se existem fugas no diferencial, amortecedores e caixa de velocidades
- Verificar se existem fugas de óleo no motor
- Medir compressão dos cilindros
- Limpar bornes da bateria e aplicação de massa
- Focagem de faróis à altura indicada de fábrica
- Examinar se há folgas na suspensão e seu reaperto
- Examinar se há folgas na direcção e seu reaperto
- Ajustar o sector de direcção
- Desmontar rodas e limpar travões
- Examinar os retentores, lavar cubos e meter massa, se necessário
- Verificar o funcionamento do limpa-vidros
- Afinar avanço com lâmpada Estroboscópica
- Afinar a folga do pedal da embraiagem
- Aperto geral — Experiência na estrada

PREÇOS:

AUTOMÓVEL PEQUENO 1.040$00
AUTOMÓVEL MÉDIO 1.170$00
AUTOMÓVEL GRANDE 1.300$00

FITAUTO a sua segurança!
Av. Elias Garcia, 22-A . 1000 Lisboa
Telefs. 762355-760113

MGP

GITUS

MAIO/JUNHO

MARINHA GRANDE	(1 dia)	— DESDE	480 ESC.
ÉVORA E REFORMA AGRÁRIA	(1 «)	— «	505 ESC.
PENICHE	(1 «)	— «	390 ESC.
BEIRA LITORAL	(3 dias)	— «	2030 ESC.
NORDESTE TRANSMONTANO	(3 «)	— «	3030 ESC.
ARRAIOLOS	(1 dia)	— «	480 ESC.
BERLENGAS		— a indicar	

APARTAMENTOS

ALGARVE	(2 Pessoas/dia)	— DESDE	650 ESC.
COSTA DEL SOL	(2 Pessoas/dia)	— «	750 ESC.

VERÃO

ROMÉNIA	(14 dias)	— preços especiais	
JUGOSLÁVIA	(14 «)	— «	«
GRÉCIA	(7 ou 15 dias)	— «	«

CONSULTE-NOS:

GITUS GRUPO INTERSINDICAL DE TURISMO SOCIAL

Av. [illegible] 73 3 Dt. 1200 Lisboa • Tel. 00351 [illegible]
Rua Santa Catarina [illegible] 4000 Porto • Tel. 31 [illegible]
[illegible] Coimbra • Tel. 3[illegible]

NOME
MORADA
COD POSTAL LOCALIDADE
TEL.
DL

falam de revisão constitucional

Nunes de Almeida ao «DL»

«Alguns grupos da esquerda transformaram a Constituição no mito do Bem»

Alguns sectores da esquerda portuguesa têm feito da Constituição o mito do Bem, da mesma forma que a direita fez dela o mito do Mal absoluto, afirmou ao DL o deputado socialista Nunes de Almeida. Antigo membro da Comissão Constitucional, é hoje um dos homens de primeira linha do processo de revisão. Com outros elementos da FRS participou na elaboração do anteprojecto de revisão da FRS. Mas não tem ilusões – a Constituição permite hoje todos os avanços, mas é a acção política que transformará o sistema económico e social, disse ao DL. Outra afirmação que promete polémica – Freitas do Amaral defende a manutenção dos poderes presidenciais para assegurar o predomínio do CDS na Aliança Democrática.

Diário de Lisboa – Dr. Nunes de Almeida, que direcção do Grupo Parlamentar, que linha depois do Congresso irá orientar a intervenção do PS na revisão constitucional?

Nunes de Almeida – Quem irá orientar a revisão constitucional é por um lado o Grupo Parlamentar, e há só um, e por outro, os órgãos nacionais do partido.

Portanto, terá que prosseguir a discussão no Grupo Parlamentar que vai elaborar um texto para depois ser apresentado para discusssão aos órgãos nacionais do partido.

DL – E no Congresso?

N. A. – Penso que o Congresso não vai discutir os textos da revisão constitunional.

DL – Terá de o fazer necessariamente porque é uma questão incluída na moção de orientação do dr. Mário Soares.

N. A. – Que eu me recorde o único ponto que está referido na moção do camarada Mário Soares nem sequer é o das chefias militares por inteiro, é o da nomeação do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Fora isso, há outras moções que se referem à revisão constitucional, mas só no plano das grandes questões e dos princípios e não sobre as soluções concretas. Mas evidentemente que no Congresso se podem discutir questões concretas sobre a revisão constitucional.

D.L. – De qualquer maneira o Grupo Parlamentar terá de se sujeitar aos órgãos nacionais?

N. A. – O Grupo Parlamentar terá o seu texto, os órgãos nacionais do partido terão também de deliberar sobre a questão da revisão constitucional. Ela é uma questão política importante, que não pode passar à margem dos órgãos nacionais do partido nem nunca ninguém pretendeu isso. Sintomaticamente há um acordo generalizado de que a questão da revisão constitucional tem de passar pelos órgãos nacionais do partido. Isso nunca foi contestado.

D.L. – Mas há alguma hipótese de o Grupo Parlamentar querer manifestar a sua autonomia própria neste campo da revisão?

N.A. – Temos de distinguir aquilo que é da competência própria dos órgãos nacionais daquilo que deverá ser da competência do Congresso, do Conselho Nacional ou da Comissão Directiva e aquilo que é da competência do Grupo Parlamentar. Não compete aos órgãos nacionais fazer um texto de revisão constitucional. Isso seria esvaziar completamente de conteúdo o Grupo Parlamentar. Os órgãos nacionais têm de traçar as grandes opções políticas da revisão.

Isso não é posto em causa no Grupo Parlamentar. Mas a elaboração de um projecto é da competência do Grupo Parlamentar.

D.L. – E vai haver mesmo um projecto de revisão apresentado pelo Partido Socialista?

N.A. – Isso não lhe posso dizer. Não sou do Secretariado do Grupo Parlamentar, nem pertenço a nenhum órgão nacional do partido.

O que lhe posso dizer é que temos um anteprojecto de um grupo de trabalho que funcionou com pessoas do PS, e da ASDI e da UEDS. Esse anteprojecto foi já entregue aos deputados nas Jornadas Parlamentares, foi aí discutido e sujeito a algumas críticas e constituiu-se uma comissão que vai agora rever o texto no sentido de o adaptar às críticas que foram feitas e até de introduzir algumas das sugestões que foram formuladas nas Jornadas. Essa comissão, tal como é conhecida é constituída pelos dois elementos que fizeram o trabalho que funcionou no âmbito da FRS – eu e o dr. Almeida Santos, mais o António Reis, o Vítor Constâncio e o Júlio Carrapato. O texto final será submetido ao Grupo Parlamentar e depois aos órgãos nacionais do partido.

D.L. – O que é que pensa da apresentação do projecto de revisão hoje feita pela ASDI?

N.A. – apresentar um projecto de revisão constitucional. Devo dizer que ainda só passei uma vista de olhos por esse projecto, mas dele constam, em grande parte, as propostas que já constavam daquele anteprojecto em que colaborei. Mas acho que essa apresentação tem uma desvantagem. A de eventualmente impedir a apresentação de um projecto comum da FRS.

D.L. – Porquê?

N.A. – Suponho que, depois de todos os deputados da ASDI terem subscrito este projecto, será difícil virem a subscrever outro. Poderá haver pontualmente sugestões distintas. Fica, assim, comprometida a hipótese de um texto único da FRS.

«Podar» a Constituição

D.L. – O que é que considera fundamental que se faça na revisão constitucional?

N.A. – A primeira coisa que era necessário garantir é que a revisão constitucional se fizesse em termos de contribuir para melhorar a Constituição. Porque o imobilismo em relação à Constituição é também uma forma de estar contra a Constituição. Para utilizar uma frase usada por alguém aqui há tempos, as árvores têm de ser podadas, mas uma coisa é podá-las, outra é cortá-las pela raiz. Também não as podar quando é necessário podá-las é uma forma de deixar morrer as árvores. A CRP, como qualquer outro texto jurídico, ou político, tem de ser adaptada à evolução e de acordo com a sua própria experiência. Mas rever a Constituição e melhorá-la, não é desfigurá-la para a trair. Temos de manter o sistema fundamental de ideias da Constituição, nomeadamente respeitar os limites materiais, circunstanciais e temporais da revisão. Foram dados passos significativos no sentido de que o processo se fará
de uma forma democrática e de acordo com as formalidades previstas. O povo português manifestou-se claramente nesse sentido, e é assim que em princípio ela se irá fazer. Agora é necessário garantir que não vamos deixar entrar pela janela aquilo que o povo português impediu que entrasse pela porta. Esse é agora o ponto essencial e estou convencido que o Partido Socialista, em bloco, está disposto a não consentir que isso aconteça.

Vamos rever a Constituição, mas de forma que ela continue a ser um documento vivo. Esta Constituição, ao contrário da maioria das constituições é sujeita a alguma controvérsia. Diria, antes, que é uma Constituição viva. Ela tem provocado uma adesão popular que não é vulgar encontrarmos em outras constituições nem por esse mundo fora. Este sentimento popular de adesão à Constituição não é vulgar. Tive ocasião de dizer isto ainda recentemente, no dia 2 de Abril, numa sessão em que participei. Raros são os países onde se comemora a aprovação da Constituição. Em Portugal, no dia 2 de Abril é difícel para pessoas mais ligadas à Constituição, como eu, é difícel dar vazão aos múltiplos convites que temos, em todo o país. E fazem-se sessões comemorativas com uma participação das populações que não é usual nem vulgar e que não sucede nos outros países. A nossa Constituição é efectivamente amada pelo Povo.

D.L – Mas não será que a Constituição funciona como a memória possível de um passado.

N.A – Se quiser, a Constituição entre nós é entendida como a síntese do 25 de Abril. Essa é a realidade. No fundo há a sensação de que defender a Constituição é defender o 25 de Abril; estar com a Constituição é estar com o 25 de Abril, estar com o regime democrático instaurado em 25 de Abril. Estar contra a Constituição tem tido, entre nós, o significado, quer se queira quer não, de estar contra o regime democrático saído do 25 de Abril.

D.L – Mas quando teve de escolher uma Assembleia da República com poderes constituintes, como esta é, a maioria do povo português não votou na Aliança Democrática.

N.A. – Eu não contesto essa sua afirmação. O povo português, quando elegeu a Assembleia da República, escolheu um Governo e quis que a AD fosse Governo. Isso não se pode contestar. Mas quando a questão da Constituição esteve no centro das atenções numa eleição, foi nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro. Essas é que giraram em torno da questão constitucional. Toda a gente sabia a 5 de Outubro que haveria novas eleições a 7 de Dezembro e que essas é que seriam decisivas para o futuro e para a forma de rever a Constituição. E quando o debate central era saber se a Constituição era para matar ou se para durar, o povo português, por 56 por cento dos votos, decidiu que esta Constituição era para manter e melhorar, não era para matar. Por isso, não é verdade que o povo português, nas eleições se tenha manifestado contra a Constituição.

D.L. – Pode-se dizer que o povo português quer viver à direita e pensar à esquerda?

N.A. – Não, o que se pode dizer é que o povo português quer o regime democrático, quer manter os seus direitos, mas simultaneamente foi sensível a algumas questões que influenciaram a vitória da AD, nomeadamente uma certa sensação de segurança que a AD, por algumas razões, lhe pôde dar..

D.L. – E que o PS não deu...

N.A. – Que a oposição não estava em condições de lhe dar.

Por outro lado também a possibilidade que teve em experimentar um Governo AD durante um período transitório e curto, de cerca de oito meses, em que o Governo pôde seguir uma política dirigida às eleições que se seguiam e não uma política em que pusesse em prática o seu próprio projecto político. No futuro veremos o que resulta do

Continua na pág. 21

cadernos do terceiro mundo

Em destaque:

Vietname hoje: a guerra não terminou. *Grande reportagem de Wilfred Burchett na península da Indochina*

Bolívia: as conspirações em marcha
Cinema «Kung-Fu»; alienação ou anticolonialismo?

Assinaturas – Tricontinental Editora Lda
Calçada do Combro, 10-1.º – 1200 Lisboa – tel. 320650
Distribuição CDL

VISITE

A REPUBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

EM 1981!

Entre 4 itinerários diferentes escolha o seu!
Visite Berlim, Rostock, Schwerin, Magdburg, Wernigerode, Erfurt, Dresden, Karl-Marx-Stadt, Leipzing e outros centros de interesse da República Democrática Alemã.

Nos melhores hotéis!
Junho, Julho, Agosto e Setembro:
excursões de 9 dias: 30 800$00: excursões de 14 dias: 34 900$00: excursões de 16 dias; 38 500$00, **tudo incluído!**
Inscreva-se já!

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-RDA

Pr. José Fontana, 17-4.º — Lisboa.
Telef.; 539821/2

EM COLABORAÇÃO COM A AGÊNCIA

abreu

Vital Moreira (PC) e Nunes de Almeida (PS)

VITAL MOREIRA

... da pág. 18

ção de agora, mas que toda a gente compreenderá que não sejam tiradas, uma vez que já lá estão.

DL – Acha que a Constituição tem sido impedimento para o avanço da direita em Portugal? As desnacionalizações, as investidas contra a Reforma Agrária, etc., etc..

V.M. – Ah! sim, sim. Sem dúvida. Impediu não só as desnacionalizações, mas em termos estritamente políticos permitiu que se desmobilizassem fórmulas conspirativas-golpistas em várias situações. A existência do CR, a meu ver, foi essencial, e a sua colocação na Constituição também. Não tenhamos dúvidas, que não só as leis que foram paradas (delimitação de sectores, mas o próprio facto de saber que elas não passariam se fossem propostas, foi um elemento dissuasor importantíssimo para manter aquilo que se mantém das transformações revolucionárias do 25 de Abril. A esse respeito, não me sobra a mínima dúvida. Seria ingénuo supor que seria indiferente ter esta ou outra Constituição. Historicamente é fácil provar que em Portugal, a evolução de todos os regimes esteve sempre ligada às Constituições que lhes deram origem. Nunca houve um regime que suportasse mais de uma Constituição, isto é, que suportasse a alteração substancial da sua própria Constituição. Mas, voltando à sua pergunta, diria que a contra-ofensiva na Reforma Agrária teria sido muito maior, que as nacionalizações não se teriam aguentado como aguentaram, que as liberdades fundamentais não teriam sido exercidas como foram, que a contra-revolução ofensiva teria ido muito mais severa e teria tido muito mais êxito. A esse respeito, não sobram dúvidas.

E de futuro sem o CR?

DL – E para o futuro, como é? Quem fará o controlo da actividade do Governo, com a extinção do Conselho da Revolução?

V.M. – Nós não devemos desvalorizar o papel da Constituição, mas não podemos sobrevalorizá-lo, e o mesmo se aplica à revisão constitucional. A revisão constitucional não vai servir para remediar as características estruturais da sociedade política portuguesa, não vai dar consistência ao sistema partidário, não vai dar estabilidade aos partidos políticos que não têm consistência nem estabilidade. Não vai modificar, digamos, os valores políticos dominantes da nossa sociedade, não vai alterar o sistema de classes. Portanto, isso são realidades que nem a Constituição nem a revisão podem alterar. Não podemos esperar da revisão a solução de problemas estruturais com que temos de viver, da cultura política que é a nossa, do sistema partidário que aí está. Por isso mesmo, talvez, o sistema de governo, chamado semipresidencialista, mostra ser o mais adequado à realidade política portuguesa. Digo-o com tanto mais à vontade, quanto me é o menos simpático possível todo o sistema presidencialista ou semipresidencialista. Não me custa nada admitir que sem este sistema de governo seria praticamente impossível o funcionamento das instituições em Portugal. Sem este sistema de peso e contrapeso, de equilíbrio e dispersão de poderes, seria impossível...

Papel do PCP

DL – O PCP teve um papel importante na formulação do actual texto constitucional em 75. A direita estava com medo e a maioria do PS e do PC fizeram consignar muitos dos princípios da actual Constituição. Não pensa que o PCP poderá ter um papel marginal ou marginalizado no processo de revisão?

V.M. – Há, algumas coisas que historicamente não correspondem à verdade. A Constituição é concluída com o espírito pós-25 de Novembro. Basta comparar os projectos dos diferentes partidos e o resultado final para ver que, por muita influência que o PCP tivesse tido na elaboração da Constituição, ela não foi assim tão grande como isso. Se algum partido se pode reivindicar da Constituição, e eu creio que nenhum o poderá fazer, penso que não será decerto o PCP. As nossas posições foram muitas vezes derrotadas e votámos contra mais artigos do que qualquer outro partido.

DL – Então se não a reivindica, não acha que tem sido feita da Constituição uma bandeira, um símbolo?

V.M. – Temos para nós duas coisas certas: a Constituição, nos seus traços gerais, corresponde às exigências do regime democrático saído do 25 de Abril e que a sua alteração no essencial seria um elemento de ruptura nesse regime, que não seria facilmente recuperável. As constituições, no momento em que são aprovadas, adquirem uma realidade objectiva, independentemente da vontade subjectiva do que lá se quis pôr. Só por isso ela é a Constituição da República e não a deste ou daquele partido. Nunca nos fizemos proprietários da Constituição.

Quanto à marginalização, direi que sim senhor, seremos marginalizados porque votaremos contra tudo aquilo que signifique menos direitos fundamentais, diminuição das garantias das transformações económicas e direitos dos trabalhadores, adquiridos no 25 de Abril. Mas aí quem se marginalizará, em relação à Constituição, não seremos nós, mas aqueles que aprova-

Continua na pág. 22

COMPANHIA PORTUGUESA DE TRANSPORTES MARITIMOS, E.P.

NAVIOS DATAS DESTINOS

LINHA DA MADEIRA

-Ilha S. Miguel-	5/5	Funchal (só contentores)
-Lady Serena-	1/5	Funchal
-Ponta S. Lourenço-	8/5	Funchal
-Lady Serena-	15/5	Funchal

Para reserva de praça e grupagens. Telefs. 36 06 61 ou 36 96 21/31. Ext. 211

LINHA DOS AÇORES

-Açores	8/5	Ponta Delgada
zThirma-	4/5	Ponta Delgada e Pico (só contentores)
-Sunny Christina-	28/4	Ponta Delgada, A. Heroísmo e Horta (só contentores)
-Sunny Christina-	13/5	P. Delgada, A. Heroísmo e Horta (só contentores)
-João da Nova-	30/4	Pico e Horta
-Tina-	30/4	Angra do Heroísmo e Velas

Para reserva do barco e grupagens. Telefs. 36 06 61 ou 38 96 21/31. Ext. 211

LINHA DOS E.U.A.

-Mauricio Oliveira-	3/5	Nova Iorque e Baltimore

LINHA DA AMÉRICA DO SUL

-Congo-	13/5	Recife, Maceió, R. Janeiro, Santos e Buenos Aires

RESERVA DE PRAÇA — Telefone 32 04 04

LINHA DA ÁFRICA DO SUL E MOÇAMBIQUE

-Porto-	19/5	Cape Town, Porto Elisabeth, Durban, Maputo e Beira

RESERVA DE PRAÇA — Telefone 32 04 04

FRAMAPORT LINE

-Niederelbe-	30/4	Antuerpia e Roterdão
-Lugela-	11/5	Casablanca

Para reserva de praça e grupagens. Telefs. 36 06 61 ou 36 96 21 31. Ext. 211

SERVIÇOS DE PASSAGENS

Para reserva de passagens e documentação consulte os nossos serviços na Rua Augusta n.º 152 — Telefones 36 02 82 e 60 21 51

UTILIZE NAVIOS PORTUGUESES

LISBOA Rua S. Julião, 63 — GERAL E TRANSPORTES INTERNACIONAL — Tel. 369621/9 - 369631/5 Ext. 212/213
PORTO — R. Infante D. Henrique, 6-9 — T 315590/313324

NOVIDADES DE ABRIL DE 1981

edições 70

12 anos de trabalho editorial, por uma cultura viva e livre

DO SUBDESENVOLVIMENTO CAPITALISTA de André Gunder Frank
Bem documentado historicamente um livro que descreve a evolução do capitalismo e analisa as suas relações com o feudalismo o imperialismo o colonialismo e o socialismo

Col CHAVES DA ECONOMIA — 152 Págs

O ESTADO EM DISCUSSÃO de Etienne Balibar, Nicos Poulantzas e outros
A natureza do Estado a teoria da democracia, uma nova prática da política são algumas das questões centrais tratadas neste livro A iniciar uma colecção que visa o estudo das ideias e das instituições políticas

Col LEITURA DA POLÍTICA — 168 Págs.

O GRAU ZERO DA ESCRITA seguido de ELEMENTOS DE SEMIOLOGIA de Roland Barthes
Para todos os que se interessam pelas ciências da linguagem dois importantes textos cujo objecto comum é a conotação «desenvolvimento de um sentido segundo sobre qualquer sistema de signos»

Col SIGNOS — 152 Págs

PLANÍCIES E FLORESTAS OCEANOS E MONTANHAS de John Gilbert
Dois álbuns didácticos e muito ilustrados que apresentam a flora, a fauna e as características dos Continentes e dos Oceanos. De linguagem cientificamente rigorosa mas acessível, informam de um modo inteligente e atractivo quer o jovem, quer o adulto

Col. À DESCOBERTA DA REALIDADE — Série Especial — 72 Págs cada

HEGEL de Jacques D'Hondt
A vida, obra e filosofia de Hegel por um dos principais conhecedores e divulgadores do grande filósofo alemão. O pensamento hegeliano marcado por acontecimentos históricos decisivos, centra-se numa «dialéctica» da História

Col. BIBLIOTECA BÁSICA DE FILOSOFIA — 120 Págs.

A ESTÉTICA de Denis Huisman
As etapas e os domínios da Estética, do Platonismo ao Positivismo, passando por Kant, e da Filosofia da Arte à Sociologia da Arte incluindo as questões da sua Psicologia a contemplação a criação a interpretação

Col BIBLIOTECA BÁSICA DE FILOSOFIA — 128 Págs

CARCAÇA PARA CÃES de Meja Mwangi
De forma viva e empenhada, o autor revela o modo como os Mau Mau, designação atribuída pelos Europeus a uma aguerrida etnia do Quénia, estavam organizados na luta contra o domínio colonial britânico.

Col. VOZES DE ÁFRICA — 160 Págs.

OS INTÉRPRETES de Wole Soyinka
A vida de um grupo de amigos, jovens intelectuais nigerianos. O seu passado, as suas crenças, as suas crises, os seus amores. O espaço em que se movem: a Universidade, o escritório, os clubes nocturnos.

Col. VOZES DE ÁFRICA — 278 Págs.

OS ANIMAIS CONTAM HISTÓRIAS de M. B. Keelson
ESI VAI BUSCAR ÁGUA de Michael Asiedu
Dois livros vindos do Gana, numa colecção atenta à divulgação de outros costumes e povos. Contos histórias e pequenos textos especialmente dedicados às crianças.

Col JOVEM SOL — 48 e 32 Págs. respectivamente.

PEÇA O NOSSO CATÁLOGO

EDITAMOS E DISTRIBUIMOS DIRECTAMENTE

edições 70

Av. Duque de Ávila 69 r/c Esq — 1000 LISBOA Telefs 57 83 65/57 83 22
Delegação no PORTO Rua da Fabrica 38-2.º Sala 25 — 4000 PORTO

falam de revisão constitucional

NUNES DE ALMEIDA

Continuação da pág. 19

exame feito pelo povo português da aplicação do projecto político da AD, durante uma legislatura.

Chega-nos um terço

D.L. – De qualquer maneira os 10 por cento que em termos eleitorais são decisivos criaram em 5 de Outubro as condições para que a maioria de dois terços necessária para a revisão não se possa fazer sem a AD.

N.A. – Criaram fundamentalmente as condições para que a maioria de dois terços não se possa fazer sem nós, se me permite. Porque quem quer introduzir profundíssimas alterações na Constituição é a AD, não somos nós. Quem precisa mais dos dois terços é a AD. Se as nossas propostas de revisão constitucional não atingirem os dois terços, a Constituição fica como está, o que para nós não é, posso-lhe afirmar, «morte de homem». Enquanto que para a AD não, para a AD era importante obter os dois terços. E o povo português não deu os dois terços a AD. Para nós um terço chegava-nos.

D.L. – Disse há pouco que era preciso fazer uma «poda» na Constituição. O que se vai «podar» com esta composição parlamentar?

N.A. – A «poda», como eu lhe disse há pouco, é cortar os ramos velhos e secos, para que possam nascer ramos mais verdes que possam florescer. Ou seja, melhorar a Constituição, de acordo com a experiência que tivemos nestes cinco anos. Mas também há pontos que hoje constam da Constituição por razões de ordem histórica, que tinham a sua justificação plena em 76, e que hoje necessitam de uma alteração. É a questão por exemplo do Conselho da Revolução cuja extinção implica um acerto bastante lato na Constituição.

Extinguir o CR

D.L. – Porque é que há a necessidade de substituir o CR?

N.A. – A inserção constitucional do Conselho da Revolução resultou do segundo Pacto entre o MFA e os partidos, celebrado sem quaisquer pressões e com o acordo máximo de todos os partidos.

Nenhum partido, depois dos acontecimentos de 1975 via com bons olhos a possibilidade de lhe cair na mão a «batata quente» das Forças Armadas. Esta é a realidade dos factos, não vale a pena escamoteá-la ou ingnorá-la. O CR desempenhou o seu papel ao longo destes anos de forma satisfatória, e a melhor homenagem que hoje lhe podemos fazer é dizer que ele já não é necessário, por ter cumprido os seus objectivos. Ele destinava-se a resolver um problema real da sociedade portuguesa, num certo momento histórico, mas sai, evidentemente fora dos cânones normais da democracia política, embora fosse então um elemento indispensável para que ela pudesse existir. Por isso ele naquela altura não era um órgão antidemocrático. A situação alterou-se substancialmente. O Conselho da Revolução podia ser aquilo que foi em 1976 porque tinha uma certa composição, que não podia ser alterada. Os seus elementos representavam, no fundo, a ideia do MFA, que tinha a legitimidade de ter feito a revolução do 25 de Abril. O tempo passa, estamos a sete anos de 1974, e é cada vez mais difícil entender a legitimidade da continuação de um órgão composto por elementos, só porque têm uma legitimidade que lhes vem de terem feito o 25 de Abril. Se o CR não fosse composto por elementos com esta legitimidade, se por exemplo fosse eleito pelas Forças Armadas, seria, sim, profundamente antidemocrático. É completamente diferente de ter elementos que tornaram possível a democracia política, e ter elementos da Força Armada a desempenhar um papel político, isto seria uma entorse profunda à democracia. O Conselho da Revolução não podia em 1976 ser considerado um órgão antidemocrático porque não era um órgão das Forças Armadas. Se o fosse era com certeza um órgão antidemocrático. Mas a legitimidade de que gozou vai-se naturalmente esbatendo. A manutenção do CR para além de um determinado período pode começar a transformar a sua própria natureza. Se, admitindo-o apenas por um momento, Soares Carneiro fosse Presidente da República, o CR poderia hoje ser perfeitamente uma junta de coronéis.

D.L. – Quando se fala de revisão constitucional, fala-se muito do projecto da AD, do PS, da FRS. Mas ignora-se completamente a possibilidade de contributo do Partido Comunista nesta matéria.

Esta contribuição é neste momento, marginal?

N.A. – Não, não excluo a hipótese de existirem contribuições do PC que contribuam, elas também, para melhorar a Constituição. E nesse caso não teremos nenhuma razão para votar contra. E mais, fala-se muito dos dois terços. Mas eles podem também obter-se com votos da AD e do PC, contra a FRS. Isto pode perfeitamente verificar-se pontualmente.

Carga ideológica

D.L. – Uma das coisas com que se costuma atacar a Constituição e a AD fá-lo, é invocando a carga ideológica da Constituição, dizendo que tem um cariz marxista, etc. O PS vai aderir a essas críticas?

N.A. – Antes de mais nada, eu não sei o que é uma Constituição sem carga ideológica. Trata-se de um argumento perfeitamente falacioso por parte da AD. Diz-se que uma constituição só é democrática quando é neutra. Esta não é democrática porque não é neutra, porque tem uma certa concepção sobre o modelo de sociedade. E portanto exclui uma parte das opções possíveis. Ora bem, deve dizer-se que não há nenhuma constituição absolutamente neutra. Repare que se fôssemos eliminar da Constituição tudo aquilo que está ideologicamente marcado, tínhamos desde logo que eliminar a referência ao facto de Portugal ser uma República, porque não o fazendo, o PPM, pela própria natureza das coisas, fica excluído, digamos, do regime. Ora bem, a Constituição ainda não impediu, que eu saiba, que o PPM estivesse representado no Governo. Mas depois, se fôssemos eliminar tudo o que representa a carga ideológica na actual Constituição, tínhamos de eliminar não só as referências que a AD normalmente ataca, mas também, por exemplo, o direito de propriedade que tem uma carga ideológica. Há portugueses que são contra a propriedade privada. Mas mais. Ninguém ignora que vivemos 48 anos em ditadura e não vale a pena escondermos o facto de que há portugueses que são contra a democracia. A ditadura não se aguentava 48 anos se não houvesse um mínimo de percentagem dos portugueses contra o regime democrático, contra as liberdades e os direitos fundamentais. Tínhamos, portanto, de os tirar da Constituição, porque há portugueses que são a favor de um sistema repressivo. Tínhamos também de tirar o próprio princípio do sufrágio universal, que não é uma coisa incontestável. Bom, se fôssemos eliminar tudo aquilo que tem conteúdo ideológico na Constituição, eliminávamos a Constituição toda. As constituições, mesmo as mais aparentemente neutras normalmente não excluem a referência ao direito da propriedade, ou às liberdades. Mas mesmo restringindo-nos às questões sobre o modelo económico, porque é sobretudo aí que têm surgido mais críticas, o facto de apenas existirem referências ao direito de propriedade e o de não existirem outras referências, implicaria a opção por um certo modelo económico. Retirando certas referências e mantendo outras o que se pretende é substituir o modelo que hoje a Constituição consagra por outro. E não eliminar a referência a qualquer um deles. Trata-se de uma pura falácia. A questão fundamental é a dos limites de mudança dos modelos sociais e também, a de saber onde se colocam esses limites. Quando a Constituição nada nos diz, os limites são obviamente os que pré-existem no

Continua na pág 23

aproveite o banho todo para si

anti splash

PAINEL DE VIDRO PARA DUCHES

Nao dé banho à sua casa de banho.

Com um painel de vidro «Anti-Splash» pode tomar duche com o máximo dos à-vontades, sem molhar todo o compartimento.

- ANTI-SPLASH E ULTRA-RESISTENTE
- GRANDE DURABILIDADE
- FACIL DE LIMPAR
- INALTERAVEL AO CALOR E AO FRIO
- FACIL DE MONTAR
- MANTÉM UM ASPECTO SEMPRE NOVO

ANTI-SPLASH e fornecido nas seguintes cores

Vidro liso Incolor bronze e gris • Vidro impresso Incolor e gris

E nas seguintes dimensoes 1.50 × 0.80 (Standard)

(A pedido podem-se fabricar outras dimensoes)

ANTI-SPLASH É UM PRODUTO COM A ALTA QUALIDADE E TÉCNICA DA COVINA

COVINA

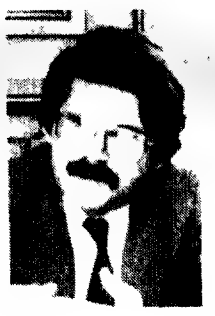
Serviços de Acçao e Promoçao Comercial (S A P C)

COVINA Companhia Vidreira Nacional S A R L - 2626 Santa Iria de Azoia CODEX Telef 259 15 25 -- Telex 12843 P

ATENÇÃO ESTUDANTES REFORMADOS E OUTROS

Jornal **Vento Novo** precisa correspondentes e colaboradores concelho Loures para sectores diversos incluindo publicidade e desporto. Carta ao n.º 2546

Vital Moreira (PC) e Nunes de Almeida (PS)



VITAL MOREIRA

Continuação da pág 20

rem essas alterações. Não haja ilusões. Não vamos ter um papel marginal na revisão constitucional. A nossa posição é a mais fácil, mais coerente do que a daqueles que ajudem a AD a subverter a Constituição e a conseguir os seus propósitos golpistas. A AD, depois do 7 de Dezembro, teve de mudar de táctica, mas não abandonou os seus projectos, os seus propósitos.

DL – A Constituição deve representar os portugueses. O argumento da AD é exactamente que a Constituição não une, mas divide os portugueses...

V.M. – Temos de ter em conta que não há uma Constituição que dê para todos os portugueses. Uma Constituição democrática exclui desde logo os fascistas; uma Constituição, que defende a unidade nacional exclui desde logo os separatistas; uma Constituição que aponte para certas transformações sociais exclui os partidários do regresso ao estádio económico de antes do 25 de Abril. Não há uma Constituição para todos os portugueses. Há uma Constituição que consegue realizar apenas o máximo denominador comum, afirmando certos princípios.

DL – Com estas exclusões todas, digamos, que a maioria do povo português, bem ou mal, manipulado ou não manipulado, votou na AD, e esta poderá eventualmente arrogar-se o direito de representar a maioria dos portugueses. Aí quem será excluído?

V.M – As Constituições servem para serem cumpridas pelos Governos. Sempre foi o papel delas. Se as Constituições não servissem para se imporem aos Governos e às maiorias conjunturais, não eram precisas Constituições. As Constituições são o fio estrutural. No dia 5 de Outubro não esteve em causa o problema da Constituição. Esteve muito mais em 7 de Dezembro. De um lado, estava um projecto de golpear a Constituição – o do general Soares Carneiro e, do outro, um projecto constitucionalista do general Eanes, o que contribui para a sua vitória: o respeito por uma revisão não-golpista. A nossa tarefa é impedir, agora, que se faça o que a AD não conseguiu em 7 de Dezembro, isto é, fazer a sua própria Constituição.

A AD e o regime

DL – As alterações já conhecidas do projecto de revisão constitucional da AD poderão pôr em causa o regime saído do 25 de Abril?

V.M – Mas a AD quer mudar tudo, do primeiro ao último artigo. Fazer uma nova Constituição, com uma nova filosofia, com uma nova formulação, com novos princípios. Os pontos de contacto entre o projecto de revisão da AD e a Constituição são pura coincidência. Trata-se de conseguir, através da Assembleia da República, aquilo que seria plebiscitado, se o general Soares Carneiro tivesse ganho. Vai ser tudo: direitos fundamentais, subversão da Constituição económica, conseguir um sistema político contra o Presidente da República no sentido do governamentalismo AD.

DL – Desse enumerar de subversão, omitiu a questão das chefias militares. Foi por acaso ou é uma coincidência?

V.M – Mas isso é uma subversão que a AD pensa ter adquirido. A eliminação do CR e a governamentalização das Forças Armadas é um dos projectos fundamentais da AD.

CR: como é?

DL – Defende a manutenção do CR?

V.M – Não tomaremos a iniciativa de propor a sua substituição, mas estamos preparados para a proposta de eliminação do CR. O problema do CR é o seguinte: o CR foi criado para responder a uma questão essencial do regime democrático português e que tem duas vertentes: institucionalizar clara e organicamente o papel das Forças Armadas no sistema político. Esse papel existe, quer queiramos ou não, e não depende da nossa vontade. Existe e está aí. Ou existe por vias travessas, nos corredores dos quarteis e dos Ministérios, da conspirata e do golpe, ou existe através de órgãos, à vista de todos, e se modera essa intervenção. Este é um problema. O outro é o do compromisso constitucional das Forças Armadas com o regime. E esse foi sempre o problema de todo o regime político em Portugal, quer democrático, quer antidemocrático. Ou tem êxito e dura muitos anos, como aconteceu com o Estado Novo, ou não teve êxito, e o regime não dura muito tempo, vide a I República. Estes são os problemas que existem, e o CR surgiu para os solucionar nas suas duas vertentes.

DL – Mas a eliminação do CR é defendida por quase todos os partidos...

V.M – Pois é, mas vejamos. A eliminação do CR pode querer dizer uma de duas coisas: ou que estes problemas não existem ou que existem outros meios de os solucionar. Que deixaram de existir, creio que ninguém o diz de boa-fé; que existem outros meios de os solucionar, é aquilo que eles têm de provar. Os que defendem a eliminação do CR. O ónus da prova cabe-lhes a eles. Algumas forças de esquerda deram de bandeja a cabeça do CR à AD e só depois é que pensaram numa alternativa, que até agora ainda não se sabe bem qual é.

DL – Suponha o dr. Vital Moreira que a composição do CR não era a actual mas outra. Continuaria o PCP a defender o CR?

V.M – Mas o CR não é um órgão abstracto. Foi lá posto porque era aquele, porque era ainda a expressão do 25 de Abril e dos militares que fizeram o 25 de Abril. Não é uma fórmula abstracta. O Conselho da Revolução é-o, com um certo sentido político. Com outro sentido político, não era Conselho da Revolução mas da contra-revolução.

DL – Suponha que os três ramos das forças armadas mudavam os seus representantes no CR...

V.M – Os membros do CR não estão sujeitos a destituição, nem a eleição...

DL – Mas suponha que estavam...

V.M – Suponha, suponha... mas suponha que morriam todos os membros do Conselho da Revolução. Suponha uma série de hipóteses, mas para isso era preciso uma Constituição com dois mil artigos.

CR: bóia de salvação

DL – Não acha que, por vezes, o CR é olhado como uma bóia de salvação?

V.M. – Bóia como?

DL – Como quando vetou a delimitação dos sectores público/privado...

V.M. – Era a função dele.

DL – E se o não tivesse feito?

V.M. – Mas esse era o seu papel: defender a Constituição. Fê-lo bem nessa altura, não o fez bem noutras. Era uma lei inconstitucionalíssima.

DL – A Comissão Constitucional disse o contrário...

V.M. – Sim, mas a Comissão Constitucional é um órgão consultivo e tem a sua composição política própria e os seus interesses ideológicos...

DL – O problema é das pessoas...

V.M. – O problema é de saber quem guarda o quê e como. O problema do poder. O problema de substituição do CR, que muitas vezes se secundariza, é o problema de um órgão com competência para fiscalizar a constitucionalidade. O CR tinha força política e legitimidade para poder dizer a uma Lei da Assembleia da República; «não, esta lei é inconstitucional». A AD pode desvalorizar a revisão dos direitos fundamentais e da organização económica, porque, se conseguir eliminar o CR e debilitar o sistema de controlo da constitucionalidade, então pouco interessa que a Constituição proíba o despedimento sem justa causa. A AD fará passar todas as leis que quiser e a Constituição passa a ser um papel. Aquilo que fez com que a Constituição não fosse um papel, foi a existência de um sistema de controlo da constitucionalidade das leis, de um guardião. Por isso, o problema fundamental não é o da existência do CR, mas o do seu papel de guardião. Se me encontrar um órgão que possa executar essa função, com a mesma eficiência e a mesma determinação, então, o problema do CR está solucionado. Mas começou-se ao contrário: entregar o CR de bandeja.

O «sapo» da revisão

DL – Quer isto dizer, que o PCP não engolirá o «sapo» na revisão constitucional?

V.M. – Aqui não há que escolher entre bens e males maiores ou menores. Temos a nossa posição simplificada.

Fomos o primeiro partido, e isso é importante dizê-lo, ofi-

Continua na pág 24

S. R.

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS VETERINÁRIOS

DECLARAÇÃO DAS EXISTÊNCIAS DE SUÍNOS

Senhor AGRICULTOR!

Durante os meses de ABRIL e DEZEMBRO, a lei obriga-o a declarar o número de suínos existentes na sua exploração.

Colabore na luta contra a peste suína-africana.

Faça a sua declaração das existências, tendo em atenção os Editais dos Serviços Regionais de Agricultura, afixados nos locais habituais.

Não Esqueça!
O prazo termina já em 30 de Abril.

falam de revisão constitucional

NUNES DE ALMEIDA

Continuação da pág 21

modelo vigente de uma determinada sociedade. Quando a da Constituição se diz que é neutra, ela não é neutra, ela é conservadora daqueles limites. Mas há outro tipo de constituições, as que fixam limites mais avançados, que apontam para uma certa transformação das estruturas económicas e sociais e para um modelo de sociedade mais avançado. A nossa Constituição é do segundo tipo e não do primeiro. Mas ambos optam por um determinado modelo económico-social. Uma, explicitamente, como a nossa, outras implicitamente porque obrigam à conservação do modelo existente. Esta é que é a questão real e de fundo, ultrapassando a argumentação de falácia da Aliança Democrática.

D.L. – Em que medida é que o modelo económico estabelecido na Constituição foi um motor de avanço, ou pelo menos de estabilização do sistema económico decorrente do processo que se seguiu ao 25 de Abril?

N.A. – Suponho que a questão pode ser posta assim. Não podemos pretender que a Constituição se substitua à acção política, porque ela não é como que uma varinha de condão que resolve todas as coisas. Um erro profundo que alguns sectores da esquerda portuguesa cometeram neste País foi transformar a Constituição num mito, tal como a direita o fez. Esta transformou a Constituição no mito do Mal absoluto, a raiz e origem de todos os males. Alguns grupos da esquerda portuguesa transformaram a Constituição no mito do Bem. Ora a Constituição não é nada disso. Ela tem de ser vista como não constituindo um obstáculo às transformações, antes pelo contrário permitindo e apontando para elas. Mas não é a Constituição que vai proceder às transformações. Por isso, apontá-la como bandeira pode ser frustrante desde que se dê dela uma ideia errada. Ela é apenas um documento jurídico que nos permite fazer a transformação da sociedade e que, ao contrário de outros, não limita nem impede a transformação.

Fiscalização da Constituição

D.L. – Extinto o Conselho da Revolução a fiscalização da constitucionalidade, entregue ao Tribunal Constitucional, deverá ser feita em termos estritamente jurídicos.

N.A. – Tem-se feito alguma confusão sobre isso, de que o Conselho da Revolução é culpado. E o caso em que foi mais culpado foi sucedido com um diploma da AD, que o CR deixou passar dizendo que era por motivos políticos. Coisa que a meu ver nunca deveria ter feito, porque mesmo o juízo do CR sobre constitucionalidade não é um juízo político. É um juízo jurídico de constitucionalidade. Quando o CR deixou passar o diploma em causa, que desnacionalizava a Dialap, alegando motivos políticos, cometeu um erro.

O que se passa é que em determinadas matérias, o juízo político é incidível do juízo jurídico. Para se fazer um juízo jurídico é necessário interpretar o conteúdo de certas afirmações constitucionais, de certa terminologia, é sempre necessário determinar o alcance e o sentido da norma constitucional, preenchendo o conteúdo da expressão juridicamente utilizada. O conteúdo a dar a essa expressão é evidente que varia, conforme as concepções de cada um. Mais simplesmente, o que é o socialismo? Sobre o conteúdo do socialismo há, não podemos ignorá-lo, diversas concepções. E sabe o que é ou não é o socialismo é evidentemente uma questão de opção política. Se dermos um determinado conteúdo à palavra socialismo, juridicamente a solução será uma; se dermos outro, a solução será necessariamente outra. Aqui, como em outros casos, o juízo político é incidível do juízo jurídico.

D.L. – Que ilações tira desse raciocínio em termos de composição do Tribunal Constitucional?

N.A. – Tiro uma ilação antes de mais nada óbvia – o Tribunal Constitucional não pode ser constituído exclusivamente nem sequer maioritariamente por pessoas que não sejam capazes de entender esta simbiose do jurídico e do político. Isto significa que o Tribunal não poderá incluir, nem exclusivamente nem predominantemente, juízes de carreira. Aliás, a lógica dos tribunais constitucionais e a razão da sua proliferação é exactamente essa, era para subtrair aos tribunais ordinários o juízo sobre a constitucionalidade. E não pode acontecer doutra forma entre nós que, além do mais, temos uma Constituição programática e com um forte conteúdo político.

Poderes presidenciais

D.L. – Em relação aos poderes presidenciais e, curiosamente, em termos públicos quem aparece a defender a manutenção dos actuais poderes do PR são o dr. Mário Soares e o prof. Freitas do Amaral, possíveis e eventuais candidatos à presidência em 1985.

Qual é a ideia do PS sobre o tema?

N.A. – Só uma pequena observação. Não perfilho dessa interpretação de que as pessoas que defendem essas soluções o façam em virtude de pensarem ser Presidentes. Pelo lado do meu camarada Mário Soares, há a preocupação de garantir a manutenção dos poderes presidenciais pela razão simples de que assinou umas bases de entendimento com Ramalho Eanes onde se falava disso mesmo.

Pelo lado do prof. Freitas do Amaral, a defesa da manutenção desses poderes justificam-se por outras razões. Essa vontade deriva do facto de o prof. Freitas do Amaral ver a manutenção dos poderes presidenciais como a introdução do equilíbrio de poderes no interior da Aliança Democrática, de forma a obrigar o PSD a manter a sua coligação com o CDS. A grande preocupação do CDS é que o PSD se farte do predomínio que o CDS exerce sobre a coligação. Neste momento, a própria limitação dos poderes presidenciais resulta da existência de uma maioria parlamentar. Não havendo uma maioria parlamentar, o poder do Presidente, como vimos, aliás, reforça-se.

Ora esse poder presidencial reforçado é um dissuasor contra o rompimento para os sociais-democratas e dá ao CDS um maior poder de influência sobre o Governo. No dia em que o Presidente da República perder certos poderes institucionais, a autonomia do PSD face ao CDS viria ao de cima. E o PSD tornar-se-ia muito mais independente do CDS. Essa é a razão por que o prof. Freitas do Amaral defende a manutenção dos actuais poderes presidenciais.

D.L. – Mas isso é maquiavélico...

N.A. – Trata-se antes do reconhecimento de uma certa realidade.

O prof. Freitas do Amaral não é por acaso que propunha que o PR pudesse substituir Governos minoritários e não os que fossem maioritários. Significaria que o PR não poderia substituir um Governo da AD mas poderia amanhã, substituir um governo minoritário do PSD. A grande preocupação do prof. Freitas do Amaral é criar uma situação que não permita ao PSD formar Governos minoritários. Ora um dissuasor fundamental do Governo minoritário é a existência de certos poderes presidenciais que são na prática profundamente reduzidos quando existe uma maioria parlamentar solida.

D.L. – Falou há pouco sobre a base de entendimento entre o PS e Ramalho Eanes. Essa base de entendimento abragia também a questão das chefias militares?

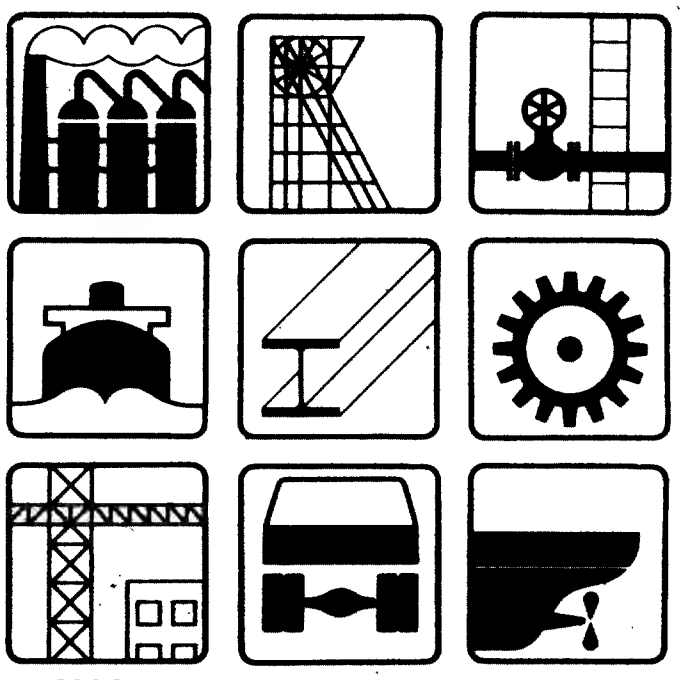
N.A. – Como sabe, essa base de entendimento não refere questões de pormenor, mas apenas um princípio geral. Não fala lá nas chefias militares. A questão que tem sido debatida é a de saber se de acordo com a interpretação que deve ser dada às bases de entendimento, também no que respeita à nomeação das chefias militares, se deve manter o que hoje existe, ou se pelo contrário isso não é abrangido. O dr. Mário Soares tem entendido que elas não abrangem a questão das chefias militares.

D.L. – E qual é a sua opinião como constitucionalista?

N.A. – Devo dizer que sobre as soluções concretas a propósito da revisão tenho mantido total silêncio. Poderá ser um excesso de zelo mas penso que tendo sido incumbido de fazer um determinado trabalho, não devo ser eu a revelar determinadas soluções. Até porque, apesar de ter havido um certo consenso, é evidente que em alguns pormenores não ficou lá a solução de que eu mais gostaria. Todavia, será confundida qualquer opinião que eu dê com opinião que neste momento está consagrada. Por isso tenho mantido total silêncio e, se me permite, não o vou romper.

MULTI-METALL

O composto metálico que resolve os problemas de reparação em todas as indústrias



MULTI-METALL encontra-se disponível para reparações em PEÇAS DE AÇO, ALUMÍNIO, FERRO, LÁTÃO, COBRE, BRONZE, etc.

Manuel Ferreira & Filhos, Lda.
Rua de Santa Catarina, 284-294
Telefs. 21830 - 21357 - 26013 PPC
4000 PORTO
FILIAL:
R. Mouzinho da Silveira, 182-184

Estamos interessados no produto MULTI-METALL e agradecemos que nos seja enviada informação detalhada sobre o mesmo.

NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____

MUNICÍPIO DE SETUBAL

Comemorações do 25 de Abril de 1981

TERÇA-FEIRA - 21 — MUSEU DA CIDADE
Às 18 horas — Inauguração da Exposição «Tesouros dos Museus da RDA»

TEATRO DE BOLSO

Às 18.30 horas — Apresentação da peça «A menina casadoira» pelo TAS
Às 21.30 horas — Apresentação da peça «1.º» pelo TAS (estes espectáculos estão em cena todos os dias até ao dia 25)

SEXTA-FEIRA - 24
Às 20.30 horas — **Bairro da Liberdade**
Partida para a II Estafeta da Liberdade
Às 24.00 horas — Av. Luísa Todi (junto ao Clube Naval)
Chegada da II Estafeta da Liberdade
Entrega de prémios
Às 21.30 horas — Praça do Bocage (junto à Câmara)
VARIEDADES: Conjuntos musicais
Ranchos folclóricos
Poesia Musicada

SÁBADO - 25
Às 9 horas — Alvorada
Às 10 horas — Desfile de fanfarras pela cidade
Às 11 horas — Cerimónia do içar da bandeira na varanda da Câmara Municipal. Palavras alusivas ao 25 de Abril
Às 15 horas — Simultânea de Xadrez e Damas — Av. Luísa Todi (junto ao Coreto)
Às 17 horas — Grupo Musical d'Hoje — Praça do Bocage
Às 21.30 horas — Sessão Solene no Salão Nobre da Câmara Municipal
Às 21.30 horas — Apresentação da peça «A confissão» pelo Grupo Presença na Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense — Apresentação da peça «1.º» pelo TAS no Faralhão.

Simultaneamente são realizadas outras manifestações (desportivas, recreativas, culturais, etc.) promovidas por Juntas de Freguesia, Colectividades, Comissões de Moradores e outros agrupamentos.

VITAL MOREIRA

(Continuação da pág 22

cialmente a dizer aquilo que quer rever e aquilo a cuja revisão se oporá. Foi em 14 de Fevereiro. Os dados do jogo estão perfeitamente lançados. Não se pode contar com os deputados do PCP para fazer uma Constituição à medida da AD, nem uma Constituição contra o Governo da AD Não estamos dispostos a prescindir das faculdades constitucionais para ajudar a AD a fazer a sua Constituição

DL – Considera mesmo a palavra de ordem «Defender a Constituição» mobilizadora?

V.M. – Já o foi nas presidenciais. Em poucos países se pode passar o que está a passar-se em Portugal. Primeiro, existe logo a noção de que a revisão não é tarefa das direcções partidárias, mas que diz respeito a todos Segundo: o princípio da constitucionalidade da revisão da Constituição. Constitucionalidade em dois sentidos deve respeitar as regras constitucionais e o espírito da Constituição. O papel das revisões não é subverter, mas aperfeiçoar Não é arrancar uma árvore e pôr outra, mas podar galhos secos e até enxertar ramos menos válidos ou menos profícuos.

Mas numa enxertia tem de respeitar-se o esquema vital da árvore, ou o enxerto é rejeitado O terceiro princípio é o princípio da economia: mexer-se apenas no necessário.

DL – Onde vai «mexer» o PCP?

V.M. – Vamos fazer muitas propostas de alteraçao, mas no sentido do aperfeiçoamento, em matéria de direitos fundamentais, como, por exemplo, o direito de nacionalidade, a garantia em sentido mais estrito, no domínio da informação estatizada Em matéria de organizaçao do poder político, aponta para a necessidade de alterar dois aspectos: o estatuto dos Governos demitidos ou exonerados. Uma questão pontual. Mas há um ponto estrutural, como sejam as relações entre o Governo e a AR. Isto é tanto mais importante quanto os deputados da AD funcionam apenas como delegados do Governo. Não se trata do sentido do voto, mas da argumentação. Esta AR está em risco de se tornar um diálogo de surdos entre os porta-vozes do Governo, que não são os ministros mas sim os deputados, e a Oposição, que, em contrapartida, fala no deserto. Por isso, devem ser reforçados os poderes legislativos e de fiscalização da AR; recondicionadas as autorizações legislativas, obrigado o Governo a responder com frequência a perguntas e a inquéritos parlamentares, em questões graves, mesmo contra a vontade da maioria.

DL – Admitiu que há muito de utopia no texto constitucional. Acha que a esquerda foi utópica depois do 25 de Abril?

V.M. – A função da esquerda é reclamar-se da utopia. Daquilo que não existe e deve existir. Sempre foi assim Todas as forças progressistas foram utópicas. Todas querem mudar o que está. Os conservadores (a direita) nunca foram utópica Querem o que está manter os seus privilégios...

DL – Mas não se perdeu, a certa altura, o realismo na análise política?

V.M. – Há utopias e utopias. Há a utopia abstracta (aquilo que não existe nem se vê como pode ser alcançado) e a utopia concreta (aquilo que não existe, mas pode ser realizado). Devemos ser pela utopia concreta.

DL – Mas houve utopia abstracta?

V.M. – E provável. Fazer história é fácil, participar é mais difícil.

Houve utopia abstracta nas Revoluções francesa, russa, etc....

Do «new look» à divergência

DL – Fala-se muito na necessidade de uma nova imagem do PCP. O tal «new look». Acha que isso está a acontecer?

V.M. – Está a dar em cada situação concreta Em matéria de revisão constitucional, a resposta é perfeitamente adequada à situação...

DL – A tal «nova imagem»?

V.M. – Não é a mudança de imagem que faz a mudança de políticas, não acha?

DL – Uma das raras vezes em que, publicamente, assumiu uma divergência com a direcção do partido: passadas as eleições presidenciais, em que o dr. Vital Moreira defendia outra solução, pensa que a sua posição era ainda a correcta?

V.M. – Não vale a pena revermos esse assunto Em todo o caso, há um aspecto que é importante dizer. Diz que foi a primeira vez que assumi, publicamente, uma posição não coincidente com a direcção do partido. Mas lembre-se que as discussões do partido não são públicas salvo nas conferências.

DL – E não é pena...

V.M. ... salvo exactamente nas conferências nacionais. Desse facto não pode tirar ilações num sentido ou noutro...

DL – Já teve outras divergências...

V.M. – Não pode tirar qualquer ilação num sentido ou noutro...

DL – Mas a solução para as presidencia encontrada pelo PCP era a melhor, não acha?

V.M. – Tudo vai bem, quando acaba bem.

Ordem de Liberdade

Ramalho Eanes condecora treze personalidades

O Presidente da República condecorou em Lisboa 13 personalidades, quatro das quais a título póstumo, com a Ordem da Liberdade.

A lista de personalidades é a seguinte: Dias Amado, Aquilino Ribeiro, Quintão Meireles, Pinto Leite (a título póstumo), António Macedo, Fernando Vale, Rui Luis Gomes, Mário Neves, Adelino da Palma Carlos, David da Silva Ferreira, José Vitoriano, António Barros dos Santos e coronel Rogério dos Santos.

A Ordem da Liberdade, cuja cerimónia de investidura se integra nas Comemorações do 25 de Abril, foi criada a 4 de Outubro de 1976, para galardoar serviços relevantes prestados à causa da Democracia e da Liberdade, figurando em primeiro lugar no grupo das Ordens Nacionais.

Luís Hernâni Dias Amado nasceu a 19 de Janeiro de 1908 e morreu a 22 de Janeiro deste ano. Em 1947 foi afastado por motivos políticos da cátedra da Faculdade de Medicina de Lisboa. Foi Grão-Mestre da Maçonaria até Dezembro de 1980.

Aquilino Ribeiro, escritor, nasceu a 13 de Novembro de 1885 e morreu a 27 de Maio de 1963. Figura destacada da Oposição ao regime de Salazar, tomou parte activa na propaganda das candidaturas presidenciais dos generais Norton de Matos (1949) e Humberto Delgado (1958).

O contra-almirante Manuel Carlos Quintão Meireles nasceu a 14 de Dezembro de 1880 e morreu a 11 de Março de 1962. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 19 de Dezembro de 1928 a 10 de Julho de 1929 e candidato da Oposição democrática às eleições presidenciais de 1951.

José Pedro Pinto Leite foi deputado da chamada ala liberal da Assembleia Nacional durante o regime de Marcelo Caetano, tendo morrido na Guiné em 25 de Julho de 1970 num desastre de helicóptero.

António Cândido Miranda de Macedo, 74 anos, é presidente do Partido Socialista. Foi preso pela primeira vez pela polícia política em Abril de 1931. Um dos impulsionadores do Movimento de Unidade Democrática (MUD)) em 1945, participou nas candidaturas presidenciais de Norton de Matos e Humberto Delgado.

Fernando Baeta Cardoso do Vale, 80 anos, é um dos fundadores na clandestinidade do Partido Socialista. Após o 25 de Abril foi presidente da Câmara de Arganil e governador civil de Coimbra (1976). É membro das Comissões Nacional e Directiva do PS. Esteve preso durante o regime fascista, tendo sido demitido das suas funções Públicas. Fez parte do MUNAF e das Juntas Patrióticas e participou nas campanhas presidenciais de Norton de Matos e Humberto Delgado.

Rui Luís Gomes, 79 anos, é reitor vitalício da Universidade do Porto. Foi candidato às eleições presidenciais de 1949 por um dos grupos da Oposição democrática, tendo o seu nome sido rejeitado pelo Conselho de Estado. Em 1947 fora afastado por motivos políticos do Ensino Universitário. Depois de um ano de prisão na década de 50, fixou-se na Argentina e depois no Brasil, de onde regressou após o 25 de Abril.

Mário Viçoso Neves, 69 anos, antigo jornalista, foi embaixador em Moscovo de Outubro de 1974 a 1977 e secretário de Estado da Emigração no V Governo Constitucional.

Adelino da Palma Carlos, 76 anos, foi o primeiro Chefe do Governo Português depois da «Revolução dos Cravos». Foi mandatário do general Norton de Matos no processo de candidatura à Presidência da República e mandatário nacional da recandidatura do general Ramalho Eanes em 1980. Foi reitor da Universidade Livre de Lisboa de 1977 a Março de 1981.

David José da Silva Ferreira, 83 anos, foi funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa até 1927, altura em que a Revolução o demitiu. Foi depois professor do ensino particular e técnico de seguros. Publicou numerosos artigos na «Seara Nova» de 1921 a 1957.

José Rodrigues Vitoriano, 63 anos, é vice-presidente da Assembleia da República pelo PCP. Operário corticeiro, esteve preso 17 anos durante o regime fascista. É membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

O coronel de Infantaria na reforma, Rogério dos Santos, 84 anos, participa na primeira revolta contra o regime de 28 de Maio (Porto, 3 de Fevereiro de 1927) e na mais duradoura revolta contra o mesmo regime (Madeira, 4 de Abril de 1931). Foi demitido do Exército, preso e deportado para Cabo Verde e Madeira.

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL NO CONCELHO DA MOITA

FREGUESIA DA BAIXA DA BANHEIRA

Dia 25 de Abril

09.00 Estafeta na Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Moita, Alhos Vedros.
10.00 — Exposição autarquias nos Alentejanos; Exposição Vida Assoc. na Cooperativa; Exposição Arte Popular nos Reformados.
17.00 Colóquio «Saúde» na Associação.
18.00 — Fut. Salão na Zona Sul.
21.00 F. de Mesa no D. Portugal.

As exposições de «Vida Associativa», «Arte Popular» e «Autarquias», funcionarão de 25 de Abril a 3 de Maio, inclusive

A Feira do Livro funcionará nos dias 2 e 3 de Maio, das 09.00 às 20.00, no Parque «Estrela Vermelha».

FREGUESIA DA MOITA

Dia 25 de Abril

00.00 Lançamento de morteiros e intervenção na Câmara Municipal da Moita alusiva ao 7.º Aniversário do 25 de Abril, seguindo-se volta à Vila pela Banda da Sociedade Filarmónica Capricho Moitense e Fanfarra dos Bombeiros Voluntários da Moita.
10.00 — Torneio de Chinquilho na Praça da República; Futebol (Solteiros-Casados)
15.00 — Jogos Populares; Cavalhadas.
17.00 — Largada de Toiros.
22.00 — Baile com o Conjunto «Outra Banda».

SARILHOS PEQUENOS

Dia 25 de Abril
17.00 — Baile com o Conjunto «Sequência».
Dia 26 de Abril
17.00 — Teatro Infantil com a peça: «Capuchinho Vermelho».

FREGUESIA DE ALHOS VEDROS

Dia 24 de Abril
23.30 — Concentração da população na Praça da República.

Dia 25 de Abril
08.00 — Alvorada.
11.00 — Projecção do filme infantil, em desenhos animados, «O Assalto ao Quartel de Moncada», no Cinema.
14.30 — Concentração da população junto ao Parque Infantil «25 de Abril».
15.00 — Desfile da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários da Moita, com início na Av.ª da Bela Rosa.
15.30 — Distribuição de balões às crianças no parque infantil.
16.00 — Actuação do grupo de intervenção «Seixal Abril».
17.00 — Os «Sempreempé», com a peça infantil «As três histórias». Poesia pelo grupo infantil do Grupo Recreativo do Bairro Gouveia.

CONVITE À POPULAÇÃO

A JUNTA DE FREGUESIA DE ALHOS VEDROS CONVIDA TODA A POPULAÇÃO. A ESTAR PRESENTE, NA NOITE DE 24 PARA 25 DE ABRIL, NA PRAÇA DA REPÚBLICA, JUNTO AO CORETO, PARA COMEMORAR A PASSAGEM DE MAIS UM ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE Abril de 1974.

AUTARQUIAS AO SERVIÇO DO POVO!
25 de ABRIL SEMPRE!

JUNTA DE FREGUESIA DE ALHOS VEDROS
/1981

AGORA QUE JÁ FLORIU
A ESPERANÇA NA NOSSA TERRA
AS PORTAR QUE ABRIL ABRIU
NUNCA MAIS NINGUÉM AS CERRA.

Ary dos Santos

O gambito de Marc Thomas

Num campo de concentração aprendeu a jogar xadrez. Anos mais tarde, devolvido à liberdade, voltou costas à celebridade – «vem, andarás nas bocas do mundo, aliam-se em ti a fulgurância de um Capablanca e o génio de um Alekine...» –, optando pelo desempenho de um papel mais humilde mas não menos fundamental no xadrez da vida – militante sindical!

Marc Thomas, francês de nascimento e pela vida fora, lutador intrépido pelas liberdades, foi durante a ocupação alemã preso em França, sob a acusação de exercer «actividades subversivas» contra o Reich e o Governo de Vichy. A partir daí, os dias foram somando semanas, depois meses, por fim anos, sem que Marc Thomas voltasse a trilhar os caminhos da liberdade. Como etapas do seu cativeiro, seis campos de concentração – St. Benoit, Premol, Fontbelle, Fort Barrouy, Djelfa, Redoute de Bossuet.

Num deles, não me ocorre qual, iniciou-se com outros deportados – patriotas de vários países, judeus, comunistas, republicanos espanhóis e membros das Brigadas Internacionais fugidos de Espanha... –, nos mistérios desse mundo aliciante que é o jogo de xadrez. Particularidade: o chão, com perpendiculares traçadas a carvão, personificava o tradicional tabuleiro; as peças eram confeccionadas com sabão.

Devolvido à liberdade alguns meses depois da entrada dos exércitos aliados na Argélia (Novembro de 1942), fez parte da Resistência e, finalmente, após a libertação de Paris – o seu 25 de Abril!... –, reencontrou o convívio dos seus.

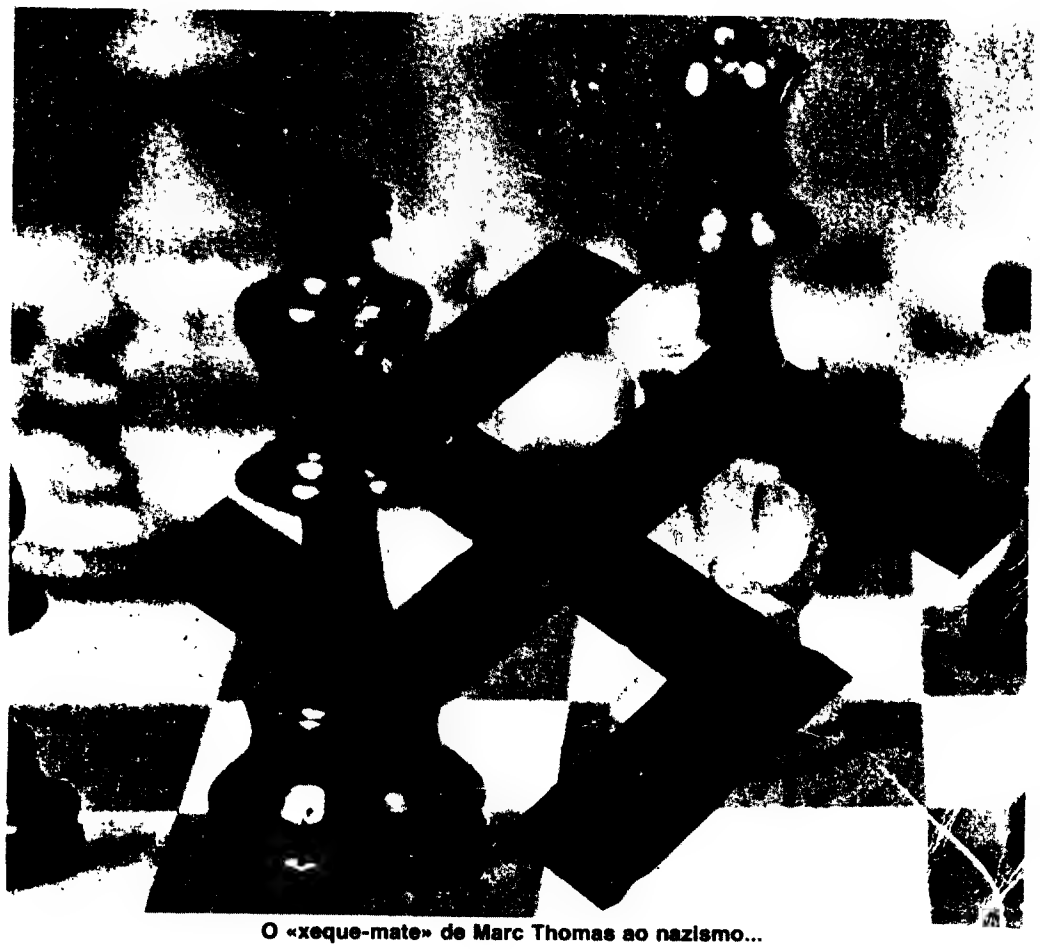
Um dia, ainda não se escoara o ano de 1944, calcorreando as ruas à procura de trabalho, entrou por mera curiosidade e, também, para descansar as pernas, num clube pariense de xadrez. Dificilmente de lá saiu. Os «mestres internacionais» que ali se encontravam, depois de terem constatado a inteligência e a arte que soube imprimir a cada lance das não mais de três partidos que jogou, e que aliás ganhou, foram unânimes em considerar Marc um verdadeiro génio, um digno discípulo de Capablanca e de Alekine.

Desdenhando a celebridade que prestimosamente lhe escancarava as portas, sem pensar nos magros francos que lhe tilintavam nas algibeiras, e que com angústia não cessava de somar, Marc desiludiu tudo e todos ao preferir continuar à procura de uma actividade mais modesta e consentânea com as suas «ambições e características»: militante sindical.

Habituara-se desde a adolescência ao combate sindical e político. Operário num complexo metalúrgico da região parisiense, conhecera de perto as exaltantes jornadas de 1936 (Frente Popular). Participou no surto grevista. Nas ocupações de fábricas, nos comités de greve, aprendera o sentido da palavra solidariedade. Lutar por um futuro melhor, transformara-se na ideia-chave que iria reger para sempre a sua conduta. Entrar para o Partido Comunista pareceu-lhe ser a melhor maneira de ajudar a França a sair da crise em que se encontrava, a deixar de ser a vela consumida pela chama dos ideais nazis que, importados do país vizinho – a Alemanha –, iam pervertendo grande parte da sua classe política.

Não é de admirar, pois, que quando do cataclismo que se abateu sobre a sua Pátria – a ocupação alemã e a constituição do Governo de Vichy –, Marc Thomas sofresse na carne o mesmo que, por toda a França, iam sofrendo todos aqueles que ousavam erguer as suas vozes e as suas forças contra o ocupante e o capitulacionismo/colaboracionismo do marechal Pétain: perseguições de diversa índole e, pouco depois, a prisão e a deportação.

Da prisão ao campo de concentração será um passo. O regime hitleriano e seus apoiantes depressa compreenderam serem os campos de concentração meio eficaz para ajuste de contas com todos os elementos «indesejáveis» do ponto de vista político. Daí que os primeiros a serem detidos/espancados/torturados/deportados / assassinados tenham sido os comunistas e democratas que pudessem ameaçar o sistema, aqueles que, contra ventos e marés, teimavam em ir ao encontro da vida, mesmo quando conscientemente, sabiam que corriam o risco de marchar colectiva ou individualmente, em direcção ao fim da sua própria vida.



O «xeque-mate» de Marc Thomas ao nazismo...

Marc era um desses e nunca deixou de o ser. A prova: depois de ter sido libertado, e apesar dos sofrimentos, das doenças, das várias transferências de campo que conheceu, da aprendizagem do xadrez para não estiolar a mente, não optou pelo abandonar do combate. Atendendo a que o seu reatar com a liberdade se verificara na Argélia, reforçou os quadros do seu partido naquela colónia francesa, seguiu o caminho das fábricas, não somente para ganhar a vida, mas sobretudo para fabricar as armas que iriam permitir ao exército de libertação flagelar dura e incessantemente as tro-

Continua na pág. 26

MATERIAL MERCEDES?

SALVAPEÇAS — Vende-lho novo de origem a preços sem concorrência.
Enviamos para a província e nomeamos Agentes.
Também temos vasto stok usado.
Rua de S. Bento, 344-346 1200 Lisboa Telf. 602327

CONSTRUÇÕES
RUIVO DO MONTE
UMA CASA A MEDIDA DA SUA BOLSA
CONSULTE-NOS E PEDA FOLHETO 24128 SETÚBAL VENDAS
TODOS OS DIAS RUA CIDADE DA BEIRA, LOTE 58-A EM
SETÚBAL RUA DO FIEO N.º 28, 2900 SETÚBAL

PEÇAS E ACESSÓRIOS
PARA
TODAS AS MARCAS
DE
TRACTORES
SIPEMA
LISBOA — 534630
BEJA — 23560
SANTAREM — 23045

VISITE A CHECOSLOVÁQUIA

JULHO – 8 a 18 – Praga e Huedlov
– 26 a 8/8 – Praga e mar. Lázne
AGOSTO – 23 a 31 – Praga e Z. Ruda
SETEMBRO – 30/8 a 9/9 – Praga e Sp. Nlyn

TODAS AS DESPESAS INCLUÍDAS
Visitas sociais e programa cultural
Inscrições e informações na:
Associação Portugal-Checoslováquia
Rua Artilharia Um, 105, 4.º – Telef. 66 85 87 – 1000 Lisboa
Em colaboração com a Agência abreu

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA DE «COBERTURA DA VALA DE CORROIOS - 2.ª FASE - LADO NASCENTE DA E.N. 10»

PREÇO BASE ..... 6.251.800$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ..... 156.295$00
ALVARÁ(S) EXIGIDO(S) 1.ª Categoria— 1.ª Subcategoria da Classe Correspondente

LOCAL, DIA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:

LOCAL: Paços do Concelho de Seixal
Serviço de Secretaria Municipal
20 dias após a publicação do respectivo anúncio no D. República
ÚLTIMO DIA E HORA: Em — — — — — — —, às 17.00 horas.

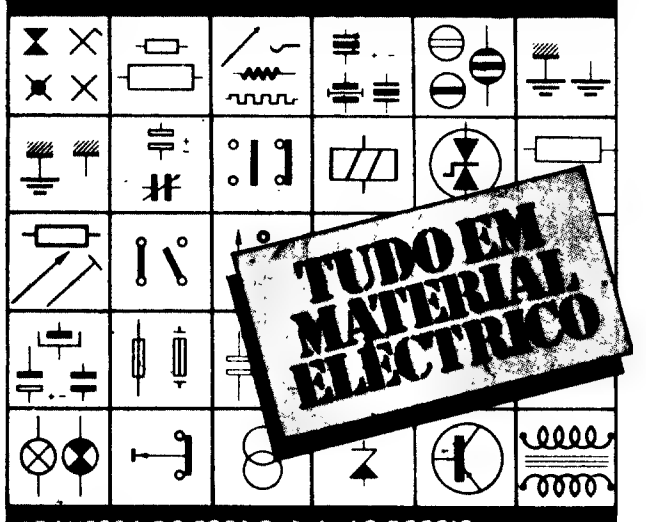
O Local do acto público do concurso terá lugar na Sala de Sessões Públicas da Câmara Municipal do Seixal, pelas 21.00 horas, na 1.ª Sessão Pública após o termo para entrega das propostas.

O processo desta empreitada pode ser examinado durante as horas de expediente dos serviços públicos, Secretaria Técnica Administrativa Municipal do Seixal.

Seixal, 20 de Abril de 1981
O presidente da Câmara

Eufrásio Filipe Garcês José

MR
Manuel Rafael
GROSSISTA DE MATERIAL ELÉCTRICO, LDA.
DISTRIBUIDORES DE
SIPE
E.E. CERÂMICA
J.B. CORSINO
ATIL
EUROTERMO
NOVAERA



TRAVESSA DO FORNO, 7 A (AO ROSSIO)
1100 LISBOA TELEF 371001 2

PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Comemorações do 7 aniversário do

25 de abril

liberdade sempre

DIA 25 DE ABRIL

10.00 horas — Xadrez no largo da Câmara onde estarão 50 tabuleiros sendo 20 para simultânea com a presença de dois mestres da modalidade e restantes para iniciação e exposição sobre o Deficiente e o Desporto.

10,30 horas — Inicio da 3 ª estafeta da liberdade com partida de Vialonga e meta em Vila Franca de Xira

10,30 horas — Inicio das provas de Atletismo com partida da Castanheira e meta em Vila Franca de Xira.

11,30 às
12,00 horas — Chegada dos atletas participantes na estafeta: Provas em linha.

14.00 horas — Inicio do convivio no jardim com ranchos folclóricos adultos e infantis, grupo de cantares, palhaços e bandas de música.

16,30 horas — Inicio do desfile a partir do jardim.

16,40 horas — No largo Estação grande solta de pombos.

17,15 horas — Concentração no largo da Câmara e diversas intervenções

DIA 26 DE ABRIL
DIA DA JUVENTUDE

10.00 às
12.30 horas — No pavilhao do Cevadeiro sarau de ginástica onde estarão presentes atletas do União Desportivo Vilafranquense, Futebol Clube de Alverca Juventude Desportivo Alhandrense, etc.

14.30 horas — Torneio de mini-futebol com equipas de todas as freguesias do concelho com limite de idade máxima 12 anos.

21.30 horas — Concerto Rock com LIVRE ARBITRIO. PIZO LIZO e SALADA DE FRUTAS

DIA 30 DE ABRIL

21.30 horas — Espectaculo de Canto Livre.

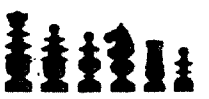
ENCERRAMENTO

23.00 horas — Baile com o conjunto DILECTUS

O gambito de Marc Thomas

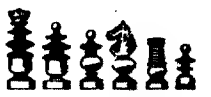
Continuação da pág. 25

pas do Reich e, anos mais tarde, com a ajuda dos aliados, desalojá-las definitivamente do território francês.



Marc Thomas era, não haja dúvida, da fibra desses homens que escolhem como pouso eterno uma trincheira na frente de qualquer combate justo, que promovem constantemente o pião esperança, que dão «xeque-mate!» ao baixar dos braços. Conheci-o e, com vaidade o digo, entre ambos se cimentou ao longo de quase uma década de convivência uma sincera e frutuosa amizade. Loquaz e bonacheirão, sempre com uma «blague» nos lábios, era o ídolo dos «putos» do seu bairro, o «soluciona-problemas» de quantos o conheciam. Um único «defeito» (ou qualidade?...): não admitia que atacassem o seu partido. Só ele ou os seus camaradas de partido o podiam fazer.

Quando se reformou, isso há cerca de cinco anos, instalou-se na província com a companheira – essa «pobre» Odette que tantas «partidas» lhe aturou... Contudo, a sua transbordante actividade em prol de uma vida «plus chouette» (mais gira), não se apagou. Na aldeia por ele escolhida como ponto de arrimação, depressa floresceram festas-convívios, um jornal local, concursos desportivos para jovens e adultos, uma multiplicidade de iniciativas.



... Brevemente, e tal como nos «velhos tempos» – fins de tarde dominicais de um exílio cinzento –, reataremos, no claro-obscuro que a essa hora do dia invade as coisas e os seres, o diálogo interrompido pelos dois mil quilómetros que agora nos separam. Não falaremos das mesmas coisas. O tempo passou, muito de novo haverá para contar. Mas, estou certo, faremos os mesmos gestos, ou seja: numa toada prudente, tal aranhas laboriosas preparando a teia onde a presa há-de cair, movimentaremos as peças, criaremos lances. A seu tempo, o momento «fatídico» surgirá: «xeque-mate!» – anunciará com expressão serena e beatifica o vencedor. Marc?... Pois claro!

Uma única vez, em dezenas de partidas jogadas, consegui o «impossível» – vencê-lo! Inicialmente boquiaberto, pasmando e não querendo acreditar na veracidade do resultado obtido, viria a acusá-lo em seguida de «jogo sujo», de ter forjado o resultado para me ser agradável. Com simplicidade, disse-me: «Não, enganas-te. O que aconteceu foi o seguinte: acreditaste, lutaste, venceste. A vida é assim, não tires outra ilação...». E, à laia de remate: «Também é verdade que o excesso de confiança me traiu...»

Este é o perfil exacto de Marc Thomas. Mas, porquê fazê-lo aqui e agora?

Porque, presumi, a sua história tem interesse; porque, estou convicto, nela se inclui uma daqueles boas lições que a vida, no seu dia-a-dia, por vezes nos oferece – um lutador nunca perde a esperança, ziguezagueia por entre os escolhos, vai desarmando, uma a uma, as armadilhas colocadas no seu caminho e... espera a sua hora!; porque o dia de hoje, dia 25 de Abril, marca o início da nossa separação; porque, acrescentó, ele que viveu uma data com significado semelhante – a libertação de Paris no dia 25 de Agosto de 1944 –, soube partilhar comigo, como se a ele próprio o acontecimento dissesse respeito, a bebedeira de alegria em que me afundei ao ler no «Le Monde» a seguinte notícia: «Golpe de estado progressista em Portugal»; por isso tudo, decidi contar a história de Marc Thomas. «Urbi et Orbi», para que conste.

Manuel Anta

SINDICATO TÉCNICOS DE DESENHO

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE DESENHO

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º 28 e para cumprimento das alíneas b) e c) do Art.º 24 dos Estatutos convoco a Assembleia Geral do Sindicato dos Técnicos de Desenho, nos locais e horas abaixo indicadas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Aprovar o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer da Comissão Fiscal;

2 — Apreciar e deliberar sobre o Plano de Gestão Anual proposto pela Direcção.

NOTA: Ao abrigo do Art.º 29-1 «As reuniões da Assembleia Geral têm início à hora marcada com a presença da maioria dos Sócios ou 30 minutos depois com qualquer número (...)

LOCAIS

LISBOA, 15/5/81 — 21 horas, SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS — Av. Visconde de Valmor, 34 - 2.º.

PORTO, 16/5/81 — 15 horas — SINDICATO DOS TRABALHADORES DO CALÇADO — Rua da Formosa, 196 - 1.º

O PRESIDENTE DA MESA A. GERAL
Nuno Pereira Campos

Lisboa, 21 de Abril de 1981

NOVOS MODELOS PEUGEOT

104

305 (1290 cc)

A CHEGAR DIRECTAMENTE DE FRANÇA.
PREÇOS: UMA SURPRESA!
QUALIDADE: A QUALIDADE PEUGEOT!

CONSULTE-NOS:

MOCAR, S.A.R.L.
Av. Antonio Augusto de Aguiar, 19-A
Av Duque d'Ávila, 66-B
1000 LISBOA

GAMOBAR, S.A.R.L.
Rua do Campo Alegre, 308/320
4000 PORTO

e seus agentes em todo o País.

PEUGEOT

Desporto

Fernando Mamede

Conceição Moura

José Carvalho

Conceição Alves

«Meeting Internacional Primeiro de Maio»

Amanhã: todos ao Jamor

Não pense outra vez, leitor: amanhã, todos os caminhos do desportista lisboeta vão dar ao Jamor, onde se processa o «Meeting Internacional 1.° de Maio», com meia centena de convidados estrangeiros a tornarem única e incomparável esta reunião de grandes vedetas das pistas que se abraçam sob a égide e o esforço da CGTP-Inter.

O espectáculo, o «show» que poderá ficar inesquecível, promete. Ora veja-se como está planeada esta bela realização de um punhado de entusiastas que tiveram o apoio decidido da Federação Portuguesa de Atletismo e a concordância imediata de outras fortes organizações sindicais espalhadas por todas as latitudes:

● Às 14 hora: desfile das delegações sindicais e actuação da Banda Filarmónica da Academia Almadense.

● Pelas 14 e 30: exibição do Rancho Folclórico de Torres Novas.

● Das 15 às 15 e 50: Alfredo Vieira de Sousa, Io Apoloni e Quintin Cabrera (que vai mais tarde ao «Passeio dos Alegres»). Depois deste excepcional cantor uruguaio, o público presente nas bancadas do Estádio Naconal terá ensejo de escutar uma saudação desportiva da CGTP-Inter, entre o lançamento de balões coloridos e uma solta de pombos correios.

● Ao bater das 16 horas, inicia-se o melhor «meeting» de sempre nas nossas pistas. No «tartan» do Jamor, em competição amiga mas escaldante, atletas de vários países (Bulgária, Noruega, Alemanha Federal, Checoslováquia, Hungria, URSS, Peru, França, Finlândia, Inglaterra, Espanha, Jugoslávia, Angola, Cabo Verde, Moçambique e, obviamente, de Portugal). Um calendário de provas fascinante: 400 metros barreiras, salto com vara, lançamento do disco, arremesso do dardo, 100 metros, salto em comprimento, 800 metos, lançamento do peso, 3000 metros, 200 metros e cinco quilómetros (provas masculinas), salto em altura, 100 metros, 400 barreiras, 3000, 200 e 800 metros (para senhoras).

Em pista, autênticas vedetas: Tarev e Iantchev (dois búlgaros que valem 5 e 50) o norueguês Sorteberg (5.05) o alemão federal Heirich (5.40) todos no salto com vara; o cheoslovaco Kodejg (49,1), o búlgaro Bratanov, finalista olímpico em 1976 (49,77) e o húngaro Pauliniy (50,53) nos 400 barreiras; o búlgaro Kolev (1.46.03) e o soviético Torovov (1.47.07) nos 800 metros; o checoslovaco Sykoa (13.25.00) e o búlgaro Ignatov (13.48.04), o peruano Ponce e os soviéticos Savinin e Vinogradov, todos nos 5000 metros; o «sprinter» francês Petitbois (10.40 nos 100 metros; 20.82 nos 200); o húngaro Bolgar (84,86), o seu compatriota Temesi (85.36) e o filandês Utriaine (90,94) em lançamento do dardo, uma disciplina em que o máximo português se queda em 71,38 metros; Bernardo Manuel e outros compatriotas angolanos, o cabo-verdiano Carlos Monteiro Pereira, um belo conjunto masculino que estará em compita com a pléiade de atletas portugueses: Fernando Mamede, Raposo Borges, João Rodrigues, Luís Azevedo, Pedro Palma, Mário Silva, Fernando Marques, Artur Castro, Péricles Pinto, António Vermelhudo, Adriano Rodrigues, José Carvalho, Rui Oliveira, Carlos Cabral, Rui Fernandes, Humberto Sequeira, José Sena, Aniceto Simões, Carlos Lopes, António Leitão, Helder de Jesus, Luís Horta, Delfim Moreira, Rafael Marques, José Frias, Vítor Mano, António Cachola, Norberto Serrina, Joaquim Carvalho, Vital e Silva, Pedro Albuquerque, Manuel Miguel, Rui Vergamota, Paulo Rodrigues, Nascimento Marques, António Corona, António Baga, Luís Pinhal, Rui Fenandes, Américo Brito, Augusto Martins, Virgílio Tavares, João Veiga, Artur Pinto, Fernando Cunha, Fernando Miguel, Guilherme Alves, Cidálio Caetano, António Atabão, Carlos Caeiro, Luís Leite, Carlos Fernandes, João Conde, João Gomes, Eurico Martins, João Subtil, João Alves, Nuno Lobo, Carlos Cunha, Paulo Castro, José Custódio, João Lima, José Silva, Carlos Medeiros, Fernando Pinto, Marcelino Almeida, José Rodrigues, José Soldado, Rui Amado, José Brás, Cipriano Lucas, Manuel Matias, Henrique Crisóstomo, José Correia, Rui Saldanha, Ernesto Monteiro, António Abrantes, Carlos Peixoto, Rui Vieira, Augusto Ralhão, José Rodrigues, Daniel Monteiro, José Silva, João Firme, Fernando Pinto, António Fernandes, Jaime Cruz, Eduardo Gaspar, Lino Guerreiro, Luís Fernandes, José Monteiro, Henrique Silva, Mário Pinto, Domingos Teixeira e João Rodrigues.

As nossas melhores atletas saem também à liça. Lá estarão Susel Abreu, Ana Cardoso, Clarinha Faria, Ana Paula Mota, Aurora Cunha, Rosa Mota, Regina Gonçalves, Lucília Soares, Rita Borralho, Salomé Oliveira, Natália Pinho, Alice Silva, Anabela Baião, Fernanda Marques, Mimosa Ferreira, Conceição Moura, Manuela Pereira, Regina Babo. Ermelinda Mineiro, Ana Ferrão, Ana Bias, Graça Borges, Conceição Alves, Cristina Abreu, Ana Isabel Oliveira, Manuela Barros, Isabel Pires, Maria João Lopes, Maria Virgínia Gomes, Lurdes Macedo, Cristina Lourenço, Maria João Maia, Sofia Lopes, Zaida Camalhão, Graziela Guerreiro e Vera Lisa, lado-a-lado com óptimas visitas (a checoslovaca Ceskova (2.07.90 nos 800 metros e 4.15.81 nos 1500), a búlgara Nakovka, as soviéticas Savina e Rutchaeva, que valem à volta de 1 e 54 nos 800 metros (a húngara Mohaci (47,30 nos 400 barreiras), a soviética Melnikova, segunda do mundo em 1979 no difícil lançamento do disco (a 66,06) e com 19.80 no peso.

E enquanto se espera uma agradável surpresa (já imaginaram um dos melhores etíopes dos 5000 a puxar por Mamede?) chegam mais presenças garantidas; dos espanhóis Fernando Cerrada, Martin Vara, Jorge Garcia e José Casabona, ainda com as hipóteses de António Prieto, Ana Perez e Isabel Mozon; dos soviéticos Liman, e Mikhailov, a todo o momento confluindo para a CGTP-Inter mais nomes a quererem estar no autêntico **festival do ano,** em matéria de atletismo.

Jogo cénico perfeito tornará o Jamor um palco magnífico (com plena participação e mobilização da assistência a um espectáculo que terá delegações vindas de todo o País) um «show» em que vão ser cantados os hinos da Inter, Internacional e de Portugal, em que desfilam delegações de empresas, direcções sindicais com trabalhadores, uniões distritais e locais, federações e Secretariado Nacional da Intersindical, em que estarão (especialmente convidados) técnicos desportivos e representantes de embaixadas, clubes e órgãos de sobernania.

Já agora, mais alguma coisa; os transportes para o Estádio Nacional estão perfeitamente assegurados pela Carris e os bilhetes de entrada custam o preço unitário de 70 escudos, habilitando a muitos e valiosos prémios. Menores de 14 anos entram gratuitamente. A festa é para todos!

Hóquei em quatro barricadas

É já tradicional o hóquei patinado português surgir em pleno nas grandes competições a nível europeu. Desta feita, este sábado não foge à regra: em quatro frentes, lá estará o desporto em quatro rodas.

Para a «Taça dos Campeões», joga-se no lisboeta pavilhão da Luz, defrontando-se Benfica e Barcelona (às 21 e 30) com direcção do árbitro alemão federal Brandt.

No que toca à «Taça dos Vencedores de Taças», abre a cortina com o duelo Sporting-Fresnoy, arbitrado pelo espanhol Ballesteros, às 17 horas, no pavilhão de Alvalade.

Em relação à «Taça Cers», duas esgrimas: Valongo-Lichstaad (no pavilhão portuense do Valongo, às 22 horas, com arbitragem do português Mário Nobre) e o Noya (Espanha) a receber o Sesimbra, também pelas 22 horas e sob o apito de um juiz espanhol.

Boa tarde

Abril não mora em Portugal inteiro

Na sua extrema crueldade, a noticia aí vai: selvaticamente agredido por uma multidão em fúria, um operário da Lisnave que, aos dias de futebol, equipava de negro e dirigia jogos, está prestes a ficar cego.

Aconteceu no terreno do Amiense e concluíra-se a per a (batalha ?) em que o grupo da casa recebera o Almeirim. Certamente por razões muito poderosas e (estamos em crer) por atentado à legislação que domina o futebol, três jogadores do bloco recepcionista foram mais cedo refrescar-se, expulso pelo árbito Manuel Gomes de Carvalho, um homem de 34 anos que queria fazer prevalecer as 17 leizinhas que são as coordenadas do mais bonito jogo de conjunto.

Uma parcela da multidão é que, toldada sabe Deus por quê ou por quem, atirou-se a Manuel de Carvalho e não esteve com meias medidas: fractura do peroneo da perna esquerda, uma tareia monstra e, ainda como re:caldo, um hematoma tão grave na vista esquerda que os médicos estão perante uma hipótese muito forte desse trabalhador da Lisnave, árbitro de futebol por prazer de se associar a um espectáculo maravilhoso quando correcto, ficar cego e impedido para todo o sempre de fazer uma vida normal.

É evidente que já sabemos da desculpa mais imediata: o juiz fora demasiado duro, talvez não tivesse visto uma ou outra falta de rapazes do outro emblema, pode ser que lhe tivesse escapado uma grande penalidade que só se avistou lá adiante, atrás da rede do Almeirim. Mas isso, nem tudo junto e multiplicado por um milhão, pelo grupo de energúmenos que, talvez por solitariamente não serem capazes de matar uma mosca, avivaram em comum os instintos recalcados e foram-se ao árbitro como gato a bofe.

Claro que as medidas de disciplina irão tombar sobre o Amiense, o clube, a terra, as gentes pacíficas que a esta hora já severamente verberaram o tristíssimo comportamento de alguns dos seus vizinhos. Maridos, filhos, irmãos, pais. Amigos ou conhecidos nem por isso menos dignos de estarem agora refugiados sob a capa da vergonha. Mas, o que ninguém poderá (jamais) é restituir um homem, operário-trabalhador e pai de família, ao quotidiano em que vivia quando desembarcou em Amiais para ser parte integrante de um simples e puro desafio de futebol, afinal maculado por uma acção violenta de quem manchou para muitos e largos anos um símbolo que estará envolto em tarja escura se acontecer o pior a Manuel Gomes de Carvalho, cidadão português, sete anos de esperança cumpridos no esforço do seu trabalho na Lisnave e muito entusiasmo pelo futebol. Tudo travado brutalmente numa tarde deste Abril em que a festa (afinal) não mora em todo o Portugal.

NEVES DE SOUSA

Tibi, Oliveira, Lima Pereira, Sousa, Alves e Costa: selecções de futebol preparam recepção aos BB da Alemanha Federal e viagem a Belfast

Saudade e amizade

Dois futebolistas recebem esta semana homenagens de muitos que os admiraram. A título póstumo, Rui Guerra dos Santos (que defendeu as cores do Sport Lisboa «Os Onze», em (Alfama) será esta tarde (a partir das 15 horas) evocado no Campo Eng.° Carlos Salema, no decorrer dos encontros entre a selecção de Lisboa e o Belenenses (na categoria de veteranos), o Sport Benfica e Corvense e o Sport Lisboa «Os Onze», em seniores. Rui Guerra dos Santos actuou durante 16 anos com a camisola de «Os Onze», sendo vítima de doença súbita a 3 de Janeiro último, quando acabava de participar num jogo do seu clube.

Amanhã, no Estádio do Bonfim, cabe a vez a Jacinto João de ser presenteado por uma Comissão de Homenagem que integra adeptos vitorianos (Mário Fevereiro, Vítor Vitorino, Carlos Alberto Correia, Ricardo Santos, António Cordeiro e Ricardo Cruz) a que imediatamente aderiu o próprio Vitória setubalense.

O popular «JJ» (37 anos de idade e 16 internacionalizações) receberá os aplausos do grande público durante uma tarde desportiva que terá futebol (antigos jogadores do Vitória face a outros veteranos de prestígio no futebol nacional e um duelo entre o actual Vitória de Setúbal e o Sporting) para além de ginástica, majoretes, música e muita alegria. Uma dívida de gratidão vai ser paga pelos setubalenses ao jogador angolano.

Seis apontamentos sobre comunicação

Da arte «cola tudo» à aculturação genocida

O uso (alienatorio) dos «mass-media» faz crer a ideia de que a comunicação estaria sempre adaptada à recepção da mensagem recebida. Mas a verdade é que as «necessidades» do receptor estão inscritas na finalidade reprodutora de uma ordem social, são os elementos instituídos e invariantes sobre os quais repousa, de maneira mais ou menos magica, o funcionamento das comunicaçoes.

As dicotomias aparentes entre as solicitações do público-massa e o conteúdo das respostas que recebe são inerentes ao processo de reprodução dos circuitos de comunicação, e assim a adaptação do feixe de mensagens propostas às pseudo necessidades sócio-estéticas das massas não é determinada nem pelo «realizador» das comunicações de massa, nem pela multidão de receptores – é antes dependente de um mecanismo cultural que funciona de acordo com um leque de formas estratégicas, para as quais o jogo das motivações (procuras, críticas, necessidades) não passa de mera justificação permanente.

●

O circuito de comunicação, a acreditar nos «idealistas» que a controlam, seria animado por um sujeito proponente que transmitiria mensagens «esocolhidas» em função do sujeito receptor.

Este, como se as solicitações e as respostas se harmonizassem segundo a relação sujeito-objecto, poderia (reduzindo-se a operação a definir o sujeito pelo objecto e reciprocamente) «simular» o papel do emissor, caso o desejasse.

E evidente que a parte de iniciativa do receptor está integralmente aniquilada, mas para a reprodução dos «mass-media» é preciso fazer acreditar que a existência potencial dessa iniciativa é efectiva e reflecte de facto as necessidades e os desejos da massa social. Por outras palavras: o conjunto do circuito da comunicação é determinado e comandado pelo emissor (realizador) que cria a ilusão de uma competição incessante, de um pluralismo indefinido das exigências do receptor, e que demonstra, na própria transmissão da mensagem, a sua «adaptação» às necessidades mutáveis do público. Trata-se, obviamente, de um ciruito fechado, de uma espécie de tautologia formal imposta pelas próprias formas da Comunicação Social.

●

A arte não se exclui deste esquema, contribuindo antes para reforçá-lo, ao criar a ilusão da ruptura possível dos circuitos.

Funcionando como um «perigo», um «risco», compete a arte, pelo aumento do «teor» da mensagem, fazer ofício de «ameaça» às estruturas do sistema, e desse modo contribuir indirectamente para o aperfeiçoamento dos comportamentos-tipos provocados pelos realizadores.

Na verdade, se estes circuitos tantológicos podem desagregar-se, essa possibilidade verifica-se apenas ao nível do «receptor», na medida em que uma eventual reacção violenta da sua parte pode sempre provocar o desmoronar do sistema.

Face a este perigo, o sistema tenta apoiar-se numa teoria das necessidades e dos desejos diferenciados e combinados de tal forma que todas as margens de imprevisibilidade sejam exclusivamente determinadas pelo realizador-emissor.

Quer se trate de comunicações de massa, quer de cultura para «elites», o essencial, para que o sistema se mantenha, é que emissor e receptor atribuam à mensagem o mesmo significado. A percepção recriada através da mensagem deve estar em conformidade com os modelos que previamente determinam todos os programas.

●

A comunicação não é neutra, mas comandada, da base ao topo da vida social, pelo poder instituído, ao qual não só os «media», mas também a arte, mesmo nas suas tendências mais perversas e destruidoras, servem de catalisador. Para o receptor, não se trata de «compreender» ou decifrar a «obra», mas tão-só de aderir ao fenomeno ideológico que ela reproduz. Não se pode imaginar totalitarismo mais acabado!

A manipulação dos sistemas da comunicação, que destruíram a forma transcental da arte (embora conservando ainda a imagem dessa transcendência para consumo das «élites»), é um alibi socioeconómico fundamentado na expectativa de um público condicionado para aderir a tudo quanto se queira que adira. Nesta nova espécie de fascismo que as técnicas de comunicação modernas preludiam, a arte transforma-se num método de treino psicossocial, operando no sentido de regulamentar e normalizar as relações colectivas. Dir-se-ia que nesta etapa do capitalismo, o sistema da comunicação distribui à arte o papel de «cola-tudo», de remédio às deficiências na própria articulação dos seus modelos.

●

Entretanto, prossegue o genocídio cultural dos largos estratos da população que tinham, por assim dizer, permanecido fora da história (a história do domínio burguês, entenda-se), integrados à força pelo sistema da comunicação no modo e na «qualidade» de vida da burguesia (enquanto aspiração, bem entendido).

Como os grandes discursos ideológicos são ignorados das massas, estas não dispõem de defesas (ou alternativas) para os novos modelos de comportamento que a classe dominante lhes vai impondo insidiosamente. Para não alongar estas notas, mencionarei apenas três desses modelos

O primeiro é o modelo que preside a um certo hedonismo interclassista, impondo aos jovens que inconscientemente o imitam uma adaptação – no comportamento, vestuario, penteado, sorriso, etc. – ao que lhes mostra a publiciadade (sobretudo televisiva) dos grandes produtos insutriais, a qual toma por referência quase exclusiva o modo de vida pequeno-burguês. Os resultados disto são terríveis, porquanto um rapaz pobre (da província ou de Lisboa) não dispõe de meios e condições para realizar estes modelos, e isso cria nele ânsias e frustrações que o podem conduzir ao limiar da nevrose.

O segundo modelo é o da falsa tolerância. Propõe-se transformar, dentro do mesmo processo de aculturação genociada, a moral popular, com os seus tabus próprios (mas que não são os da burguesia), em ilusória permissividade generalizada, sobretudo no campo sexual, com vista a destruir os poucos códigos que ainda agarravam os indivíduos ao seu universo cultural diferenciado e os impediam de se tornar consumidores perfeitos (para adquirirem esta qualidade era necessário conceder-lhes certa «licença» sexual). Num país atrasado como o nosso, é fácil imaginar-se que também neste plano a juventude é empurrada, sempre pelo sistema da comunicação, para modos de vida sem saída, desesperados e nevrotizantes.

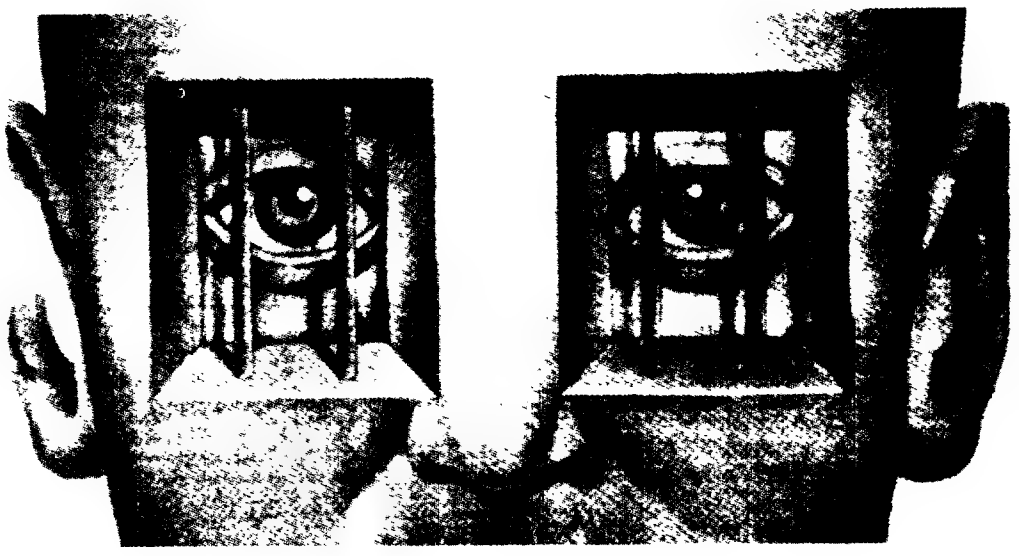
Finalmente, o terceiro modelo, apoiado numa noçao de desenvolvimento como poder multinacional impõe um «charabiá» linguístico, meio macacal, meio tecnológico, que destrói a língua viva do povo, outrora fulgurante de imprevisto e de vitalidade. Bloqueados linguisticamente, os jovens hoje balbuciam, num estado de autêncitca afasia (no sentido clínico do termo).

●

É preciso distinguir drasticamente entre «progresso» e «desenvolvimento», compreender que o capitalismo cindiu de modo bárbaro estas noções, já que só do «desenvolvimento» sem «progresso» a classe dominante extrai os seus lucros. Esta dissociação nefasta só terminará com a apropriação colectiva dos meios de produção, isto é, com o socialismo. Então, os dois termos poderão finalmente coincidir.

Entretanto, neste nosso «paraíso» ocidental, quanto mais se desenvolvem os meios de comunicação de massas mais devastadora é a regressão cultural que os fazem provocar

Ernesto Sampaio



A LOTARIA DA PÁSCOA FEZ 24 MILIONÁRIOS

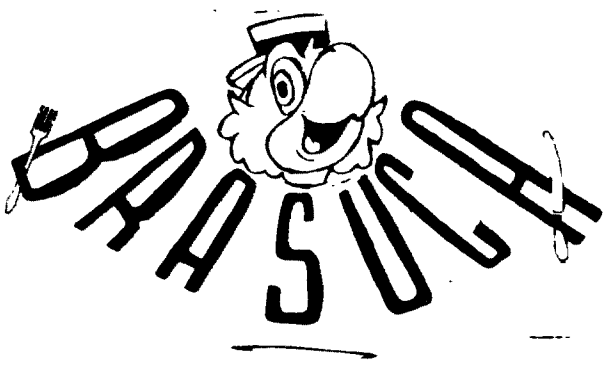
Quinta-feira, dia 16, cerca das 12.20h., na sala de extracções da Lotaria Nacional, foi apregoado o n.º 44.819 que logo de seguida o pregoeiro dos prémios anunciou ter sido contemplado com 42.000 contos. Grande expectativa na assistência que se interrogava quem teria sido o feliz ou felizes contemplados?

Às 14.15h. do mesmo dia, no Serviço de Processamento de Prémios, apresentou-se um jovem, de aspecto risonho, feliz, barba bem tratada, que exibiu para pagamento, precisamente, o bilhete inteiro que duas horas antes fora contemplado com a «taluda» da Páscoa.

Não desejou, embora nesse sentido instado, fazer declarações, nem identificar-se, mas adiantou que, sendo professor, representava 23 colegas que haviam com ele feito uma sociedade. Sentia-se, com os seus consócios, muito feliz, mas, por motivos obvios, que entroncam nas respectivas profissões, não desejavam publicidade.

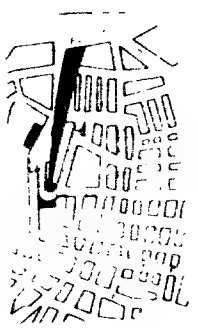
Pois foi assim que, no espaço de duas horas, 24 felizardos se viram, de um momento para o outro, milionários, recebendo cada um deles 1.750 contos, a acrescer aos muitos e muitos milhares de milionários que na sua já longa história de quase dois séculos a Lotaria Nacional tem feito.

Semanalmente, oferecemos-lhe idêntica oportunidade. Jogue também na Lotaria Nacional e siga o exemplo destes 24 companheiros da felicidade, jogando, se não o puder fazer sozinho, em sociedade. Junte-se também à já longa lista dos «nossos» milionários.



● O RESTAURANTE QUE FALTAVA EM LISBOA

COZINHA BRASILEIRA PORTUGUESA E OUTRAS



EXCELENTE LOCAL PARA COMEMORAÇOES FESTAS SOCIAIS E FAMILIARES, ENCONTROS, ETC.

RUA JOÃO PEREIRA DA ROSA, 7

Antiga Calçada dos Caetanos, em frente do jornal «O Século»

Tel 32 85 42

Canal da crítica

Mário Castrim

O auto do vizinho

(Ele esbraceja, à esquerda da cena, fala para alguém dos bastidores)

Não me lixem, pá, já disse
que não vou,
ò gaita do meu avô!
Não me empurrem, que chatice!
Quem é que pensam que eu
sou?
Por muito que obrigue a lei
tal Vaqueiro não serei,
eu não dou uma prà caixa
falta-me a voz, sou baixinho
só bebo chá com bolacha
nunca digo «ou vai ou racha»
por cima do colarinho.
Mau, não me empurrem, está
bem?

(Vem estatelar-se ao comprido no palco, saltam-lhe os óculos, anda de gatas à procura)

Só me faltava esta agora.
Sem óculos não sou ninguém.
Que grandes filhos da mãe.
Cá estão eles. Vou-me embora.

(Neste momento, dá de caras com o público na sala)

Os senhores já cá estão?!
Desculpem lá o chinfrim
da minha má-criação.
Mas as culpas doutros são
e não de mim, não de mim.
Deixem-me só explicar.
Eles ali, sem pensar,
se serviram deste ardil
disseram: «Vais falar
do 25 de Abril.»

Eu só estava a querer dizer
aos meus amigos, há pouco,
que não sei como fazer.
Abril eu sei entender
mas ao falar, fico rouco.
A sério, nunca me vi
a rezar acto responso
manso, tanso, tenso e tonso.
Cantar é pró Zeca Afonso
fazer versos prò Ary
Porém eu que faço aqui?
Aqui viria o operário
em certeza, em força, em glória,
em suor, luta e sudário
que são aquele salário
com que se paga a História.

Também com sua razão
quente e firme como um beijo
a sair do coração,
aqui viria a oração
dos campos do Alentejo,
viria um homem rural
com ciência universal
na raiz de uma UCP
falar sabendo de quê
em nome de Portugal
e na voz com que falasse
todos veriam que houvesse
o futuro face a face
e aquela pura sintaxe
e aquela infinita messe
que faz esperança do perigo
e da morte, vida faz
e tão certos estão consigo
que da guerra fazem trigo
e do trigo fazem paz.

Aqui, pra de Abril falar
viria de eiras e feiras
um rendeiro lá das Beiras.
Ele o puderam roubar
de mil artes e maneiras
os senhorios ricaços
que enchiam panças e paços
de amigos e amigalhaços
com as uvas e bagaços
com os poucos bens escassos
do rendeiro que se perde
nas safras de afogadilho
à força de caldo-verde
prateado a pão de milho.

Viessem os pescadores
os mineiros, os padeiros
maquinistas, marinheiros,
emigrantes, condutores,
trolhas, serventes pedreiros.
Deviam aqui trazer
os que a lutar e a sofrer
naquele dia febril
fizeram Maio nascer
ainda no mês de Abril.
Alguém, enfim, que tivesse
sofrido na própria veia
e portanto melhor desse
valor a quanto dissesse
para a distinta assembleia.

Eu cá, pois como dizia
eu não tenho patuá!
para dizer da alegria
e da alma deste dia
que não esteja dito já.
Mas os vizinhos reuniram.
Aí, todos me pediram:
«Vai lá tu falar por nós
não cuides muito da voz
nem socorras muito entulho
que não há necessidade:
fala só da liberdade
e fala do nosso orgulho.
«Diz que somos carne viva
que não queremos mais cativa
a luz de olharmos em frente
e esta luz não mais esquiva
é a alforria da gente.
«Diz que não há maior bem
ver os filhos sua mãe
crescendo no amor da terra
sem o perigo de ir à guerra,
alma que o fascismo tem
«Diz – os vizinhos disseram –
que as esperanças que viveram,
se é preciso, defendemos
pois a vida que outros deram
mil vezes nós a daremos.
Pode uma voz desgraçada
de altos dinheiros comprada
querer fazer do antigo, novo
mas não vai conseguir nada,
Abril está nas mãos do povo»

À assembleia o recado
tatibitate está dado.
Se bem ou mal, eu não sei.
Porém, se alguém entendeu
Já fico desobrigado.
Aos meus vizinhos eu vou
contar como se passou.
A vós, direi desta arte
toda a lição que aprendi:
não parta Abril por aí
que, por nós, Abril não parte!

JOANA

GRUPO DE TEATRO
APRESENTA P/TODOS
ÚLTIMO
FIM-DE-SEMANA
"ALZIRA, ELVIRA E CARLOTA"
Criação Colectiva
no Teatro da COMUNA
(à Praça de Espanha)
sábados e domingos
às 15 e 30

GTH
GRUPO DE TEATRO HOJE
TEATRO DA GRAÇA
TV. S. VICENTE 11 — TEL.: 87 56 26
4.º MÊS
A VIDA ÍNTIMA DE LAURA
Teatralização de um conto de Clarice Lispector
UM ESPECTÁCULO PARA TODOS
«UMA BELEZA»
- C. Porto (D. Lisboa)
«OBRIGATÓRIO»
- J. Listopad (O Expresso)
«O MAIS ESPANTOSO NASCER DE PINTO QUE SE VIU ATÉ HOJE»
- F. Midões (D. Popular)
«UM ESPECTÁCULO DESLUMBRANTE»
- Tito Livio (A Capital)
SÁBADOS E DOMINGOS ÀS 15.30 E 17.30
ATENÇÃO ESCOLAS: Marcações de espectáculos para os dias úteis pelo telefone 875626
OS SÓCIOS DA VOZ DO OPERÁRIO TÊM ENTRADA GRATUITA
Subsídio da SEC

JOSÉ MÁRIO BRANCO
ÚLTIMOS DIAS
uma produção TEATRO DO MUNDO no TEATRO ABERTO tel. 77 09 68 sub. sec
'SER SOLIDÁRIO'
TERMINA 30 ABRIL
LOTAÇÕES ESGOTADAS
todos os dias às 21.30 h.
domingos às 15.00 h.
folga segunda-feira

ATENÇÃO: P'RA SEMANA «DEIXO'S POISAR»
TODOS OS DIAS DE 2.ª A SÁBADO
FINALMENTE... o CAFE-TEATRO da COMUNA
*DEIXO'S POISAR***
QUINTA-FEIRA AS 22 H
SEXTA-FEIRA AS 23 H
SABADO AS 24 H
lotações esgotadas * um espectaculo... diferente
* MUSICA AMBIENTE E DE DANÇA * UM ESPAÇO NOVO DE CONVIVIO *
SERVICO BAR-RESTAURANTE A PARTIR DAS 20 H * MARCAÇÕES TEL. 76 26 24
3.º MÊS
IX ANIVERSÁRIO DA COMUNA — 1972/1981
NA SEMANA DE 27 ABRIL/2 DE MAIO O ESPECTÁCULO «DEIXO'S POISAR» É APRESENTADO DIARIAMENTE ÀS 22 HORAS — BILHETES À VENDA

NOVAS COLECÇÕES DE PRIMAVERA-VERÃO
SEDE: R. MIGUEL BOMBARDA, 41 — FILIAL: R. EÇA DE QUEROZ, 20
TELEFONE: 2073123 — BARREIRO

J. MARQUES
Reparação em TV a cores ou a preto e branco.
Montagem de antenas individuaise colectivas
Tel. 573559 - 577706

Hoje

A actriz Glória Pires, que encarna o papel de Sandra da telenovela «Água Viva», que a RTP-2 repete hoje os episódios passados na 2.ª e 3.ª-feira

1 RTP

10.43 Cerimónias Militaros do «Dia da Liberdade»
12.00 Tempo dos Mais Novos
13.00 Novos Horizontes
13.30 Lúculos e Bróculos
13.55 Sumário
14.00 Tropicália
14.25 Animação
14.35 Cerimónia na Assembleia da República do «Dia da Liberdade»
16.00 National Geographic Magazine
16.55 Râguebi – transmissão em diferido do encontro País de Gales-Selecção Mundial.
18.30 Magazine/7
19.15 Concerto
20.30 Aqui e Agora
22.05 Eu, Show Nico – programa especial.

2 RTP

18.32 «Água Viva» – repetição dos episódios exibidos na 2.ª e 3.ª-feira.
20.00 Sétima Arte – «Ruínas do Interior».
21.30 O Choque do Moderno – a arte, nos Estados Unidos, nas décadas de 50, 60 e 70.

GRUNDIG
qualidade em toda a linha!
RTP-1
Eu, Show Nico (22.05)
RTP-2
O Choque do Moderno (21.30)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA telef: 2112871

Amanhã

1 RTP

11.00: Tempo dos Mais Novos; **12.30**: Eucaristia Dominical; **13.20**: Setenta Vezes Sete; **13.55**: Sumário; **14.00**: TV Rural; **14.30**: Passeio dos Alegres; **19.00**: Grande Encontro; **20.30**: Telejornal; **21.15**: Marcia Hines Especial; **22.15**: «Dallas».

2 RTP

18.00: «Água Viva»; **19.55**: Limite; **20.50**: Música para Si; **21.45**: Ao Vivo.

GRUPO DE CAMPOLIDE
«QUE FAREI COM ESTE LIVRO»
de J. Saramago enc. de J. Benite
No teatro da TRINDADE de 14 a 26 Abril
Tel: 32 203 Sub-Sec-CMA

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

ALMADA – 1981

Na passagem do 7.º aniversário do 25 de Abril de 1974, gloriosa data em que o povo português se libertou da pata opressora do fascismo, ALMADA e o seu Povo, não esquecem os 48 anos de despotismo e violência fascistas que caldearam a sua resistência.

As ricas tradições de luta antifascista e progressista de que Almada legitimamente se orgulha, foram penosamente construídas com uma singular argamassa: sangue, luto, lágrimas, dor, mas também com a confiante certeza da vitória final.

Almada pela sua firme, coerente e abnegada oposição ao fascismo, viu recair sobre si a fúria sanguinária da máquina repressiva. Filhos seus foram violentados no Aljube, em Peniche e Caxias, caíram para sempre no Tarrafal. Por isso Almada em cujas valetas a besta hedionda fez correr o sangue de bravos antifascistas, em cujas ruas balas assassinas criminosamente fizeram tombar heróicos combatentes da Liberdade, não esquece o longo rol de ignomínia, tortura, crime e violência.

E quando ABRIL chegou, ALMADA SAUDOU ABRIL.

Porque Abril significa Liberdade, significa Paz; Porque Abril são as Nacionalizações, é a Reforma Agrária; Porque Abril pronuncia Vida Nova para o povo português, futuro livre e independente para o nosso País; Porque por isso lutou o POVO DE ALMADA QUER ABRIL.

Sete anos volvidos sobre a alvorada promissora, apesar de todas as ameaças, dos sucessivos assédios, ABRIL resiste e VIVE. Vive nos seus ideais, nas suas conquistas. Vive no coração e nas palavras do nosso Povo.

E a nossa Terra que sempre se distinguiu no combate ao fascismo, continua firme na vanguarda da defesa da Democracia. Por isso, foi justamente apelidada ALMADA DE ABRIL. Por isso reafirmamos:

FASCISMO NUNCA MAIS
25 DE ABRIL SEMPRE

24 ABRIL

ALMADA – Oficina de Cultura
Inauguração da IV FEIRA DO LIVRO DE ALMADA
Manifestações culturais, música, teatro, animação circense, sessões de autógrafos, ... (até 3 de Maio).

24 ABRIL

ALMADA – Largo Gabriel Pedro
22.00 – II CORRIDA PARA A LIBERDADE
23.00 – Canções: Grupo Água Dura.
24.00 – Evocação do 25 de Abril de 1974
Luís Filipe Costa
José Afonso
Grupo Música d'Hoje

ALMADA – na Academia Almadense
21.00 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal
ALMADA – Bairro do Matadouro
23.00 – Maratona

CAPARICA
22.15 – Corrida Charneca - Monte
Caparica – Raposo
21.00 – Festival da Canção Amadora
24.00 – Fogo-de-artifício.

COVA DA PIEDADE – SFUAP
21.00 – Exposição de fotografia e gravura
22.00 – Comício da URAP, com a presença do conselheiro da Revolução Pezarat Correia
24.00 – Lançamento de foguetes

COVA DA PIEDADE – Feijó
09.30 – Peça infantil O ESPANTA PARDAIS de Maria Rosa Colaço, pelo Grupo de Teatro de Campolide
23.30 – ESTAFETA CRAVO VERMELHO.

24 ABRIL

TRAFARIA
21.00 – Filme: CHOVE EM SANTIAGO
23.30 – Saída da Banda
24.00 – Fogo-de-artifício

25 de ABRIL

ALMADA
08.00 – DESFILE de Colectividades, Comissões de Moradores e Trabalhadores, corporações de Bombeiros.

ALMADA – Largo Gabriel Pedro
11.00 – Solta de pombos
Provas de demonstrações de:
Atletismo - Ballet - Futebol - Ginástica - Judo - Ténis de Mesa - Andebol - Xadrez e Damas
16.30 – Concerto infantil
Ballet
Ranchos Folclóricos
21.30 – Variedades:
João Fernando - Luísa Basto e outros

25 ABRIL

ALMADA – Jardim do Castelo
10.00 – Exposição de trabalhos de crianças
ALMADA – Praça General Humberto Delgado
11.00 – Pintura para crianças
ALMADA – Bairro do Matadouro
08.00 – Alvorada. Lançamento de foguetes
09.00 – Pinturas e trabalhos manuais
Futebol de Salão
Atletismo
14.00 – Futebol de salão
Ginástica
Jogos Populares
Rancho Folclórico
21.00 – Palhaços
Filmes e Desenhos Animados

ALMADA – Pragal
16.00 – Rancho Folclórico
Futebol no Campo do Almada A.C.

CAPARICA – Raposo
08.00 – Alvorada. Lançamento de foguetes – Desfile de majoretes – Bandas de música
09.00 – Atletismo: CORRIDAS DA LIBERDADE
15.00 – Grupo Cénico do TUL:
– «João Pimpão e Zé Brandão»
– «A Tia Rica»
21.00 – Baile

COSTA DA CAPARICA
17.00 – Desfile de bandas

25 de ABRIL

COVA DA PIEDADE
08.00 – Alvorada. Lançamento de foguetes.
COVA DA PIEDADE – Parque Com. Ramiro Correia
09.00 – Meias finais do Torneio de Futebol de Salão Juvenil.
15.00 – Voleibol Juvenil
Hóquei em Patins
Andebol feminio e juvenil

COVA DA PIEDADE – SFUAP
09.00 – Abertura das instalações às crianças para a prática de halterofilia, judo e ginástica
10.00 – Saída da Banda de Música
14.00 – Abertura da Piscina 25 de Abril às crianças

COVA DA PIEDADE – Chegadinho
09.00 – Provas Desportivas
15.00 Pintura, Desenho, Modelagem

COVA DA PIEDADE – Feijó
09.00 – Atletismo
10.30 – Pintura, Desenho, Modelagem
15.00 – Xadrez e Damas
17.00 – Ginástica
21.00 – Variedades

COVA DA PIEDADE – Romeira
09.00 – Futebol infantil e juvenil – Atletismo
15.00 – Convívio com manifestações culturais.
17.00 – Distribuição de prémios e lanche à crianças

25 ABRIL

COVA DA PIEDADE – Laranjeiro
Exposição de Desenhos na EN 10 junto ao café
09.00 – Atletismo
11.00 – Futebol de salão no CIRL
15.00 – Pintura e Desenho para crianças
17.00 – Ginástica Desportiva
18.30 – Inauguração do Centro de Dia da URPICA (Laranjeiro de Fora)

TRAFARIA
08.00 – Alvorada. Lançamento de foguetes.
09.00 – Largada de Pombos
09.30 – Provas Desportivas
16.00 – Desfile das Colectividades
Concerto pela Banda
Ginástica

26 ABRIL

ALMADA – Bairro do Matadouro
09.00 – Banda de Música
Atletismo
15.00 – Andebol
Ballet
Futebol
Voleibol

ALMADA – Pragal, Campo do Almada A.C. Final do Torneio de Futebol juvenil

CAPARICA – Raposo
09.00 – Pintura e Desenho para crianças
21.00 – Simultânea de Damas

26 ABRIL

CAPARICA – Bairro Novo
10.30 – Ciclismo contra-relógio para crianças
14.30 – Ciclismo (com o apoio da DGD)
18.00 – Lanche para crianças (colaboração do Comércio local)

COVA DA PIEDADE – Parque Com. Ramiro Correia
10.00 – Futebol de Salão
15.00 – Actividades culturais e desportivas
16.00 – Finais do Torneio de Futebol de Salão
17.00 – Hóquei em patins

COVA DA PIEDADE – Chegadinho
10.00 – Badminton
Futebol de sete

COVA DA PIEDADE – Feijó
09.00 – Futebol de Salão
15.00 – Ténis de Mesa

TRAFARIA
Teatro «A vida íntima de Laura» pelo Grupo de Teatro da Graça

27 ABRIL

COVA DA PIEDADE
21.30 – Concerto pela Banda da SFUAP

COVA DA PIEDADE – Laranjeiro
09.30 – «O ESPANTA PARDAIS» de Maria Rosa Colaço pelo Grupo de Teatro de Campolide

30 ABRIL

COVA DA PIEDADE – Na SFUAP
21.30 – filme: «ALVORADA EM ABRIL»

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

ALMADA DE ABRIL
25 DE ABRIL SEMPRE
1981
AUTARQUIAS, ORGANIZAÇÃO POPULAR

Realizações de:

COLECTIVIDADES
COMISSÕES DE MORADORES
COMISSÕES DE TRABALHADORES
UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE SETÚBAL
CENTRO CULTURAL DE ALMADA
ASSOCIAÇÕES DE AMIZADE
GRUPO DE TEATRO DE CAMPOLIDE
JUNTAS DE FREGUESIA e
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

farmácias

Lisboa

PERMANENTE

VERA CRUZ – Pç. Airânio Peixoto, 2-B. Telef. 864941; **SANTA CRUZ** – Av. Gomes Pereira, 34-B. Telef. 704828. **ULTRAMARINA** – Rua São Paulo, 99-101. Telef. 321771; **COSTA** – Rua dos Lusíadas, 30-32. Telef. 636704; **NOVA IORQUE** – Av. Est. Unidos América, 140-B. Telef. 760658; **OLIVEIRA** – Rua de Campolide, 54-A. Telef. 684424; **CASTRO, SUC.** – Rua São Bento, 199-A. Telef. 660513; **ASCENSO** – Pç. Norte, 11-A. Telef. 311216; **MONTE** – Rua Sra. do Monte, 30-AB. Cça. da Picheleira – Rua Prof. Mira Fernandes MAF. Telef. 880703; **NOVAIS** – Av. Luís Bivar, 11-13. Telef. 44324; **COMBATENTES** – Av. Comb. Grande Guerra, 2104953; **JOLENI** – Rua Dr. Alexandre Braga, 3-B. Telef. 910812; **PIMENTEL** – Az. dos Bezouros, Lt. R 8.

AMANHÃ

LÍDIA ALMEIDA – Cça. da Ajuda, 170. Telef. 637318; **CARTAXO** – Av. da Igreja, 21-C. Telef. 897958; **VALLE** – Av. Marquês de Tomar, 47. Telef. 773043; **MARQUES** – Est. de Benfica, 648. Telef. 700096; **ANDRADE** – R. do Alecrim 125-127. Telef. 322328; **PENINSULAR** – Camp. Mártires Pátria, 117-118. Telef. 553308; **PÁTRIA** – Cça. dos Mestres, 30-A. Telef. 680627; **RODRIGUES E AIRES** – Rua da Lapa, 52-54. Telef. 662246; **ALCALIS** – Rua Carvalho Araújo, 46-B. Telef. 841708; **BARROS GOUVEIA** – Rua Vale Formoso Cima, 79-B. Telef. 382180; **MIRAFLORES** – Rua Dr. António Granjo, 2-B. Telef. 2101161; **CORREIA** – Est. Principal, Lt. 172. Telef. 993198; **CATELA TAVARES** – Rua Prof. Dr. Aug. Abreu, Lopes, 29-A. Telef. 915446.

Linha de Sintra

AMADORA – Melo – P. D. João I, 9-B (Telef. 932756). Permanente; **QUELUZ – Vasconcelos**; **CAMARATE – Batalha** – R. Avelino S. Oliv.ª 5 (Telef. 2518669); **CACÉM – Rodrigues Garcia** – Av. dos Bons Amigos, Lote 5-D; **MEM MARTINS – Miranda Garcia** – Est. Mem Martins, 173 (Telef. 2914103). Permanente; **MERCÊS – Claro Russo** – R. Abade Faria, 2-A (Telef. 2915275). Das 9 às 13 e das 15 às 21 horas; **RIO DE MOURO** – Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Telef. 2960194). Das 9 às 23 horas. **SINTRA – Marrazes** – Estefânia (Telef. 2930058). Permanente.

Linha de Cascais

PAÇO DE ARCOS – Trindade Brás – R. Costa Pinto, 184 (Telef. 2432034). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **PAREDE – Aisir** – Av. Gago Coutinho, B.º Caixas Previdência (Telef. 2432948). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **CASCAIS – Marginal** – Av. Marginal (Telef. 280078). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Outra Banda

ALMADA – Central – R. de Olivença, 11-B (Telef. 2750504); **COVA DA PIEDADE – Louro** – R. Alexandre Herculano, 6-B (Telef. 2763517); **LARANJEIRO** – Tovar Chaves – Feijó; **COSTA DA CAPARICA – Higiénica** – Av. da República, 23 (Telef. 2400002); **SESIMBRA – Lopes** – R. Cândido dos Reis, 21 (2233038); **BARREIRO – Higiene** – R. D. Manuel I, 178 (Telef. 2073023). Permanente; **Moderna** – R. D. Henriqueta Gomes Araújo, 12 (Telef. 2073443). Até às 19 horas; **AMORA – Julieta Campos** – R. Ribatejo, 2-A Cruz de Pau (Telef. 2211131); **SEIXAL – Soromenho** – R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560); **MONTIJO – S. Pedro** – Av. Camões, 16 (Telef. 2311133); **MOITA – Silva Rocha** – P. da República, 16 (Telef. 239029). **ALHOS VEDROS – Portugal** – Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 204250). **ALCOCHETE – Nunes** – L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137).

rádio

Programa 2

15.00: Opera comentada, por Maria Helena de Freitas – «Il Filosofo di Campagha», de B. Gallupi; **16.20:** Quartetos de cordas: – Quarteto n.º 76 em ré menor, op. 76 n.T 2, de Haydn, pelo Quarteto de Cordas «Galimir». – Quarteto n.º 12 em mi bemol maior, op. 127, de Beethoven, pelo Quarteto de Cordas de Budapeste; **17.20:** Música sinfónica: – Sinfonia espanhola em ré menor, op. 21, de Lalo, Orquestra Sinfónica de Londres. – Prelúdio solene, de Strauss, pela Orquestra Filarmónica de Berlim; **18.10:** Música religiosa: Ofício Completo para Exéquias, de Purcell. – Requiem, de Biber, p/Concentus Musicus de Viena; **19.00:** Intérpretes célebres; **19.45:** Música de cravo: – Capricho à partida de um Irmão Querido», e Bach; **20.00:** Trechos de óperas; **21.00:** Orquestras de câmara; **22.00:** A Cantata «Carmina Burana», de Carl Orff; **23.00:** Intercâmbio musical: Temporada de 1980/81, da Orquestra Sinfónica da Rádio Sul da Alemanha 1.ª parte: Intervalo: árias de ópera. 2.ª parte: **01.00:** Junção com «Antena Um». Fecho

Rádio Comercial (283, 290 e 397 m)

15.03: Sábado muito especial, **17.03:** Tempo de desporto; **19.03:** Somfantástico; **20.03:** Quando o telefone toca (1.ª edição); **20.30:** Quando o telefone toca (2.ª edição); **21.03:** Quando o telefone toca (3.ª edição); **21.30:** Tempo de desporto; **23.00:** SH Jornal; **23.08:** 24.ª hora

RC-FM-ESTÉREO (97,4 MHz)

15.03: Mão na música; **17.03:** Top's; **19.03:** Em Órbita; **21.03:** Abandajazz; **22.03:** Rolls Rock; **23.00:** SH Jornal

RÁDIO RENASCENÇA

16.00: Pop/Top/Rock; **18.25:** Palavra do dia; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Roda Viva; **19.30:** Revista da Imprensa; **20.00:** Paju; **21.00:** Pentagrama; **21.30:** Diálogo e Vida; **22.00:** Quando o telefone toca; **23.30:** Rádio Revista; **23.00:** Flasch informativo; **23.55:** Meditando; **24.00:** Rádio Revista.

cartaz de cinemas e teatros

abCINE [illegible]

Centro Comercial de Alvalade
SALA A
Às 14.30-16.30-18.30-21.30 e 23.45 h
Não ac. m. 13 anos
COM JEITO VAI... NA FARRA!
c/ Elke Sommer
SALA B
Às 14.45, 17.00, 19.00, 21.30 e 23.45
RACING BULL – O touro enraivecido
com Roberto Dentro
Não acons. men. 13 anos

ALVALADE 897480

Av. de Roma
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
Um vendaval de acção!
O TIGRE EM FÚRIA

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A
Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 23.30
San J. Jones, Melody Anderson, Ornela Mutti 4.ª Semana
FLASH GORDON
acons. men. 13 anos
Um filme de Mike Hodges
Não acons. men. 13 anos

AVIS 547163

Av. Duque DÁvila, 45
Às 14.45, 17, 19, e 21.30 h.
maiores 6 anos
O HOMEM ARANHA CONTRA O DRAGÃO
Com: Nicholas Hammond e Ellen Ery

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
5.ª Semana **GENTE VULGAR**
Com Donald Sutherland, Mary Tyler
Não acons. men. 13 anos

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande
14.00, 16.00, 19.00, e 21.30
Não acons. men. 13 anos
ALICE NO PAÍS DAS FADAS
4.ª Semana
Amanhã às 11h – p. todos
O NOSSO CONTACTO EM LONDRES

CASTIL 530194

Rua Castilho
Às 15, 17, 19 e 21.30h
Não ac. m. 13 anos
uma comédia divertidíssima
COMO NOS VELHOS TEMPOS...
com Cevy Chase, Goldie Hawn,
3.ª Semana
hoje às 24h – N. ac. m. 18 anos
A RAIVA DOS OLHOS

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (Ao Saldanha)
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
UM AMOR EM COMPETIÇÃO
2.ª semana
Às 23.45 – N. ac. men. 18 a.
O IMPLACÁVEL
c/ Burt Reynolds

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
SEXO NA AUTO-ESTRADA
Pornográfico – Softscore
Às 24 – N. ac. men. 18 a.
TULIPA NEGRA
c/ Virna Lisi, Dowa Adams

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas
Às 15.30, 18.30 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
O TAMBOR
Um dos espectáculos mais surpreendentes que o cinema jamais nos ofereceu.
Um filme de Volker Schlomdorff
Com: David Bernnent, Mário Adorf e Charles Aznavour
4.ª Semana
Às 24 – Int. men. 13 a
O DESAFIO DE SWEENEY

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15
Às 14.15, 16.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
DUAS ALMAS DOIS DESTINOS
c/ Rajesh Khanna, Amitabh Bachchan e Rekha Simi
Amanhã, às 11h – P. todos
TIM, TIM, E OS MISTÉRIOS DAS LARANJAS AZUL

CITY CINE 549999

Rua Tomás Ribeiro, 34
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
Interd. men. 13 anos
A LAGOA AZUL
Com Brooke Shields e Christopher Atkins
Às 23.45 – Grupo C
A LESTE DO PARAÍSO

DOIS MIL 2100055

Bomb. Voluntários, Lote 113-Algés
Às 14.15, 16.30, 18.30 e 21.30 h
– N. ac. men. 13 a.
O ESPELHO QUEBRADO
Às 23.45 h. – Int. m. 18 anos
MULHERES DOS CAMPOS NAZIS

D. JOÃO V 971794

Pr. Centro Comercial – Damaia
Às 15.30 e 21.30h
OS 7 MAGNÍFICOS
N. ac. m. 13 anos
Às 24 horas
LOUCURAS DA JUVENTUDE
N. ac. m. 18 anos

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21
Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
Steve Wallach, Eli Wallach e Kathryn Harrold
CAÇA AO HOMEM
Um filme de Buzz Kulik
Às 24h – N. ac. m. 18 anos
O TEMPO DOS LUTADORES

ESTÚDIO 555134

Av. Afonso Henriques, 35
Às 15, 17, 19 e 21.30h
Interd. men. 13 anos
O FILME MAIS MALUCO DO MUNDO
4.ª Semana
domingo às 15, 17, 19 e 21.30

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves 83-B
Às 15.30, 18.30 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
Um dos espectáculos mais surpreendentes que o cinema nos ofereceu!
O TAMBOR
4.ª Semana
C/ David Bernnent, Mário Adorf e Angela Winkler

EUROPA 661016

R. Almeida e Sousa, 35
Às 15.15 e 21.30 – N. ac. men. 13 a.
OS CONQUISTADORES DO OESTE
c/ Burt Lancaster e Rod Steiger

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
Às 15.15, 18.30 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
Ainda mais (muito mais) espectacular que o primeiro
SUPERMAN N.º 2
A aventura continua
4.ª Semana

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A
Às 14, 16.30 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
Colorido
O ÚLTIMO METRO
O novo filme de François Truffaut
2.ª Semana

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha
Som. Dolby Steree
3 sessões: 15.15, 18.15 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
Um filme de Dino de Laurentiis
FLASH GORDON
Sam J. Jones, Melody Anderson e Ornella Muti
3.ª semana

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37
Às 15, 17, 19 e 21.30 h.
A mais célebre história de mistério de Agatha Christie
ESPELHO QUEBRADO
c/ Angela Lansbury, Geraldine Chaplin, Tony Curtis e Elisabeth Taylor
Um filme de Guy Hamilton
Às 24h – N. ac. m. 13 anos
100 MANEIRAS DE AMAR

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrão, 12-A
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Não acon. men. 13 anos
Yves Montand, Michel Etcheverry, Jacqueline Staup
O SORRISO DO ASSASSINO
2.ª Semana

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B
Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
A mais expressiva obra do mestre Alberto Lattuada
FRANCESCA
Às 24h
LIMA LE DUCE

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20
Às 15.15, 18.15 e 21.30h – Int. m. 13 anos
O REGRESSO DO ZORRO
O herói mais apreciado!

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h.
Não ac. m. 18 anos
UM POLÍCIA DOS DUROS

POLITEAMA 326305

R. Portas de St. Antão
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30h
(M. de 6 anos)
O HOMEM ARANHA CONTRA O DRAGÃO
3.ª Semana

7.ª ARTE CINEMA 736715

Av. República, junto à Est. de Entre Campos
O filme seleccionado para a inauguração da sala no dia 30 Abril
Às 21.30 e 23.45h
Não ac. m. 13 anos
CHARLIE CHAN
e a Maldição da Rainha
uma comédia original

QUARTETO 771378

R. Flores Lima, 16
Sal 1 às 14, 16.15, 18.30, 21 e 23.15
M. 18 anos
O TRIO DO AMOR
de Paul Mazursky
Sala 2 às 14, 16.15, 18.30, 21 e 23.15
M. 18 anos
KILAS, O MAU DA FITA
de José Fonseca e Costa
Filme de qualidade
Sala 3 às 15, 17, 18, 21 e 23 h
N. acons. m. 13 anos
AGORA É A MINHA VEZ
de Claudia Weill
Sala 4 às 15, 17, 18, 21 e 23 h
N. acons. m. 13 anos
Filme de qualidade
CERRO MAIOR
de Luís Filipe Rocha

RESTELO 610375

Av. Torre de Belém
Às 15.30 e 21.30 – N. ac. men. 13 a.
A GAIOLA DAS MALUCAS

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Para todos
JUVENTUDE DE UMA RAINHA
O mais belo espectáculo da Páscoa

SÃO JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175
Às 15.15, 18.15 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
«Oscars» para melhor actor e melhor montagem 6.ª Semana
RAGING BULL
de Martins Scorsese com Roberto Niro
As sessões iniciam-se com o filme

SATÉLITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61
Às 15-17-19 e 21.30 h.
Para todos
O GAROTO DE CHARLOT
3.ª Semana
Hoje e amanhã
às 24 – N. ac. men. 13 a.
O XERIFE

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Às 15, 18.30, e 21.30
14.ª Semana int. men. 13 anos
O MEU TIO DA AMÉRICA
com Gerard Depardieu e Nicole Garcia
Às 00.15h. – Int. m. 13 anos
LUTA DE GIGANTES

TERMINAL 371573

Estação do Rossio
Às 11, 13.15, 15.30, 18.00, 21.30 e 24.00
UM AMOR EM COMPETIÇÃO
(filme de qualidade)
com Richard Dreypuss, Ami Irving-Lee Renick
3.ª Semana exibição
O filme começa logo no início da sessão

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188
Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Walt Disney Productions apresenta
ALICE NO PAÍS DAS FADAS
para todos em technicolor
Falado em Portugês
4.ª Semana

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
Ainda mais (muito Mais) espectacular que o primeiro
SUPERMAN N.º 2
4.ª Semana
Hoje às 24h. – N. ac. m. 13 anos
O REBELDE DO KANSAS

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9
Às 14.15-16.30-19 e 21.30 h
Não ac. m. 13 anos
Risos e delírios a Hollywood
O MAIOR AMANTE DO MUNDO
com Gene Wilder
Às 23.45 (Bom Cinema)
Filme de J. Lee Thompson
A PASSAGEM

teatros

Lisboa

MONUMENTAL – «A Gravata» 21.30 (13 anos)
MARIA VITÓRIA – «Ó Patego Olha o Balão» 20.30 e 22.45 (13 anos)
TEATRO DO BAIRRO ALTO – «Não se Paga! Não se Paga!» 21.30 (13 anos)
LAURA ALVES – «Chega Para Todos» 21.30 (13 anos)
TRINDADE – «Que Farei com Este Livro?» 21.30 (13 anos)
D. MARIA II – «O Judeu», às 21.15 (13
VARIEDADES – «Há Petróleo no Beato», às 20.45 e 22.45 (13 anos)
CAFÉ TEATRO DA COMUNA – «Deixós Poisar», às 24.00 (13 anos)

Outros Espectáculos

CONDES – «A Guerra dos Abismos» 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA – «O Mundo Porno de Duas Irmãs», sessões permanentes (18
PROMOTORA – «Algemas do Passado», às 21.30 (13 anos)
LUMIAR – «Fúria Irresistível», às 21.30 (18 anos)
PARIS – «Destino de uma Vida», às 21.30 (13 anos)
CAPITÓLIO – «Prazeres Sádicos», às 21.00 e 23.00 (18 anos)

Outra Banda

ALMADA – **Incrível** – «Os Miseráveis», às 21.15 (13 anos)

outros cinemas

LARANJEIRO – **Instrução e e Recreio** – «Os Dois Príncipes», às 21.15 (13 anos)
SETÚBAL – **Júpiter** – «Rumor de Guerra», às 21.15 (13 anos)

Linha de Cascais

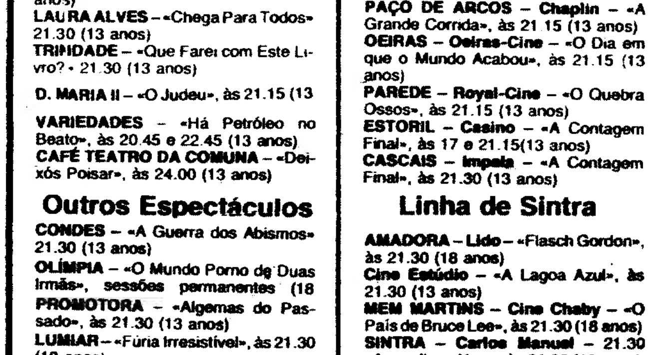
PAÇO DE ARCOS – **Chaplin** – «A Grande Corrida», às 21.15 (13 anos)
OEIRAS – **Oeiras-Cine** – «O Dia em que o Mundo Acabou», às 21.15 (13 anos)
PAREDE – **Royal-Cine** – «O Quebra Ossos», às 21.15 (13 anos)
ESTORIL – **Casino** – «A Contagem Final», às 17 e 21.15(13 anos)
CASCAIS – **Impala** – «A Contagem Final», às 21.30 (13 anos)

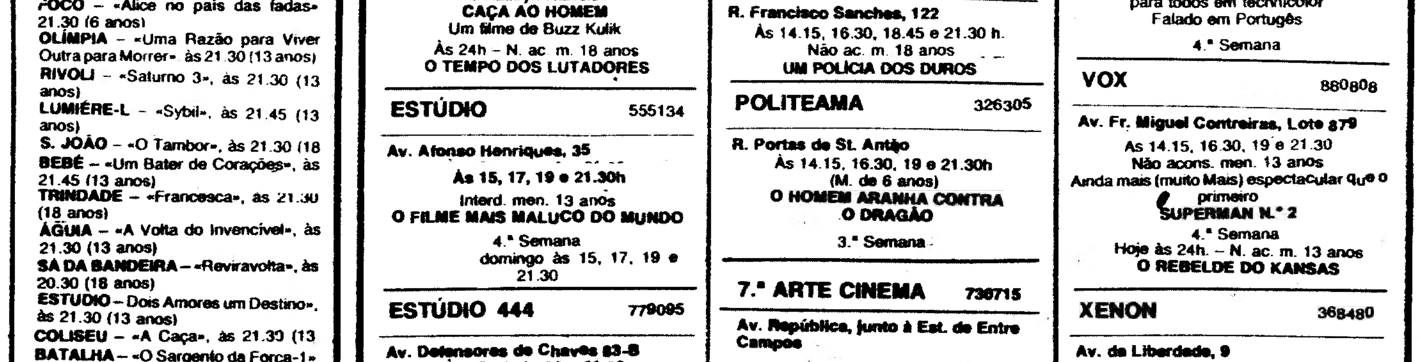
Linha de Sintra

AMADORA – **Lido** – «Flasch Gordon», às 21.30 (18 anos)
Cine Estúdio – «A Lagoa Azul», às 21.30 (13 anos)
MEM MARTINS – **Cine Chaby** – «O País de Bruce Lee», às 21.30 (18 anos)
SINTRA – **Carlos Manuel** – 21.30 «Apocalipse Now», às 21.30 (18 anos)
SACAVÉM – **S. José** – «Porno Clube», às 21.30 (18 anos)
ALHANDRA – **Salvador Marques** – «Malucos do Estádio», às 21.30 (6 anos)
PÓVOA DE ST.º ADRIÃO – **S. José** – «Fama», às 21.30 (13 anos)
MOSCAVIDE – **Stop** – «Desejos Perversos», às 21.30 (18 anos)

Porto

LUMIÉRE-A – «A Lagoa Azul», às 21.30 (18 anos)
PEDRO CEM – «Superman N.º 2», às 21.30 (13 anos)
CHARLOT – «A Guerra dos Abismos» 21.30 (13 anos)
FOCO – «Alice no país das fadas» 21.30 (6 anos)
OLÍMPIA – «Uma Razão para Viver Outra para Morrer» às 21.30 (13 anos)
RIVOLI – «Saturno 3», às 21.30 (13 anos)
LUMIÉRE-L – «Sybil», às 21.45 (13 anos)
S. JOÃO – «O Tambor», às 21.30 (18
BEBÉ – «Um Bater de Corações», às 21.45 (13 anos)
TRINDADE – «Francesca», às 21.30 (18 anos)
ÁGUIA – «A Volta do Invencível», às 21.30 (13 anos)
SÁ DA BANDEIRA – «Reviravolta», às 20.30 (18 anos)
ESTUDIO – Dois Amores um Destino», às 21.30 (13 anos)
COLISEU – «A Caça», às 21.30 (13
BATALHA – «O Sargento da Força-1» às 21.45 (13 anos)
CHAPLIN – «O Caçador», às 21.00 (18
VALEFORMOSO – «Shalimar» 21.15 (13 anos)
PASSOS MANUEL – «Tess», às 21.30
CARLOS ALBERTO – «Ciclo René Alio», às 21.30 (18 anos)
JÚLIO DINIS – «A Vida é Sempre Igual», às 21.30 (13 anos)





PORTE PAGO
DL
PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRAFICA, SARL
Administração, Redacção, Serviços Técnicos e Publicidade: RUA LUZ SORIANO, 44 1200 LISBOA
Telefones [illegible]
Agentes, Assinaturas e Distribuição
Rua [illegible] 185-1 1100 LISBOA
Telefs. [illegible]
Serviços de mala directa e [illegible]
Portes [illegible]
Redacção [illegible]
Mensagens gravadas [illegible]
Endereço Telegráfico [illegible]
Telex [illegible] LISBOA PORTUGAL
DELEGAÇÃO DO PORTO Rua de Avis, n.º 30-2.º
Telefones [illegible] 4 000 PORTO

Agenda

Lurdes Pintasilgo, Henrique de Barros, Alda Nogueira, Teófilo Carvalho dos Santos e Vasco Lourenço falam hoje no Rossio no termo da manifestação unitária que, a partir das 16 horas, se inicia na Rotunda do Marquês de Pombal.

A Comissão organizadora da manifestação, constituída por nomes de diversos quadrantes identificados com o 25 de Abril, afirma pretender comemorar aquela efeméride «acentuando o espírito e as instituições da Democracia que a Constituição consagra».

Na Assembleia da República, praticamente a partir da mesma hora, o 25 de Abril é comemorado a nível oficial.

Por sua vez, a APU, no Parque Eduardo VII, leva a efeito, durante todo o dia, um programa que compreende um calendário infantil (de manhã) e variedades e «jazz» (de tarde).

No Porto, três «palcos» no coração da cidade: Praça da Liberdade, Avenida dos Aliados e Praça Humberto Delgado. Em todos, «Grândola, vila morena», variedades e intervenções políticas.

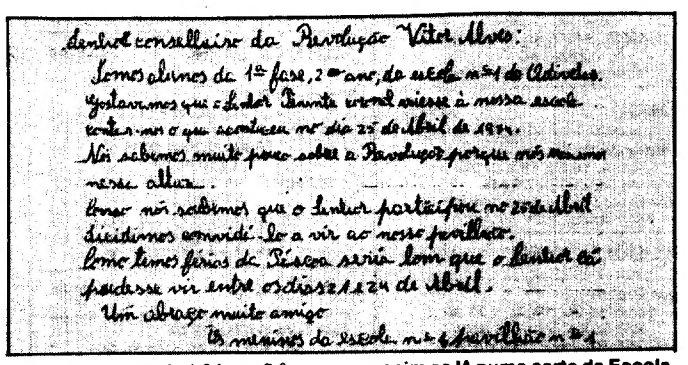
Finalmente, por todo o País inúmeras manifestações evocam e celebram o 25 de Abril, ora a nível autárquico, ora por iniciativa de organizações políticas, ora via associações recreativas, etc.

Capitães de Abril são (quase todos) de origem popular

Quando certas vozes mal intencionadas recusam à Revolução de 25 de Abril de 74 o seu espírito essencialmente popular, talvez que uma oportuna resposta se encontre (para além da adesão de massas que o levantamento dos Cravos suscitou desde o princípio) na origem social de muitos dos oficiais que se empenharam naquele movimento.

Sem pretendermos esgotar o assunto, atentemos, no entanto, em meia dúzia de nomes que não procedem de maneira alguma de classes privilegiadas.

Assim, por exemplo, Marques Junior, membro do CR, é filho de um guarda-florestal. Também do CR, Sousa e Castro tem como pai um ferroviário. Outros membros do CR, como Vasco Lourenço, Pezarat Correia, Víctor Alves, Martins Guerreiro e Víctor Crespo, são filhos, respectivamente, de um pequeno agricultor e comerciante; de um oficial de origem republicana; de um funcionário público; de um pequeno agricultor do sul; e de um médio proprietário. Melo Antunes, igualmente do CR, é filho de um mero oficial do Serviço Geral do Exército.



Exmo/a conselheiro da Revolução Vítor Alves:
Somos alunos da 1ª fase, 2º ano, da escola nº 1 de Odivelas.
Gostavamos que o Exmo/a Senhor/a viesse à nossa escola
contar-nos o que aconteceu no dia 25 de Abril de 1974.
Não sabemos muito pouco sobre a Revolução porque nós somos
nesse altura.
Nós não sabemos que o Senhor/a participou no 25 de Abril
decidimos convidá-lo a vir ao nosso pavilhão.
Como temos férias da Páscoa seria bom que o Senhor/a
pudesse vir entre os dias 21 e 24 de Abril.
Um abraço muito amigo
Os meninos da escola nº 1 pavilhão nº 4

«Somos alunos da 1.ª fase, 2.º ano...» – assim se lê numa carta da Escola n.º 1 de Odivelas endereçada a Vítor Alves. O melhor é ler a carta que acompanha esta pequena prosa...

Já fora do CR, aponte-se ainda Miguel Judas, filho de um sargento – e como excepção a esta ascendência mais ou menos humilde os nomes do capitão Ferreira Macedo, filho de um general, e Pinto Soares, de um oficial também superior.

Houve também muita carreira prejudicada. Efectivamente, alguns dos capitães mais notórios do 25 de Abril continuam ainda hoje no mesmo posto, passados sete anos sobre aquela data.

Muitos deles são mesmo capitães há doze anos. «Se a Revolução de 74 tivesse sido de direita, já hoje éramos majores ou tenentes-coronéis» – eis a opinião, um tanto irónica, de um desses oficiais.

Ei-los: Salgueiro Maia, de 36 anos, mantém-se naquele posto desde 12 de Dezembro de 1970: Rui Rodrigues, de 39 anos, desde 28 de Agosto de 1969; Santos Silva, de 36 anos, idem; Lopes Camilo, de 37 anos, idem; Silveira Costeira, de 35 anos, idem; Bicho Beatriz, de 39 anos, desde 17 de Maio de 1969; e Teófilo da Silva Bento, de 36 anos, desde 12 de Dezembro de 1970.

A grande ideia

O presidente da Câmara Municipal de uma cidade de província de maioria AD tinha andado preocupadíssimo durante estas últimas semanas. O sr. presidente havia sido assediado de todos os lados com o problema das comemorações do 25 de Abril. E não houve maneira de as evitar e muito menos de as proibir. Era uma maçada!

Como é que havia de trocar as voltas aos «abrilistas» e «marxistas»? O pior não eram as festas mais ou menos populares e folclóricas, os fungagás e gritaria mais ou menos desconchavada da populaça. O mais grave é que estava prevista uma sessão solene na própria Câmara, em que os «abrilistas» haviam de querer aproveitar a ocasião para botar palavra e atacar a AD e o Governo! Mas «eles» iam ver...

O sr. presidente daquele município de província sorriu beatificamente ao transpor a sala das sessões. Tinha-lhe ocorrido uma grande ideia, uma solução genial! O sr. presidente assumiu o seu lugar na presidência, como convinha e propôs que a sessão fosse especialmente dedicada ao Ano Internacional do Deficiente. Haveria apenas um orador em representação dos deficientes.

Fez-se um momento de silêncio e de espanto. Um vereador comentou em voz alta:

– Essa é muito boa. De preferência um deficiente mudo!

O sr. presidente ficou vermelho de cólera e pediu silêncio, perante os risos provocados.

MANUEL DE AZEVEDO

Marques Júnior, um capitão de Abril

Sete anos no centro dos acontecimentos sem ter dado uma única entrevista

Quando certas vozes mal intencionadas recusam à Revoluçao de 25 de Abril de 74 o seu espírito essencialmente popular, talvez que uma oportuna resposta se encontre (para além da adesão de massas que o levantamento dos Cravos suscitou desde o princípio) na origem social de muitos dos oficiais que se empenharam naquele movimento.

Sem pretendermos esgotar o assunto atentemos, no entanto, em meia dúzia de nomes que não procedem de maneira alguma de classes privilegiadas.

Assim, por exemplo, Marques Junior, membro do CR, é filho de um guarda-florestal. Também do CR, Sousa e Castro tem como pai um ferroviário. Outros membros do CR, como Vasco Lourenço, Pezarat Correia, Víctor Alves, Martins Guerreiro e Víctor Crespo, são filhos, respectivamente, de um pequeno agricultor e comerciante; de um oficial de origem republicana; de um funcionário público; de um pequeno agricultor do sul; e de um médio proprietário. Melo Antunes, igualmente do CR, é filho de um mero oficial do Serviço Geral do Exército.

Já fora do CR, aponte-se ainda Miguel Judas, filho de um sargento – e como excepção a esta ascendência mais ou menos humilde os nomes do capitão Ferreira Macedo, filho de um general, e Pinto Soares, de um oficial também superior.

Houve também muita carreira prejudicada. Efectivamente, alguns dos capitães mais notórios do 25 de Abril continuam ainda hoje no mesmo posto, passados sete anos sobre aquela data.

Muitos deles são mesmo capitães há doze anos. «Se a Revolução de 74 tivesse sido de direita, já hoje éramos majores ou tenentes-coronéis» – eis a opinião, um tanto irónica, de um desses oficiais.

Ei-los: Salgueiro Maia, de 36 anos, mantém-se naquele posto desde 12 de Dezembro de 1970: Rui Rodrigues, de 39 anos, desde 28 de Agosto de 1969; Santos Silva, de 36 anos, idem; Lopes Camilo, de 37 anos, idem; Silveira Costeira, de 35 anos, idem; Bicho Beatriz, de 39 anos, desde 17 de Maio de 1969; e Teófilo da Silva Bento, de 36 anos, desde 12 de Dezembro de 1970.

EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO CHECOSLOVACO

De 2 a 15 de Maio

No Salão de Exposições da C. M. da Amadora

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL - CHECOSLOVAQUIA
R. ARTILHARIA UM, 105-4.º TELEF. 68 85 87 1000 LISBOA

Via Venexa
SAPATOS — MALAS
ALTA QUALIDADE
NOVAS COLECÇÕES
DE PRIMAVERA E VERÃO
CENTRO COMERCIAL DE BENFICA
Est. de Benfica, 739 - Loja 5-F 1500 LISBOA